

MARCIONEI MIGUEL DA SILVA

JOSÉ NO MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO:
Aspectos teológico-pastorais para a paternidade responsável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática na Linha de Pesquisa: Teologia e Experiência Religiosa.

Orientador: Prof. Dr. Leomar Antônio Brustolin

Porto Alegre
2008

MARCIONEI MIGUEL DA SILVA

JOSÉ NO MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO:
Aspectos teológico-pastorais para a paternidade responsável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática na Linha de Pesquisa: Teologia e Experiência Religiosa.

Orientador: Prof. Dr. Leomar Antônio Brustolin

Aprovada em 18 de dezembro de 2008, pela Comissão Examinadora.

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr. Leomar Antônio Brustolin - PUCRS

Dr. Ramiro Mincato - PUCRS

Dr. Wilson Dallagnol - ESTEF

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida;
 Aos meus pais, irmãos e irmãs por me inspirarem no estudo do tema
 da paternidade responsável;
 Ao professor orientador Dr. Leomar Antônio Brustolin;
 Ao Diretor, professores e colaboradores do Programa de Pós-
 Graduação em Teologia da FATEO;
 À CAPES;
 Aos colegas de Teologia;
 À Congregação de São José;
 Ao Provincial, Pe. Raimundo Pauletti e seu Conselho pelo incentivo;
 Ao Superior Geral Pe. Mário Aldegani e seu Conselho;
 Ao Pe. Celmo Lazzari pelo envio de material;
 Ao Pe. Geraldo Boniatti pelas observações críticas;
 À comunidade do EPA (Escolasticado de Porto Alegre) por ter me
 acolhido nos dias de aula no primeiro ano do mestrado;
 Ao Pe. Cornélio Dal'Allba, Pe. Severino Caldonazzo e Sueli Tronco
 pelas traduções;
 À comunidade da OSE (Obra Social e educacional) pela presença
 fraterna (primeiro ano);
 À Família de Murialdo (Josefinos de Murialdo, Irmãs Murialdinas,
 Leigos Amigos de Murialdo, Instituto Secular Murialdo, Associação
 das Mães Apostólicas, ex-alunos e colaboradores);
 À família Scariot pelas orações e amizade;
 À Irmã Eléia Scariot por ter participado do processo da Dissertação
 fazendo a leitura crítica e revisão do texto com preciosas sugestões
 metodológicas;
 Ao meu primo Elias Manoel da Silva por acreditar na minha vocação
 incentivando-me para ser teólogo;
 À comunidade, noviços, seminaristas e colaboradores da comunidade
 de Fazenda Souza pela compreensão e companheirismo;
 A todos aqueles que me favoreceram para a pesquisa sobre São José,
 de modo especial Josefinos de Murialdo e Oblatos de São José.

“E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14).

“E ele (José) o chamou com o nome de Jesus” (Mt 1,25).

RESUMO

A paternidade responsável é o tema central dessa Dissertação. Considerando a encarnação do Verbo, constata-se que Jesus foi confiado a uma família, cujo pai era José, esposo de Maria. José foi escolhido por Deus para ser o pai legal de Jesus. A sua paternidade tornou-se a base de apoio para seu filho a partir de sua condição de esposo. A pesquisa percorre os textos bíblicos, privilegiando os evangelhos da infância em Mateus e Lucas. Consideram-se também os escritos apócrifos e os textos do Magistério da Igreja. Diante da Teologia sobre a justiça e a paternidade de José, desdobra-se a reflexão sobre a responsabilidade dos pais para os nossos dias. Sugere-se a paternidade responsável como a inclusão das diferenças. Onde a paternidade responsável se evidencia, cresce a maternidade responsável em sintonia com o crescimento integrado dos filhos. A reflexão teológica encerra-se nas implicações pastorais.

Palavras-chave: José. Encarnação. Magistério. Apócrifos. Paternidade. Família.

ABSTRACT

Responsible fatherhood is the central theme of this paper. Considering the incarnation of the Word, Jesus was entrusted to a family, whose father was Joseph, the husband of Mary. He was chosen by God to be the legal father of Jesus. In his role as foster father, he became the protector and support of his son. The research goes through the Scriptures, especially the Gospels of Mathew and Luke, which describe Jesus` childhood, in addition to the apocryphal writings and the teachings of the Magisterium of the Church. In face of the Theology on justice and the paternity of Joseph, a reflection unfolds on the responsibility of parents in the current days. Responsible fatherhood suggests the inclusion of differences. Where responsible fatherhood is present, responsible motherhood grows harmoniously with the integral growth of children. The theological reflection ends with pastoral implications.

Key-Words: Joseph. Incarnation. Magisterium. Apocryphal books. Fatherhood. Family.

LISTA DE ABREVIATURAS

- BJ BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição ver. Ed. ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- CIC CODIGO de Direito Canônico – *Codex Iuris Canonici* -, promulgado pelo papa João Paulo II, em 25 de janeiro de 1983.
- DAp. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007.
- DM FIORES, Stefano de, MEO; Salvatore. *Dicionário de Mariologia*. Trad.: Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995. Pag. 652-662.
- DCT LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. Trad. Paulo Meneses ...[et al.]. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.
- DH DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações da fé e moral*. Tradução da 40. ed. alemã, aos cuidados de Peter Hünermann. São Paulo: Loyola; Paulinas, 2007.
- DPSJ Documentos Pontifícios sobre São José. *De Pio IX a João Paulo II* – Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana – Apucarana – PR Brasil.
- DV Constituição Dogmática sobre a Igreja, *Dei Verbum* do Concílio Ecumênico Vaticano II.
- LE Encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II.
- FC Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* de João Paulo II.
- GS Constituição Pastoral sobre a Igreja, *Gaudium et Spes* do Concílio Ecumênico Vaticano II.
- IP Carta Apostólica, *Inclytum Patriarcham* de Pio IX.
- LG Constituição Dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium* do Concílio Ecumênico Vaticano II.
- QD Decreto da sagrada Congregação dos Ritos *Quemadmodum Deus* (8 dez. de 1870), In. DPSJ.
- QP Carta Encíclica *Quamquam Pluries* de Leão XIII (15/08/1889).

- PG MIGNE, Jacques-Paul (accur.). *Patrologiae cursus completus. Series Graecae*. 161 v. Paris: 1857-1866; 2 v. de índices. Paris: 1928-1936.
- PL MIGNE, Jacques-Paul (accur.). *Patrologiae cursus completus. Series Latina*. 221 v. Paris: 1841-1864; 5 v. complementares. Paris: 1958-1970.
- SC Constituição sobre a sagrada liturgia, *Sacrosanctum Concilium* do Concílio Ecumênico Vaticano II, 1962-1965.
- RC Exortação apostólica, *Redemptoris Custos* de João Paulo II. Documento Pontifício sobre a figura e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1989.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 A HISTÓRIA DE JOSÉ | 14 |
| 1.1 JOSÉ DE NAZARÉ | 15 |
| 1.2 A DESCENDÊNCIA DE DAVI | 18 |
| 1.3 O CARPINTEIRO DE NAZARÉ..... | 23 |
| 1.4 A PROMESSA DO MATRIMÔNIO..... | 26 |
| 1.5 O SONHO DE JOSÉ..... | 30 |
| 1.6 O NASCIMENTO DE JESUS EM MATEUS E LUCAS..... | 34 |
| 1.7 A CIRCUNCISÃO | 39 |
| 1.8 APRESENTAÇÃO NO TEMPLO | 42 |
| 1.9 A FUGA PARA O EGITO | 45 |
| 1.10 A PERDA DO MENINO NO TEMPLO | 48 |
| 1.11 SÍNTESE DO ITINERÁRIO DE JOSÉ | 50 |
| | |
| 2 A HERANÇA DE JOSÉ | 52 |
| 2.1 O JUSTO | 53 |
| 2.2 O ESPOSO DE MARIA | 60 |
| 2.3 O PAI DE JESUS | 64 |
| 2.4 O CUIDADOR | 70 |
| 2.5 JOSÉ NO MAGISTÉRIO DA IGREJA | 73 |
| 2.5.1 Redemptoris Custos: a carta magna de José | 78 |
| 2.5.2 Documentos depois da Redemptoris Custos | 83 |
| 2.6 JOSÉ NOS APÓCRIFOS | 84 |
| 2.6.1 Traços deixados pelos Apócrifos | 97 |
| 2.7 SÍNTESE DA HERANÇA DE JOSÉ..... | 98 |
| | |
| 3 A PATERNIDADE À LUZ DE JOSÉ, HOJE | 100 |
| 3.1 INTERFACES DA REALIDADE NO HORIZONTE DA PATERNIDADE..... | 105 |
| 3.1.1 Uma questão econômica: a sustentabilidade..... | 106 |
| 3.1.2 Ausência paterna | 109 |
| 3.2. A POBREZA NA FRAGILIDADE INOCENTE | 112 |
| 3.2.1 O princípio da obediência e da liberdade..... | 115 |
| 3.2.2 Humildade e alteridade | 117 |
| 3.3 PATERNIDADE RESPONSÁVEL: UM DISCURSO DE INCLUSÃO | 121 |
| 3.3.1 A formação da personalidade: compromisso paterno | 125 |
| 3.3.2 A dimensão pastoral da paternidade à luz de José | 130 |
| | |
| CONCLUSÃO | 135 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 139 |

INTRODUÇÃO

“*Ne perdantur*”¹, dizia São Leonardo Murialdo.² Seu olhar se voltava às crianças, adolescentes e jovens abandonados mais carentes e necessitados de ajuda. Inspirado em José, Murialdo nos convida a ser “amigo, irmão e pai”.³ Sendo a paternidade nossa preocupação central, acreditamos que a paternidade de José continua atual em nossa sociedade contemporânea, tão diluída pela vulnerabilidade dos princípios e fugacidade dos valores. Nosso objetivo é apresentar a importância do significado da paternidade na atual sociedade. O escopo da pesquisa é teológico, por isso utilizamos o método de leitura dos textos do Evangelho a partir de *Midraxé haggadah* que tem uma intenção narrativa, significativa para os leitores. “Sendo que a exegese não aceita o fato como histórico, optamos em fazer a leitura do relato a partir do gênero literário *midraxé haggadah* (reconstrução imaginosa do lugar e do episódio narrado. O seu objetivo é sempre a aplicação prática do texto ao presente)”.⁴ Essa narrativa é tomada por base nessa pesquisa e não se o fato é histórico ou não. Nessa perspectiva, resgatamos a paternidade a partir de José de Nazaré, o pai de Jesus, e sua relação com o mistério da Encarnação. A primeira motivação para estudar a paternidade nasceu de uma realidade muito peculiar: o crescente número de órfãos e crianças abandonadas nos dias de hoje.

As famílias estão sofrendo um desmonte de valores na sua base estrutural com a ausência paterna, ainda que essa problemática não seja exclusiva, uma vez que há questões econômicas, políticas e educacionais que tem influência determinante na história pessoal e social dos indivíduos, em especial daqueles que ficaram órfãos. Perguntamo-nos sobre as razões de tantas pobreza que vão muito além da pobreza material. Nas ruas, nas escolas e nas casas há um nítido vazio. Não se trata apenas da falta de pão, mas de afeto. Nas casas há

¹ Que nenhum se perca.

² Leonardo Murialdo nasceu no dia 26 de outubro de 1828 e faleceu no dia 30 de março de 1900. Fundou a Congregação de São José, em Turim (Itália), aos 19 de março de 1873. Foi beatificado pelo papa Paulo VI no dia 3 de novembro de 1963 e canonizado pelo mesmo papa no dia 3 de maio de 1970. Sua festa é celebrada no dia 18 de maio. Cf. A Regra da Congregação de São José (Josefinos de Murialdo), p. 13.

³ A expressão “amigo, irmão e pai” continua presente ainda hoje na Congregação de São José. Eis o nosso compromisso de consagrados: “Com os olhos fixos em Jesus e nas crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, caminhamos alegres como irmãos numa comunhão de vocações, rica de misericórdia e de ternura, aberta profeticamente aos desafios da cultura e do contexto social”. Cf. XXI CAPÍTULO GERAL 2006 DOS JOSEFINOS DE MURIALDO. *Documento Final*. Fazenda Souza – Brasil, p.9.

⁴ Cf. MCKENZIE, J. *Midraxé*, p. 609.

família, mas o círculo não está completo. As pessoas estão se acostumando a viver de forma mutilada. Nos diferentes ambientes onde vemos os filhos das famílias sem um dos pais ou com pais presente apenas fisicamente, há preocupações que não podem ser omitidas. De modo muito especial vemos filhos sem a presença do pai. Essa ausência não ficou indiferente ou anulada. Alguém que faz parte de sua história não está ali para lhe dar amor, educação e formação. O sentimento de abandono é inevitável. Concluimos que essa situação poderia ser resolvida se a paternidade fosse assumida. Foi pensando na paternidade responsável que nos voltamos para José, o esposo de Maria e pai de Jesus. Ainda que a paternidade de José não derive da geração, devemos ter presente que, não obstante, ela não é aparente ou substitutiva pelo fato de possuir plenamente a autenticidade da paternidade humana, da missão paterna na família (RC 21). Lucas abertamente chama José de pai de Jesus (cf. 2,27.33.41.44.48).

A pergunta que nos surge de imediato é sobre o sentido da paternidade. O que significa ser pai? Estamos convencidos de que a paternidade responsável torna uma família feliz. Ao longo de nosso estudo vamos abrindo janelas para a complexa dimensão da felicidade.

Para falar de paternidade aprofundamos a vida de José de Nazaré. No primeiro capítulo entramos no itinerário de sua vida, de seu ambiente vivencial, de sua origem nobre, uma vez que era da descendência do Rei Davi, e da sua profissão de carpinteiro. Destacamos a promessa de casamento com Maria e o compromisso com a família. Em se tratando de um fato único na história, pois José foi chamado por Deus para ser o pai de Jesus sem ser pai biológico, Deus interveio, por meio do anjo, em sua vida dando-lhe as orientações a respeito da missão que lhe foi confiada. Até esse momento José tinha um plano pessoal para a sua vida, sem estar distante do amor. Depois do sonho José deixou os seus planos para agir em tudo segundo a vontade de Deus. Não se pode negar a responsabilidade indiscutível de José em relação ao Filho que lhe foi confiado. Segundo os Evangelhos muitas são as situações que confirmam nossa reflexão a respeito de José como pai de Jesus e esposo de Maria estando ao seu lado em todos os momentos, especialmente nos mais difíceis, inclusive no nascimento de Jesus. Nas funções específicas de pai José não delegou nenhuma delas a outrem. Foi José que apresentou Jesus no Templo para circuncisão, deu o nome ao menino e evitou qualquer perigo que colocasse a vida de seu Filho em perigo. Essa atitude de defesa de Jesus tornou-se mais do que evidente na fuga, permanência e volta ao Egito. Jesus nunca se queixa da ausência de seu pai, tampouco Maria. Nesse sentido temos o cenário da vida de José, inclusive na Sagrada Família. Para os dias de hoje a leitura do primeiro capítulo leva-nos a resgatar a história única de um homem que acolhe o projeto da paternidade dado por Deus, a importância da família no

horizonte sagrado, o amor incondicional ao filho e o zelo pelos princípios da sociedade que, mais do que cultural são também religiosos. Concluimos a primeira parte com uma breve síntese do itinerário de José.

O segundo capítulo trabalha de modo mais específico as atitudes de José. Chamamos de “herança de José” não apenas a sua paternidade messiânica (RC 8), mas os princípios de sua vida que se tornam um verdadeiro paradigma para a nossa sociedade. O Evangelho nos diz que José é um homem justo (*Mt* 1,19). Na bíblia ser justo é ser santo. Aprofundamos, de modo particular, essa dimensão que, naturalmente, culminou no matrimônio com Maria, não obstante as exigências próprias daquele matrimônio. José foi escolhido por Deus para ser pai de Jesus de forma válida a partir do matrimônio com Maria. Trabalhamos o sentido da paternidade em José e sua missão de cuidador de Jesus ao lado de Maria. Essas atitudes sempre irão servir de base para as famílias. Apresentamos, também, os documentos do Magistério da Igreja que falam sobre José, com destaque especial à carta magna de José: *A Redemptoris Custos*. Falamos, mesmo sem aprofundar, da questão de José nos Apócrifos. Preocupa-nos os exageros. Por outro lado não se pode ignorar a grande influência que esses escritos tiveram na Igreja.

O terceiro capítulo é a atualização da paternidade à luz de José. Nos dias de hoje algumas propostas são necessárias para que seja possível a paternidade responsável. Propomos que as pessoas tomem consciência de algumas lacunas que a nossa sociedade está impondo como resposta de felicidade. De forma indireta trabalhamos o método Ver, Julgar e Agir valorizado pela V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe que aconteceu em Aparecida-SP - Brasil (2007). Na dimensão do “Ver” fizemos um diálogo com a sociedade nas interfaces da realidade no horizonte da paternidade. Três momentos são apresentados: a questão da sustentabilidade, a ausência paterna e a pobreza ou fragilidade. A sociedade, a família e o filho estão implicados. O resgate da paternidade, portanto, não poderá ser feito cobrando apenas do homem individualmente a tomada de consciência de sua responsabilidade, mas de toda a sociedade e da própria família. A esposa e os filhos não podem ficar indiferentes à ausência do pai. Desta forma o pai poderá, outra vez, ser acolhido no ambiente familiar sem excluir a reconciliação. No segundo momento do terceiro capítulo dialogamos com o “Julgar” tendo os referenciais da obediência, da liberdade, da humildade e da alteridade. Por fim apontamos para o “Agir” bem concreto ao tocar na paternidade responsável como um discurso e uma prática de inclusão. Uma das dimensões por nós defendida é a formação da personalidade como compromisso paterno. Esse resgate da paternidade de forma completa na perspectiva cristã, à luz de José, é oportuno. Além da

dimensão humana há também a divina. Em José a paternidade tem uma particularidade: a presença do divino, uma vez que ele é convidado para ser pai do filho de sua esposa, isto é, pai de Jesus. Diríamos, ainda mais: a paternidade de José pode ser tomada como referência por todos aqueles que almejam assumir essa missão com responsabilidade. Na paternidade responsável que propomos, a felicidade está em sintonia com o Deus Trindade, tendo diante dos olhos a família. “Visto que a família é o valor mais querido por nossos povos, cremos que se deve assumir a preocupação por ela como um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora da Igreja” (DAp. 435). Dentro dessa realidade o nosso intuito, portanto, é estudar o significado de José na vida de Jesus, o Filho de Deus encarnado, para identificar elementos que fundamentem a paternidade responsável sob a ótica da Teologia.

1 A HISTÓRIA DE JOSÉ

José de Nazaré, esposo de Maria e pai de Jesus é o personagem central de nossa reflexão. A riqueza de sua vida não se esgota no desdobramento das palavras. Destacamos, em primeiro lugar, a presença de José nos relatos bíblicos do Novo Testamento. Não se trata de falar sobre os discursos de José, pois não há uma única palavra sua que tenha sido registrada nos Evangelhos. Trata-se de um trabalho sobre a figura de José no contexto da História da Salvação.

Nosso estudo está focado na paternidade de José, o esposo de Maria. Preocupa-nos a distorção sobre a importância da paternidade em nossa sociedade contemporânea. Almejamos mostrar o papel de José em relação a Jesus na condição de pai por ser esta a missão que Deus a ele confiou.

Segundo as Escrituras, José apresenta os requisitos necessários tidos como referência para aqueles que desejam abraçar o dom da paternidade dado por Deus (*Ef 3,14-15*). Fato que se confirma por ter sido fiel à vontade de Deus (*Mt 1,24*). Inseriu-se na sociedade de seu tempo, nos meandros da cultura e viveu os princípios da família com fidelidade, ouvindo sua própria consciência sem ignorar o Mistério da Encarnação. Não se pode isolar José no tempo, pois a sua participação no Mistério da Encarnação eternizará para sempre sua memória no coração da humanidade. O Verbo Encarnado nos aproxima de Maria e José que foram seus pais nesta terra.

Os estudiosos têm se debruçado sobre a pessoa de José para conhecê-lo mais profundamente. Em todos os momentos, José é lembrado por causa do seu filho Jesus e de sua esposa, Maria e não por causa de suas qualidades pessoais. José é chamado por Deus em vista da necessidade que Jesus tem de tê-lo ao seu lado como pai, por isso era importante a dimensão da justiça (*Mt 1,19*).⁵ José não é lembrado por seus méritos, mas por causa de sua esposa e de Jesus. A Sagrada Família fica “salva” em todos os sentidos com a constante presença de José em seu meio. Os hagiógrafos não se preocupam em relatar as palavras mencionadas por José, pois elas não irão interferir no plano da História da Salvação. Provavelmente, José exercia sua autoridade como pai e esposo, porque ocupava a posição de

⁵ A questão da justiça de José vem de encontro a uma realidade já posta: a gravidez de Maria. Veja o desdobramento dessa questão no segundo capítulo desse trabalho. “O foco se move para seu marido José e sua reação à gravidez de Maria. (...) justo/reto, significa fazer a coisa justa/reta. É agir para com os outros segundo uma norma, ser fiel às responsabilidades e compromissos pessoais, especialmente em relação à vontade de Deus (*Dt 16,18-20; Tb 14,9; ver Mt 3,15*). CARTER, W. *O evangelho de São Mateus*, p. 100-101.

chefe de família, como era tradição na cultura judaica.⁶ Assim como acontece em famílias tradicionais, o pai é aquele que diz a última palavra. Com José não foi diferente (*Mt* 2,14).

1.1 JOSÉ DE NAZARÉ

José não é um “apêndice” da Sagrada Família posto como figura decorativa para “salvar” as falácias de um ambiente cultural patriarcal, que não admitia um filho de mãe solteira.⁷ A Sagrada Escritura menciona o anúncio do anjo sobre a gravidez de Maria somente depois das núpcias. É verdade que o matrimônio de Maria e José, conforme o costume da época aconteceu em dois momentos, ou seja, o primeiro momento era o noivado e o segundo era o matrimônio propriamente dito.

A prática comum era celebrar o casamento em dois estágios principais; o primeiro sendo aquele dos arranjos contratuais culminando em consentimento ou “noivado”. Depois de um período de talvez um ano no qual as preparações eram feitas para entrarem juntos no novo lar, o segundo estágio, o de realmente “receber” (*Mt* 1,20;24) a esposa dentro do lar ocorria e seria acompanhado por uma grande festa, tal como aquela das dez virgens (*Mt* 25,1-13) ou a de Cana (*Jo* 2,1-11).⁸

No noivado as relações conjugais eram admitidas.⁹ Contudo, era comum a noiva esperar até a segunda etapa do matrimônio.¹⁰ A partir do noivado eles estavam desposados um

⁶ “Qualquer que tenha sido a pré-história de Israel, que não podemos conhecer, a família israelita é claramente *patriarcal* desde nossos documentos mais antigos. O termo próprio para designá-la é “casa paterna”, *bêt ‘ab*, as genealogias sempre são dadas seguindo a linha paterna e as mulheres só são mencionadas excepcionalmente; o parente mais próximo por linha colateral é o tio paterno, cf *Lv* 25,49. No tipo normal do casamento israelita, o marido é o “senhor”, o *ba’al* de sua esposa”. DE VAUX, R. de. *Instituições de Israel*, p. 42.

⁷ É bom lembrar que Maria nunca foi mãe solteira, pois antes do anúncio do anjo ela já estava prometida em casamento a José, que equivale ao casamento propriamente dito (Cf. *Mt* 1,18). A respeito da família hebraica destaca-se: o matrimônio era considerado preceito divino (*Gn* 1,28) pela ordem do Criador, de serem fecundos e povoarem a terra. Com o “noivado”, que era efetuado por meio de um contrato com o pai da noiva, o matrimônio já era válido. Se o noivo morresse antes do casamento, a mulher era considerada viúva. A dissolução só era possível com o libelo de repúdio. O noivado podia ser celebrado pelo contrato, pelo pagamento do dote, *mohar*, ou pela consumação. Embora as opiniões não sejam uniformes e não foi sempre do mesmo modo em todos os períodos da história de Israel. In. DEVAUX, R. *Instituições de Israel*. p.46-57.

⁸ TOSCHI, L. *A vocação do esposo de Maria*, p.1.

⁹ Toschi, por sua vez, é de outra opinião. Para ele “a coabitação em relações conjugais era excluída durante o período do noivado”. Cf. *Ibidem*.

com o outro com conseqüências jurídicas. Mesmo que a união ainda não tivesse sido consumada o casamento fora celebrado validamente. Os desposados já eram chamados marido e mulher.¹¹

José e Maria optaram em conservar a virgindade. Entre a primeira etapa do matrimônio e a segunda, Deus se manifestou tanto a Maria quanto a José. Já eram casados, mas ainda não tinham consumado o matrimônio. Antes da segunda etapa, Deus agiu no seio de Maria a partir de seu sim (*Lc 1,38*) com a encarnação do Verbo por Obra do Espírito Santo (*Lc 1,35*) para manifestar o seu plano de amor à humanidade no intervalo entre a primeira e a segunda etapa do matrimônio.¹² Portanto, a encarnação do Verbo se deu no matrimônio e não fora dele.

Podemos afirmar que a cultura judaica favoreceu o mistério da encarnação. O tempo entre uma etapa do matrimônio e outra se tornou favorável para Deus agir no coração de seus eleitos para explicar o mistério da encarnação. Não compreendemos a totalidade desse mistério, mas Deus fez os seus planos se tornarem possíveis a partir de José e Maria.

Precisamos nos libertar da pretensão de querer apresentar dados exatos sobre a história de José. Além dos relatos bíblicos e anotações de alguns estudiosos, como Egesipo¹³, o qual afirma que José tinha um irmão chamado Cléofas, não há outras informações diretas. Os relatos dos Evangelhos sobre José parecem insuficientes quando se busca minúcias biográficas sobre sua vida. Os hagiógrafos não estão preocupados em narrar a vida de José, mas a de Jesus. Sobre a vida pessoal de José não podemos acrescentar mais coisas além daquilo que a Sagrada Escritura apresenta a seu respeito: a) Descendente da casa de Davi (*Mt 1,16 / Lc 1,27*); b) Esposo de Maria - *Mt 1,18*; c) Pai de Jesus (*Mt 1,20; 13,55 / Lc 3,23; Jo 1,45; 6,42*); d) Perplexidade diante do mistério da encarnação (*Mt 1,19*); e) Viagem a Belém para o recenseamento ordenado por César Augusto (*Lc 2,4-6*); f) Fuga ao Egito e volta com Maria e o menino para Nazaré (*Mt 2,14.19-23*); g) Perda e encontro de Jesus aos 12 anos no Templo de Jerusalém; em seguida o menino desceu com eles a Nazaré, onde lhes era

¹⁰ “Conforme *Mt 1,20*, a mulher permanecia com sua família, e o casal não vivia junto nem tinha relações sexuais. Se a mulher tinha relação com outro homem, ela cometia adultério. Quebrar o noivado significava uma ata de divórcio”. In: CARTER, W. *O evangelho de São Mateus*, p. 99.

¹¹ TOSCHI, L. *Op. cit.*, p.2.

¹² *Mt 1,18-19*. Na Galiléia o noivado durava um ano. Em termos jurídicos o noivado equivalia ao matrimônio. Como José não sabia que Maria havia concebido pelo Espírito Santo [essa é uma corrente – hipótese da *Suspeita*. A outra corrente é a do *Temor Sagrado*, como veremos adiante], tinha direito de repudiá-la, considerando-a culpada de adultério. Por ser justo, porém, tenta abandoná-la em segredo. Qualquer tentativa de divórcio iria tornar Maria suspeita de adultério.

¹³ EUSÉBIO, *Hist. Eccl.* 3.11, em PG XX, col. 248. In: BERTOLIN, J. A. *São José, imagem terrestre da bondade de Deus*, p.13.

submisso (*Lc 2,48*); h) Era um homem justo (*Mt 1,19*). Podemos ter uma idéia sobre José por analogia, mas não vamos nos deter nesse particular, interessa-nos apenas a função específica dada por Deus a José para ser pai de seu Filho. O nosso objetivo é aprofundar os dados sobre a paternidade de José no contexto da revelação.

Sobre a pessoa de José muito pouco se pode dizer. Bertolin é cauteloso em afirmar situações que extrapolem os evangelhos.¹⁴ Sobre a vida pessoal de José temos alguns acenos, mas sobre sua morte nos faltam informações.¹⁵ Não obstante a angústia do silêncio, Deus quis precisar de José para cuidar de seu Filho juntamente com a sua eleita, Maria. O silêncio de José intriga por ser profundamente comunicativo. Importa, verdadeiramente, saber que José fez das palavras que ouviu o conteúdo de sua vida “José filho de Davi não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo” (*Mt 1,20*).

Quanto à idade de José, não é conveniente propagar as invenções dos apócrifos, que apresentavam José idoso ao lado de Maria para não comprometer a concepção virginal. Na arte, na escultura e também no teatro religioso as imagens de José com traços de um idoso foram abundantemente exploradas. Contudo, nem mesmo para a cultura da época era comum o casamento de uma jovem com um velho.

Foi Gerson (1363-1429) que reagiu a esta concepção errada e injusta em relação aos pais de Jesus. A missão de José, especialmente como esposo de Maria, começou a ser valorizada e vista, desde o mesmo patamar, nos dons e nas virtudes.¹⁶ Gerson alertou sobre os erros em relação à idade do esposo de Maria. Conscientes dos exageros que existiam e buscando uma resposta que fosse intermediária, alguns escritores atribuíram a José a idade de um homem que ainda estava com todo vigor, mas que carregava consigo a sabedoria e a experiência da vida. Para Isolano, a imagem que se deve ter de José é aquela sugerida pelas Sagradas Escrituras de que era um homem capaz de arcar com as responsabilidades de pai e esposo.¹⁷

Naturalmente, as razões para negar uma idade avançada a José como esposo podem estar no fato de que um homem muito velho seria incapaz de gerar filhos e também teria

¹⁴ Cf. BERTOLIN, J. A. *Op. cit.*, p. 8-11.

¹⁵ “Depois do episódio da perda e do encontro de Jesus em Jerusalém, os Evangelhos não falam mais de José. Podemos supor que sua vida se apagou antes da vida pública do Salvador. João diz que nas núpcias de Cana estavam presentes Maria e Jesus. Com certeza José também estaria presente, caso ainda estivesse vivo”. O livro apócrifo “*História de José o Carpinteiro*” narra que ele faleceu com a idade de 112 anos, no dia 26 do mês de abib (agosto) sem nunca ter tido antes uma doença, ou uma dor, ou ter perdido um dente se quer. Os Arcanjos Miguel e Gabriel levaram sua alma para Deus colocando-a num invólucro resplandecente. Acrescenta que toda Nazaré e toda a Galiléia choraram sua morte. Cf. PERONA, G. *São José, a sombra de Deus Pai*, p. 41.

¹⁶ GONZÁLOS, L.M., *Iconografia de São José, sus fuentes*, p. 203-212.

¹⁷ ISOLANO, I. *Suma de los dones de San José*, p. 455.

dificuldades para defender Maria de eventuais calúnias de adultério e de livrar Jesus de ser considerado um filho bastardo. Além disso, não poderia desenvolver suas funções de pai nas diversas circunstâncias como a viagem de Nazaré a Belém e, depois, ao Egito com retorno a Nazaré. Acrescenta-se, ainda, que pudesse ter dificuldades de prover as necessidades elementares para Jesus e Maria, devido às forças físicas debilitadas.

É interessante levarmos em consideração a intenção dos apócrifos ao defender que se José não fosse velho seria impossível conviver castamente com Maria, sua jovem esposa. Contudo, essa idéia pode ser ofensiva a esse homem dotado de uma graça especialíssima de Deus. Ainda que o Antigo Testamento não fale a respeito da idade dos jovens ao contrair matrimônio¹⁸, Carrasco afirma que, segundo o conhecimento e as fontes de que hoje se dispõe, e que os antigos escritores não tinham, é consenso comum atribuir a José a idade entre 18 e 25 anos, porque um jovem hebreu geralmente se casava nesse período da vida.¹⁹

No horizonte da fé, podemos garantir que José é o homem do silêncio, da disponibilidade, da humildade e da prontidão à vontade de Deus. Os evangelhos definem José com uma frase: "era um homem justo" (*Mt* 1,9).

1.2 A DESCENDÊNCIA DE DAVI

Para entender José é importante resgatar o seu descendente mais ilustre: Davi. “O sinal indispensável da messianidade de Jesus, a condição indispensável desde sempre, era que fosse descendente de Davi. De fato é claro que José é filho [descendente] de Davi”.²⁰ Nesse sentido, é oportuno conhecer alguns aspectos do rei Davi.

Pixley afirma que “pouco antes do ano 1000 a.C. Davi de Judá surge como rei de Israel. Além de militar foi um líder político que mudou profundamente a índole da nação”.²¹ Era um herói reconhecido e estimado pelo povo. A vida pública de Davi teve início na condição de militar no exército de Saul. É conhecida a “derrota do filisteu Golias” por parte de Davi. Provavelmente seja uma transferência, pois a mesma proeza é atribuída a Elcana em

¹⁸ “O AT não dá informação sobre a idade para o matrimônio. Provavelmente, era contraído em idade muito tenra, como ocorre nas comunidades menos civilizadas; as jovens provavelmente chegavam ao matrimônio não muito tempo depois de alcançarem a puberdade. O AT também não fornece dados sobre a cerimônia do matrimônio; é provável que não houvesse uma cerimônia formal além da entrada da mulher na casa do marido”. MCKENZIE, J. *Matrimônio*, p.593.

¹⁹ CARRASCO, J. A. *San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa*, p. 47.

²⁰ *Ibidem*, p. 22.

²¹ PIXLEY, J. *A história de Israel a partir dos pobres*, p. 25.

2Sm 21,19. As façanhas militares de Davi faziam o povo cantar: “Saul matou mil, mas Davi matou 10 mil” (1Sm 18,7). O fato de Davi casar-se com Micol, uma das filhas de Saul, ficou gravado na memória popular como resultado de suas proezas militares (1Sm 18,17-30).

Conforme Pixley, foram numerosas as vitórias de Davi. Muitas foram as reflexões políticas daí demandadas (2Sm 8,1-14). “Davi construiu um império. Por quê? Uma suspeita que parece bem fundada é que desta forma Davi podia sustentar um significativo aparelho de Estado sem impor tributos à tribo de Israel”.²² O alívio dos impostos de um lado implicou o domínio de outros povos, afinal Davi tinha um império sob seus cuidados. Manteve sob seu domínio os edomitas, os moabitas, os filisteus, os amonitas e os arameus. Deles cobrava tributos para sustentar seus palácios. Contudo, Davi é lembrado na Bíblia como rei bom, provavelmente por causa dos êxitos militares e por ter respeitado as tribos de Israel.

Percebendo a importância desses dados sobre Davi entenderemos de qual dinastia José era descendente. O rei sempre foi uma figura de destaque. Segundo Schmidt, “no Antigo Oriente cabe ao rei um papel decisivo na religião: ele é intermediário entre Deus e os humanos e representa, de um lado, a divindade na terra e, de outro, os seus súditos diante dos poderes celestes”.²³ Isso não quer dizer que o rei seja um deus. Fazia-se uma clara distinção entre pessoa e cargo. No Antigo Império, o faraó de modo algum foi visto como um deus, porque era uma pessoa.

“Não é o rei que é divino, mas o cargo ocupado por ele, do qual ele está incumbido” (H. Goedicke *Die Stellung des Königs im Alten Reich*, 1960, p. 89s). Ainda que, como filho de Deus (v. infra § 12b, 1), fosse destinado desde o nascimento ou já antes do nascimento (“no ovo”; cf. RTAT, p. 54s.) a ser soberano, o rei recebe caráter divino somente através do ritual realizado por ocasião da entronização. Mas somente após a morte o rei é considerado completamente deus; enquanto vivo o rei possui caráter divino e humano. Assim a pessoa do rei, durante sua existência, não é objeto de culto, porém sua estátua pode gozar no templo de honrarias divinas. E no túmulo adora-se o rei morto que, através da realização de certos rituais, se tornou idêntico ao Deus Osíris, que morre e ressuscita (assim desde a 5ª dinastia). O sucessor do rei sobe ao trono como sendo Horus, o filho de Osíris.²⁴

Com base nessa leitura, podemos compreender mais profundamente a eleição de Davi na condição de rei. Como Davi não era unanimidade, também se fazia resistência em

²² Ibidem, p. 25

²³ SCHMIDT, W. *A fé do Antigo Testamento*, p. 273.

²⁴ Ibidem, p. 273-274.

relação à descendência do Messias. Em Isaías 9 podemos ler sobre a esperança do Messias: o único e decisivo motivo de alegria em relação às promessas de Deus. Mas é somente em Isaías 11,1-5 que vai se tornar independente e ampla a promessa, conforme a leitura de Schmidt: “Embora o “quando” da salvação futura novamente fique em aberto, a salvação é certa. Ela não depende de nenhum “se”, em analogia às demais profecias messiânicas, ela tampouco depende de uma conduta humana, como, por exemplo, da penitência”.²⁵

É importante entender que a descendência de José da dinastia de Davi não é uma escolha dele, mas uma eleição divina. O próprio Davi não escolheu ser o tronco do salvador, mas foi Javé que veio ao seu encontro. Por outro lado, garante Schmidt, o “rebento” provém “do tronco de Jessé”, da casa paterna de Davi (*1Sm* 17.12ss; *2Sm* 23.1), não da linhagem do rei em exercício: “Com o soberano vindouro, Deus inicia mais uma vez no mesmo ponto onde outrora havia começado com Davi. Contudo, de forma tal que aqui há mais do que Davi”.²⁶

No contexto da teologia davídica elaborada pelos sacerdotes do rei na cidade de Jerusalém, os salmos compõe os livros de oração do Templo daquela cidade. Nesse sentido Pixley apresenta alguns temas de grande relevância que são lidos como pré-anúncio da vinda do Messias.

Partindo da “teologia do fato” e não do “fato em si”, constata-se que o elemento central dessa teologia é o pacto estabelecido entre Javé e Davi. No Salmo 89 é que se faz presente essa teologia. É interessante notar o paralelo que se traça entre a teologia do Êxodo, na qual a aliança entre Javé e Israel é feita no Sinai por intermédio de Moisés e a teologia davídica. Na teologia de Moisés o povo teria que observar os mandamentos para que Deus se fizesse presente na vida deles (*Ex* 19,3-3). Quanto à teologia davídica, por outro lado, como podemos ver nesse salmo, observamos Javé e Davi estabelecendo a aliança entre eles (*Sl* 89,4-5). É importante destacar que essa aliança é eterna e inquebrantável pelo fato de ter sido fundada no juramento de Javé (*Sl* 89-35,36). Na aliança de Moisés havia dois pesos com igual medida, agora vemos que há dois pesos e duas medidas. Mesmo que o rei viole os mandamentos, a aliança irá permanecer, porque Deus não quebra seu compromisso. Naturalmente que haverá conseqüências para o não cumprimento dos mandamentos, mas isso não é o fim.

²⁵ Ibidem, p. 301.

²⁶ HERMISSON, H. *Evangelische Theologie*, 1973, v. 33, p.62s. In. SCHMIDT, W. *A fé no Antigo Testamento*, p. 302.

O segundo tema de grande relevância é a expressão da eleição de Davi que é vista como a declaração de que os reis de Jerusalém são filhos de Javé. Mesmo que seja no contexto de adoção nem por isso são menos filhos. Destaca-se o salmo 2 por apresentar uma espécie de liturgia de entronização de novos reis, onde se pode ler as palavras centrais consideradas um decreto de Javé: “Tu és meu filho, eu hoje te gerei. Pede, e eu te darei as nações como herança” (*Sl* 2,7-8). Pixley destaca que esse elemento ideológico pertencia a outras nações, mas a teologia de Jerusalém também assumiu como sendo dela.

O terceiro tema apontado está diretamente vinculado às motivações apresentadas sobre a eleição do rei, ligada à cidade de Jerusalém que fora escolhida por Javé para ser seu “repouso” (*Sl* 132,13-14). O salmo 132, diz Pixley, demonstra a preocupação de Davi em buscar um lugar para a arca de Javé.

Ao estudar a teologia davídica, segundo Pixley, percebemos que ela não esquece que Javé é o Deus dos pobres. Nesse sentido, Javé tem a preocupação de escolher para Sião um rei benfeitor que esteja preocupado com os pobres em todos os momentos. É Javé que coloca o rei sobre o trono. No salmo 72 vemos esse aspecto essencial da teologia ser desenvolvido.²⁷

Aquilo que pertencia a Davi, em certo sentido, pertence agora a José. Ao recordar a teologia davídica compreendemos a teologia de José, que nos faz acolher o princípio da salvação a partir do pobre. Na pobreza, Deus revelou o seu poder e a sua força. O mesmo Deus que agiu desde Davi se faz presente hoje. Jesus deve pertencer à mesma dinastia de Davi, porque ele está unido aos desígnios de Deus e não vem para anular aquilo que Deus já construiu, mas para dar testemunho do amor que veio para salvar.

Dentro dessa lógica, a descendência de José foi devidamente registrada. O Filho de Maria era também da descendência de Davi por causa do conjunto da Revelação que culmina nos dois Testamentos. Jesus não veio romper com o Antigo Testamento, mas veio lhe dar pleno cumprimento.²⁸ Um dos sinais palpáveis do vínculo de Jesus com o Antigo Testamento é a genealogia de José. Não se pode considerar a genealogia de sua esposa do ponto de vista legal sem a descendência davídica.

No contexto da genealogia, comenta-se, ainda, sobre o pai de José, uma vez que Mateus menciona Jacó, enquanto Lucas fala de Eli. Para resolver essa situação apresentou-se uma resposta que foi fundamentada na Lei do Levirato (a esposa viúva deveria casar-se com

²⁷ PIXLEY, J. *A história de Israel a partir dos pobres*, p.31.

²⁸ “A Lei e os Profetas chegaram até João. Desde então se anuncia o reino de Deus, e cada um se esforça para entrar nele. Porém, é mais fácil passar o céu e a terra do que cair um só pontinho da Lei” (Lc 16,16-17).

seu cunhado para honrar a memória de seu marido se o mesmo morresse sem deixar filhos). Foi o caso do pai de José. Diz-se que José é filho de Jacó, porque esse foi o primeiro esposo de sua mãe. Mas, na realidade, José foi filho de Eli. Contudo, mesmo que Eli seja o pai biológico de José, para a sociedade José era considerado filho legal de Jacó. No caso da descendência davídica, ambos estão incluídos, por isso não afeta o propósito da revelação, tampouco a linha da genealogia.

Segundo Stramare, Mateus tem uma intenção ao apresentar a árvore genealógica (*Mt* 1,1-17). Num primeiro momento, percebemos que Jesus é descendente de Abraão, portanto judeu e, depois, descendente de Davi, por isso: Messias do povo hebraico. Na genealogia de Lucas, por exemplo, a finalidade é realçar a descendência de Jesus por parte de Abraão e de Davi (*Lc* 3,23-38).

A promessa de Deus dá sentido ao povo hebreu por trazer consigo a certeza de que a vinda do Messias estaria assegurada pelo fato de já ter sido garantida a Davi. Não obstante, ela só foi concretizada de forma definitiva através do esposo de Maria, José.

Não é por acaso, pois, que José é mencionado entre os descendentes de Davi (*Mt* 1,16) e é, repetidas vezes, apontado como “filho de Davi” (v. 20), da “casa de Davi” (*Lc* 1,27), da “casa e família de Davi” (2,4). Se os evangelistas não estão preocupados com reivindicar essa qualificação para Maria, não é preciso forçar o texto, mas simplesmente reconhecer que a messianidade de Jesus passa através de José. Jesus é filho de Davi, porque José o é.²⁹

Não é Maria a principal preocupação dos evangelistas no que diz respeito à descendência de Davi, por isso não podemos deixar de dar o devido destaque a José. O vínculo de Jesus a Davi passa por José e deve ser respeitado como tal. Aliás, esse argumento é determinante para que toda a autoridade do Antigo Testamento tenha uma conclusão à altura de suas promessas. Toda a série dos “gerou” termina em José. O elo de Jesus à genealogia por meio de José passa pelo matrimônio.

A genealogia (*Mt* 1,1-17) não deve ser absolutamente separada do relato da origem de Jesus (vv. 18-25). A genealogia legaliza a davidicidade de José; a série dos “gerou” pára nele (v. 16) com pleno respeito à ação do Espírito Santo reivindicada pela concepção de Jesus (v.18); a ponte entre José, “filho de Davi” (v. 20), e Jesus é

²⁹ STRAMARE, T. *José*. In. DM, p. 654.

constituída pelo “matrimônio” de José, expressamente qualificado como “esposo de Maria”, da qual justamente nasce Jesus.³⁰

Observamos que Mateus não afirma que José “gerou Jesus”, mas que “Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus” (1,16). Essa afirmação faz de José o último elo da genealogia davídica.³¹ Isso é importante, uma vez que a pretensão da genealogia de Davi era revelar a origem messiânica de Jesus. Nesta declaração, o evangelista deixa clara a concepção virginal de Jesus, explicitando que José não é o seu pai natural. Porém, sendo pai legal, por direito, transmitiu a descendência a Jesus. Por essa razão Jesus é descendente de Davi e herdeiro da promessa divina. Os hebreus viam como condição necessária para a chegada do Messias prometido, que este fosse da descendência de Davi (2Sm 7,16; 1Cr 17,14).

Wolfgang Trilling afirma: “Tornando-se ‘filho de Davi’ através de José, ele pode ser o Messias; ou inversamente: porque ele era o verdadeiro Messias (como foi reconhecido definitivamente pela comunidade pós-pascal), ele é também o ‘filho de Davi’, não só no sentido espiritual de uma filiação adotiva, mas em sentido legal, fundado sobre a genealogia”.³²

1.3 O CARPINTEIRO DE NAZARÉ

De acordo com os evangelistas (cf. *Lc* 1,26; *Mt* 2,23), José viveu em Nazaré, na Galiléia, exceto o período em que precisou ficar exilado no Egito para defender sua família das armadilhas advindas das perseguições políticas (cf. *Mt* 2,13-21).³³ Porém, não se sabe se nasceu nessa cidade.³⁴

³⁰ Ibidem, p. 654

³¹ CARRASCO, J.A. *Orientações de los Estudios Bíblicos Modernos sobre Mt 1*, p.185.

³² TRILLING, W. *Op. cit.*, p.16.

³³ Cf. DANIELE. G. *São José na Bíblia*, p. 11-12. Esse relato é importante. Sendo que a exegese não aceita o fato como histórico, optamos em fazer a leitura do relato a partir do gênero literário midraxe *haggadah* (reconstrução imaginosa do lugar e do episódio narrado. O seu objetivo é sempre a aplicação prática do texto ao presente). Cf. MCKENZIE, J. *Midraxe*, p. 609.

³⁴ Cf. BERTOLIN, J. A. *São José, imagem terrestre*, p. 12-13.

Pela tradição judaica, José recebeu seu nome depois da circuncisão.³⁵ Sendo José um judeu em total sintonia com os costumes de seu tempo, presume-se que tenha sido circuncidado no oitavo dia. Em seguida recebeu o nome de José que, traduzindo significa crescimento, aumento.³⁶ É bem provável que José tenha aprendido a ler o hebraico da Torá quando ainda era criança.³⁷ O fato de José estar vinculado ao Templo, mesmo sendo um leigo, exigia dele conhecimento das Escrituras.³⁸

Historicamente, José precisou enfrentar as realidades de seu tempo marcadas pela dominação romana. Desde o ano 63 antes de Cristo, o seu povo vivia sob o jugo dos romanos, que introduziram na Palestina o progresso, particularmente construções imponentes, assim como os seus ídolos e templos profanos para cultuar seus deuses. Nesse sentido, no contexto do gênero literário midrax hagada, o importante é ter presente a coragem de José para enfrentar todas as adversidades de seu tempo. Como o povo de José se *considerava* privilegiado por ter a honra de ser o único conhecedor do Deus verdadeiro, todas essas novidades eram uma afronta ao povo de Israel. Os dominadores romanos, totalmente desvinculados dos princípios dos hebreus, foram enfrentados por meio de constantes revoltas, guerrilhas e revoluções armadas por parte do povo, na esperança de libertar todo tipo de dominação estrangeira.

Era em volta do Templo que girava a vida religiosa, social e política dos hebreus. Ele foi construído pelo rei Salomão no século X a.C, destruído por Nabucodonosor em 586 a.C., reconstruído por Zorobabel, e depois novamente destruído por Herodes por volta do ano 20 a.C. para que outro mais suntuoso e rico ocupasse o seu lugar. Esse último só ficou pronto no ano 64 a.C.³⁹

Assim podemos concluir que José participava ativamente da realidade que era própria dos hebreus, ainda que a Sagrada Escritura não revele essas informações. Todo bom

³⁵ O rito de cortar a membrana externa do órgão masculino é antigo, sendo muito difundido entre os povos primitivos mesmo em nossos dias: calcula-se que seja praticado por cerca de duzentos milhões de pessoas. No antigo Oriente Médio, a prática está documentada com certeza no caso dos egípcios [...]. É quase certo que a circuncisão era praticada por todos os sacerdotes, mas não se sabe ao certo, se, além da classe sacerdotal, outros homens fossem circuncidados. Contudo, o próprio Jesus foi circuncidado oito dias depois de seu nascimento (*Lc* 2,21. Cf. MCKENZIE, J. *Dicionário Bíblico*, p. 171-172. “Segundo os relatos bíblicos, a circuncisão começou a ser praticada pelo clã de Abraão, depois de sua entrada em Canaã e foi prescrita por Deus como sinal da Aliança estabelecida com Abraão, *Gn* 17.9-14,23-27. O costume continuou sendo observado pelos patriarcas, *Gn* 34.13-24, e também no Egito, segundo *Js* 5.4-5. Entretanto, segundo o relato de *Ex* 4.24-26, parece que Moisés não foi circuncidado. A circuncisão, esquecida no deserto, foi restabelecida na entrada da terra prometida, *Js* 5.4-9”. DE VAUX, R. de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p.70.

³⁶ “Para a Bíblia, o nome traduz a missão que a pessoa deve cumprir. José, em hebraico, é uma forma verbal que significa filho que cresce, aumento, acréscimo, abundância” *Gn* 49,22. cf. BERTOLIN, J. A. *São José, fiel vocacionado*, p.11.

³⁷ BERTOLIN, J. A. *São José: imagem terrestre da bondade de Deus*, p. 13.

³⁸ *Ibidem*, p.10.

³⁹ *Ibidem*, p.15. Veja também MCKENZIE, J. *Templo*, p.912-918.

hebreu oferecia seus sacrifícios a Deus no átrio do edifício sagrado, onde se faziam imolações de animais. O Templo exigia 10% de impostos de todos os hebreus para que as taxas dos funcionários do Templo fossem pagas. Pelo fato de José ter sido considerado justo (*Mt* 1,19), esse aspecto não poderia ser ignorado. José também pagava os impostos.⁴⁰

A profissão de carpinteiro José herdou do pai, uma vez que era costume da época o pai transmitir a profissão ao filho.⁴¹ Concluimos que desde a adolescência José pertencia à categoria dos artesãos. Analisando os costumes da época, podemos deduzir que José era dono de uma oficina, portanto, muito mais que um simples carpinteiro, ainda que humilde.⁴² Não fabricava somente armários, mesas e cadeiras, como nos vem à mente quando pensamos nos afazeres de um carpinteiro. Sua profissão, acredita-se, era muito mais ampla, abrangendo outras aptidões, segundo as necessidades da pequena Nazaré, onde morava. Pelas humildes referências da cidade, deduzimos que ela não oferecia possibilidades de mão-de-obra especializada. José não foi carpinteiro em Jerusalém, ou em Tiberíades, Jericó ou Cafarnaum, onde viviam a aristocracia e a burguesia e onde poderia ter executado com maior satisfação trabalhos mais refinados e móveis de luxo. Ao contrário, supõe-se que exerceu a profissão de carpinteiro em um lugarejo nas montanhas onde moravam os lavradores humildes, com casas pobres e simples.

A vida pessoal de José será compreendida corretamente se tivermos presente a vida de um hebreu, sem ignorar a historicidade de *Mt* 1-2.⁴³ Falamos dos hebreus, em geral, para termos uma idéia da vida particular de um deles, por isso não há certezas “matemáticas” sobre sua vida profissional e pessoal. O dia de um hebreu começava bem cedo com o trabalho, mas era interrompido por orações, segundo o costume dos israelitas. Fiel à tradição, José, provavelmente, interrompia suas atividades para recitar a oração prescrita pela lei de maneira regular e fiel. Presumimos que José recitasse a mesma oração três vezes ao dia (9hs, 12hs e 15hs).⁴⁴ Esse artesão, descendente da tribo de Judá e da antiga dinastia da família do rei Davi,

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ “... as profissões eram geralmente hereditárias”. Cf. DE VAUX, R. *Op. cit.*, p. 102.

⁴² “O AT menciona muitas associações de artesãos: trabalhadores de moinhos, padeiros, tecelões, barbeiros, oleiros, lavandeiros, chaveiros, joalheiros... Um termo mais geral, *haras*, designa o trabalhador em madeira, em pedra, sobretudo em metais, e o ferreiro, fundidor ou cinzelador. Trabalhava-se em regime de oficina familiar, o pai transmitia o ofício a seu filho e às vezes tinha a seu serviço alguns ajudantes, escravos ou assalariados”. Ibidem, 101.

⁴³ DANIELI, G. *Storicità di Matteo I-II: stato presente della discussione*, p. 53-61.

⁴⁴ “Ouve ó Israel: Iahweh nosso Deus é o único Iahweh! Portanto, amarás a Iahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força.” (*Dt* 6,4-5). Nesse texto está resumida a fé israelita. Ainda hoje, pelo menos duas vezes por dia essa oração é recitada por todo judeu piedoso. A mesma é conservada em pequenas caixas amarradas com tiras de couro (cf. *Mt* 23,5), depois se prende ao braço esquerdo e na frente para que a Lei esteja bem perto do coração e na mente de todo israelita. Por aquilo que os evangelhos nos relatam,

teve Nazaré da Galiléia como sua morada e a carpintaria como local de trabalho.⁴⁵ Viveu na Palestina no tempo de Herodes⁴⁶, onde imperavam César Augusto⁴⁷ e Tibério.⁴⁸

Quando conhecemos a função de uma categoria de trabalhadores num determinado ambiente cultural, podemos comentar sobre as condições de trabalho desse grupo específico. A partir do trabalho e da maneira como exerce seu ofício podemos tirar conclusões sobre seus protagonistas.

Sendo que a profissão é transmitida de pai para filho, provavelmente Jesus também foi carpinteiro em virtude da herança recebida de seu pai. Jesus deve ser compreendido no contexto cultural da época, portanto, em perfeita sintonia com a realidade familiar na qual vivia, até mesmo no quesito “profissão”. Acreditamos, em sintonia com a Tradição e com o Evangelho (cf. *Mc* 6,3) que Jesus foi carpinteiro porque seu pai era um carpinteiro.

1.4 A PROMESSA DO MATRIMÔNIO

Na cultura judaica o casamento era visto como uma honra para a família. A monogamia era o estado mais freqüente no contexto da família israelita. Nos livros de Samuel e Reis, que compreende toda a monarquia, não há outros casos de bigamia além daquele do pai de Samuel (*ISm* 1,2). Da mesma forma são os livros sapienciais, que não falam de poligamia. Outro exemplo é a história familiar contada pelo livro de Tobias que apresenta apenas situações estritamente monogâmicas. Os profetas, por sua vez, apresentam Israel como esposa única escolhida por Deus (*Os* 2.4s; *Jr* 2.2; *Is* 50.1; 54,6-7; 62.4-5).⁴⁹

Inserido nesse contexto, José deseja contrair matrimônio com Maria. O acontecimento mais remoto da juventude de José é acenado por Lucas. Trata-se do momento da Anunciação de Maria em que a jovem é apresentada pelo autor como virgem e noiva de um homem da descendência de Davi (*Lc* 1,27). “Maria não mora com José, mas está ainda com seus

provavelmente Jesus sabia este texto de cor desde menino, porque o citou como “o maior e o primeiro mandamento” (*Mt* 22,38).

⁴⁵“Terminando de fazer tudo conforme a Lei do Senhor, voltaram à Galiléia, para Nazaré, sua cidade” (*Lc* 2,39).

⁴⁶ Por um erro antigo, a era cristã começa alguns anos depois do nascimento de Cristo (cf. *Lc* 2,2; 3,1). Herodes reinou de 37 a 4 a.C. O seu reino acabou por abranger a Judéia, a Iduméia, a Samaria, a Galiléia, a Peréia e outras regiões para o lado de Aurã. Cf. nota b de *Mt* 2,1 In.: Bíblia de Jerusalém, 2006.

⁴⁷ Augusto César governou de 31 a.C. – 14 d.C. Cf. MCKENZIE, J. *Op. cit.*, p. 97.

⁴⁸ Tibério Cláudio Nero, nascido em 42 a.C., filho adotivo e sucessor de Augusto, imperador de Roma em 14-37 d.C. Cf. MCKENZIE, J. *Op. cit.*, p. 934.

⁴⁹ DE VAUX, R. *Op. cit.*, p. 48.

familiares; prova disso é que mais tarde um anjo convidará o jovem a recebê-la em sua casa”.⁵⁰

Observamos que José tratava do matrimônio cuidadosamente procurando não ferir os princípios da lei de Deus. Antes do vínculo definitivo havia o compromisso com a família, uma vez que o noivo deveria pagar um dote ao pai da noiva, segundo a tradição israelita.⁵¹

A sagrada Escritura é explícita em propor declaradamente José como esposo de Maria [e Maria esposa de José] (*Mt* 1,16.18-20.24; *Lc* 2,5). Ele se torna conhecido quando Maria é citada na narrativa evangélica como sendo esposa de José. O fato de Maria ter um noivo foi importante dentro do contexto da cultura judaica para poder ser a mãe do Salvador. Nesse sentido, Maria deveria estar legalmente casada para ser acolhida sem repreensão por seu povo como mãe de Jesus. De outra maneira seria acusada de adultério. A questão do matrimônio entre José e Maria estava certa, por isso, fora de discussão aos olhos de todos. José era considerado o pai de Jesus e este seu filho legítimo, mesmo não sendo filho biológico (cf. *Lc* 2,27.33.41.48; *Mt* 13,55).⁵²

Para preservar Maria e o Verbo encarnado de qualquer calúnia era necessário construir o relato da encarnação sob a aura do matrimônio. Somente a família protegeria Maria de qualquer desconfiança. Ainda que Maria fosse uma mulher religiosa e de extrema confiança, a sua palavra pesaria menos do que os fatos por estar grávida. Além do mais a mulher não tinha qualquer autoridade em relação aos homens.

Esta é uma exigência da encarnação, que para ser “verdadeira” requer não só que o Filho de Deus “nasça de mulher” (cf. *Gl* 4,4) “por obra do Espírito Santo” (*Mt* 1,18), senão que seu crescimento “em sabedoria, em estatura e graça diante de Deus e dos homens (*Lc* 2,52) aconteça em sintonia com as leis do desenvolvimento humano gravadas na instituição da família. Aqui é indispensável a presença da figura paterna, requerida para o perfeito equilíbrio natural seja da mãe seja do filho.⁵³

⁵⁰ DANIELE, G. *São José na Bíblia*, p.31.

⁵¹ Assim como a filha não casada está na dependência do pai, assim também a mulher casada está na dependência do marido. [...]. O Decálogo, *Ex* 20.17, enumera a mulher entre as demais posses, junto com o escravo e a escrava, o boi e o asno. O marido é chamado o *ba'al* de uma mulher, seu “dono”, da mesma forma que é o *ba'al* de uma casa, de um campo, *Ex* 21.3,22; *2Sm* 11.26; Uma mulher casada é “posse” de um *ba'al*, *Gn* 20.3; *Dt* 22.22. [...] Para ter esse direito o marido deveria pagar uma quantia em dinheiro ao pai da moça. Esse pagamento poderia ser feito também em forma de trabalho. Foi o caso de Jacó, *Gn* 29.15-30 ou por um serviço notável, como foi no casamento de Davi com Mical, *1Sm* 18.25-27. Lembremos que o *mohar* (quantidade de dinheiro que o noivo era obrigado a pagar ao pai da moça) não era considerado um comércio de pessoas, mas como uma compensação dada à família já que a mesma iria ficar sem a filha. Cf. DE VAUX, R. *Op. cit.*, p. 49.

⁵² STRAMARE, T. *Giuseppe lo chiamò Gesù*, p. 20.

⁵³ Idem, *San Jose em la historia de la salvación*, p. 35.

Antes mesmo de ser convidado por Deus para assumir Maria e todo o mistério que ela carregava em seu ventre, José trouxe consigo todo o peso da história a partir de seus descendentes, culminando em Davi e Abraão. A responsabilidade de José, do ponto de vista histórico, por causa da paternidade messiânica, é fundamental uma vez que a descendência davídica dada ao menino estava sob a custódia do homem. Não se pode relativizar a lei e os profetas, porque Deus também se fez presente desde os nossos antepassados mais antigos.

José estava prometido em casamento com Maria, porque chegou o tempo do matrimônio para ele e sua esposa. Empenhavam-se muito os pais no casamento de uma jovem hebréia: com eles o noivo discutia as condições do casamento, e especialmente a quantia a ser paga pelo noivo ao futuro sogro em compensação pela jovem, cujo braço era precioso para a família.⁵⁴

Deus não agiu de improviso na vida de Maria, nem deixou que José abandonasse sua fé e seu amor. O amor e a largueza da fé foram mais significativos na vida de José do que os seus próprios interesses. Num primeiro momento, José, mesmo sendo homem justo,⁵⁵ ficou receoso e procurou se esquivar. Alguns autores dizem que é para não difamar Maria; outros afirmam que é por medo de não ter as condições necessárias para assumir tão grande mistério. Na primeira hipótese se faz presente a *desconfiança*, na segunda, o *temor sagrado*. A primeira hipótese é insinuada por São Justino no século II e diz que José suspeita qualquer coisa de perverso na sua esposa. A segunda hipótese é assumida por São Jerônimo e diz que José, conhecendo a castidade de Maria e surpreso com sua gravidez, deixa no silêncio o mistério que não compreendia. A hipótese do *temor sagrado* é defendida por São Basílio, para o qual José se sente indigno de ser o esposo daquela que vai ser a mãe de um filho que foi gerado pelo Espírito Santo.⁵⁶

O casamento de José e Maria já estava “agendado”. A primeira parte das núpcias, de acordo com o costume da época, se dá na casa do pai da noiva e é considerado verdadeiro matrimônio. O noivo passa a ser responsável pela noiva.

Quando Maria fica grávida, José tenta abandoná-la e Deus, então, intervém. Maria apenas diz a verdade e procura assumir sua maternidade e José fica perplexo tentando

⁵⁴ Ibidem, p.32-33.

⁵⁵ A justiça divina não é a distribuição equânime dos benefícios entre todos os homens. Na Bíblia, Deus é justo porque é o justiceiro que vinga os danos causados a seu povo fraco, inocente, vítima de adversários ímpios. Ele age assim por fidelidade à sua aliança com Israel [...] Os salmos e os profetas falam da esperança em Deus, Sol de justiça (Sl 19; Mt 3,20) que, no Dia de Yahvé, fará a diferença entre os justos e os ímpios (o sol no Oriente antigo simbolizava a justiça). Juízo final. Para o ser humano, a justiça é a resposta perfeita ao amor de Deus. O justo rende homenagem a Deus, observa perfeitamente sua lei, guarda uma confiança absoluta em sua justiça apesar de todas as provações (Sl 22,92-119). BÍBLIA TEB.

⁵⁶ Cf. CARRASCO, J. A. *San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa*, p.24-25.

entender o que aconteceu. Deus intervém na vida de José, revela o que se passa em seu coração e convida-o a receber Maria como esposa e a educar Jesus como filho.

Nesse horizonte, o matrimônio é parte integrante do mistério da encarnação para a paternidade legal de Jesus. José torna-se o elo entre a exigência social de incluir o filho no seio cultural de Israel sem omitir o plano de Deus. Maria sozinha não seria capaz de responder às exigências de seu povo, porque aquilo que era exigido do filho não dependia apenas de sua mãe, mas, de modo especial, de seu pai. A paternidade era uma responsabilidade exclusiva e não podia ser delegada a ninguém. Jesus seria expressamente um órfão do ponto de vista legal sem a presença de José. Em outras palavras: não haveria família, desde o ponto de vista tradicional judaico. Maria seria a mãe de um menino, mas não poderia dizer que esse acontecimento pudesse ser considerado o início de uma família aos olhos de seu povo.

A partir dos relatos bíblicos, entendemos que José assume dois projetos: a encarnação diante de Deus e a família diante dos homens. Para os judeus, Maria era esposa de José e Jesus era seu filho; para Deus, Maria continuava sendo a esposa de José e Jesus o seu filho; porém, numa perspectiva totalmente nova, José era pai, mas não em todos os sentidos, pois Jesus foi gerado por obra do Espírito Santo. Contudo, José foi plenamente pai desde o momento em que assumiu a paternidade de Jesus, por isso é apresentado como o Guarda do Redentor e esposo de Maria.

O filho de Maria é também filho de José em virtude do vínculo matrimonial que os une: à raiz daquele matrimônio fiel ambos mereceram ser chamados pais de Cristo; não só ela mãe, mas também ele pai, do mesmo modo que era esposo de sua mãe, pai e esposo por meio da mente, não da carne. Neste matrimônio não faltaram os requisitos necessário para sua constituição: nos pais de Cristo se cumpriu todos os bens do matrimônio: a prole, a fidelidade e o sacramento. Conhecemos a prole, que é o mesmo Senhor Jesus; a fidelidade porque não existe o adultério; o sacramento porque não há divórcio (RC 7).

A legalidade do matrimônio de José e Maria assegurou a legalidade da encarnação no sentido histórico e teológico. Stramare afirma que

o motivo histórico era o de assegurar a Jesus, mediante uma instituição jurídica universalmente reconhecida, o matrimônio, a descendência davídica, indispensável para o reconhecimento de Jesus como Messias. Jesus devia ser filho de Davi! O motivo teológico era o de colocar em contato com a humanidade de Jesus a

primeira e fundamental instituição humana, ou seja, o matrimônio, para que ele pudesse de tal modo purificá-la e santificá-la.⁵⁷

Deus criou o homem e a mulher à sua imagem e semelhança (*Gn* 1,26). Por essa razão são obras-primas das mãos de Deus, por isso, amadas em si mesmas. No homem e na mulher podemos ver o próprio Deus que se faz presente a partir do amor.

1.5 O SONHO DE JOSÉ

Deus se manifesta através dos sonhos. Não se trata de qualquer sonho, mas do sonho de José através do qual Deus revelou seus planos em relação a Jesus por ser ele o “personagem” principal da história.

O anjo veio a José, o chefe escolhido e protetor da Sagrada Família. A combinação da aparição do anjo do Senhor e um sonho tiveram duplamente o mesmo poder, isto é: a comunicação divina a José que tinha antes experimentado ao receber sua missão para com a criança e sua esposa (*Mt* 1,20-3). Os sonhos relembram a consideração do nome de José que foi associado com ambos os sonhos e Egito na história de Israel.⁵⁸

No caso de José, esse recurso foi suficiente para entender o que Deus esperava dele. Deus nunca repetiu o sonho para falar de uma mesma mensagem. As quatro vezes que se manifestou a José foram cruciais para a sua vida, a vida de sua esposa e a do menino.⁵⁹ Num dos sonhos (*Mt* 1,19) José recebeu a notícia de que deveria cuidar de Maria e do Filho que ela estava gerando. O anjo teve o cuidado de explicar a José quem era o menino e qual viria a ser a sua função e missão.⁶⁰ Não havia mais dúvida em relação à veracidade do fato. Ainda em sonho, José, mais uma vez, recebeu a recomendação em vista da vida do menino, que estava sendo perseguido pelo rei Herodes (*Mt* 2,13-14).

⁵⁷ STRAMARE, T. *Giuseppe lo chiamò Gesù*, p. 37.

⁵⁸ TOSCHI, L. *A Fuga e a volta para o Egito*, p. 4, (apostila).

⁵⁹ Cf: Vocação à paternidade (*Mt* 1,20); ordem de fugir para o Egito (*Mt* 2,13); Ordem de voltar do Egito (*Mt* 2,19); Escolha de Nazaré como Pátria (*Mt* 2,22).

⁶⁰ “O anjo é, sobretudo, um mensageiro ou um membro da corte celeste e nem sempre se faz uma clara distinção entre o anjo como ser pessoal e como personificação da palavra divina ou da ação divina”. MCKENZIE, 46.

Enquanto o objetivo imediato para ir ao Egito era salvar Jesus da morte pelas mãos de Herodes, o objetivo providencial foi mostrar o cumprimento do plano amoroso de Deus. Herodes morreu e o anjo do Senhor avisou José para voltar a terra de Israel (Mt 2:15-19). Como filho de Deus Israel havia procurado refúgio no Egito e vindo do Egito para entrar no seu pacto de amor; então agora o filho de Deus, Jesus (Mt 3,17), saiu do Egito para estabelecer “um novo pacto” que fez o primeiro pacto obsoleto (*Jr* 31:31-34; *Hb* 8,8-13).⁶¹

José acolhe o sonho como revelação do próprio Deus por se apresentar a ele como uma realidade palpável. Os Evangelhos apresentam os sonhos na mesma linha da realidade e, por vezes, com mais autoridade do que a própria realidade por estar impregnada de influências humanas, enquanto que o sonho estava povoado pela voz única de Deus. A narrativa bíblica apresenta a voz do anjo como mensagem de Deus e revela um indicativo prático dizendo que a vida precisa ser assegurada, especialmente no perigo.

A fé, retidão e pronta obediência de José são instrumentos não apenas para o filho de Deus entrar no Egito, o símbolo de infidelidade, mas também para o filho de Deus ir além do Egito para a terra de Israel, estabelecendo o novo e eterno pacto. Quando o Espírito Santo é derramado em Pentecostes em cumprimento do novo pacto, os Egípcios também estão presentes lá (*At* 2,10).⁶²

José se torna, então, protótipo de obediência, prontidão, agilidade e responsabilidade. O próprio silêncio do carpinteiro é emblemático. Diante de Deus qualquer argumento é frágil, por isso resta apenas obedecer. José acolhe o sonho porque soube acolher a vida. Ele sabe escutar a voz de Deus porque, certamente, sabia escutar as pessoas; responde prontamente porque já estava esperando alguma manifestação mais concreta para colocar em ação aquilo que seu coração já havia acolhido. Percebe-se harmonia entre aquilo que Deus diz e o que José pensa. Sendo um homem de fé, justo, equilibrado e sereno, podemos dizer que foi fácil colocar em prática a vontade de Deus.

José carregava consigo elementos de sua gente e de sua cultura os quais deveria respeitar (como o direito ao matrimônio, por exemplo), sem ferir sua esposa ou infringir o projeto de Deus em relação à Maria. No sonho, dá-se conta de que os planos de Deus para sua esposa eram também os seus. Maria só poderia cumprir plenamente a missão a ela confiada ao

⁶¹ TOSCHI, L. *A fuga e a volta do Egito*, p. 3, (apostila).

⁶² *Ibidem*.

lado de seu esposo. O sentimento de repúdio que José teve em seu próprio coração (*Mt* 1,19) deve ser lido no contexto do mistério e não da desconfiança. A leitura deve ser favorável ao mistério de Deus que se revela em José e Maria. Com a interpretação posta no plano meramente humano empobrecemos o mistério e reduzimos o projeto de Deus à lógica do mundo.

O sim de José no matrimônio com Maria parece ficar comprometido depois que Deus quis “precisar” dos jovens esposos para contribuir na História da Salvação. No coração havia um grande dilema, uma vez que o compromisso que José havia assumido com Maria era de fidelidade por toda a vida. No sonho, José compreendeu que Deus não estava colocando um peso sobre os ombros do casal, ainda que a intimidade conjugal fosse importante. Havia um motivo que justificava a virgindade: a vontade de Deus por causa do vínculo especial com Jesus.⁶³ O anjo diz a José para não temer ao receber Maria como esposa. Na passagem explica-se que Maria é totalmente inocente em relação ao ocorrido, por isso é o momento que ela mais precisa de seu esposo para poder cumprir a missão que Deus lhe pediu. O mistério da encarnação não deveria ser realizado por uma única pessoa, mas numa família. Deus quis falar ao mundo sobre o mistério da encarnação e, ao mesmo tempo, revelar a importância do ambiente familiar sem excluir o contexto cultural. Nada fica sobrando. José é parte integrante desse mistério, a seu modo, para poder responder os requisitos exigidos pela sociedade. Deus não é um impositor que ignora a realidade de seu povo amordaçando a liberdade de seus filhos. Muito pelo contrário, surpreende a todos com seus propósitos plenamente inseridos no contexto da humanidade.

Ao aceitar Maria como esposa, mesmo depois do sonho, José revela a grandeza de seu coração e de seu amor. O seu sim teve conseqüências na sua vida pessoal, social e religiosa. Na questão pessoal, precisou rever todos os seus paradigmas. No contexto social, não podia deixar de ser aquilo que sempre foi: um trabalhador honesto. Dentro desse universo tinha outro compromisso: educar Jesus. Ele não sabia como o menino iria se comportar e agir, mas na melhor das hipóteses deveria educar seu filho como um pai educa seu filho junto à sua esposa. O fato de Jesus não deixar sua divindade transparecer (*Fl* 2,6) significa que Jesus acolheu plenamente a vontade de seu pai terreno (*Lc* 2,51) sem perder de vista a vontade de

⁶³ No NT a virgindade aparece como ideal ascético. As recomendações explícitas desse ideal não são numerosas; a tradição cristã se baseia tanto na vida de Jesus e seu nascimento virginal (cf. Maria), quanto nas palavras do NT. Jesus recomenda a virgindade somente em *Mt* 19,12; cf. Eunuco. O ideal é proposto explicitamente por Paulo (*1Cor* 7,1.8.25-38). A recomendação é feita pessoalmente em seu nome; não recebeu nenhum mandato do Senhor (*1Cor* 7,25). (...) A virgindade nos homens é louvada em *Ap* 14,4 enquanto cria um vínculo especial de união com Jesus. MCKENZIE, J. *Virgem*, p. 967. É o caso de Maria e José.

seu Pai celeste (Lc 2,49; Jo 14,11). No contexto bíblico há uma leitura significativa sobre os sonhos que nos remete para o mistério da divindade.

A crença de que os sonhos são instrumentos de comunicação divina ou, pelo menos, meios ocultos para conhecer o futuro era uma concepção muito difundida no antigo Oriente Médio. O sonho era concebido como uma comunicação direta ou como um fenômeno simbólico cuja interpretação poderia revelar o futuro. A interpretação dos sonhos fazia parte da ciência da adivinhação (oniromancia).⁶⁴

O sonho de José traz características singulares que se enquadram no contexto da revelação. Nesse sentido, o sonho é um “instrumento de comunicação divina”. Não se trata de apenas mais um sonho, mas “do sonho”. Pela especificidade do conteúdo desse sonho ele se torna único e profético. Através dele entendemos o processo da revelação que se faz presente no contexto da encarnação.

Independente de ser sonho ou visão, o fato é que Deus utiliza um meio legítimo de comunicação para apresentar a sua verdade.⁶⁵ Deus se preocupa com seus filhos, por isso deixa a eles seus avisos, seus mandamentos. Para o que há de mais sagrado, como a narração da aliança de Deus com Abraão, Deus se faz presente através da visão no “sono profundo”. A vocação profética e a profecia de Natã não são apresentadas de outra forma, senão através de uma visão. O meio não desqualifica a mensagem nem a torna mais ou menos importante. Nesse sentido, não se pode excluir o sonho ou a visão como instrumento significativo do qual Deus se serviu para se comunicar com a humanidade.⁶⁶

Somente em Mateus encontramos expressões explícitas sobre os sonhos. Os sujeitos de tais sonhos são três: a) José (1,20: vocação à paternidade legal; 2,13: ordem para fugir ao Egito; 2,19: ordem de voltar para a pátria; 2,22: escolha da Galiléia como morada), b) os magos (2,19: mudança do itinerário de volta) e c) a mulher de Pilatos (27,19: advertência a respeito do processo de Jesus). “Todos os sonhos mencionados no Novo Testamento são *teoremáticos*, não *alegóricos*.”⁶⁷ Aos sonhadores aparece o Senhor (At 18,9; 23,11 – visão) -

⁶⁴ MCKENZIE, J. *Sonho*, p. 897

⁶⁵ No tocante à comunicação de Deus com os homens “Tanto Mt 1-2 como a segunda metade de At apresentam uma concepção teológica que não é encontrada em outras partes do Novo Testamento: essa concepção consiste na ênfase sobre a intervenção de Deus na história, mostrando as ações dos personagens principais como mais diretamente sujeitas à guia de Deus, precisamente como se manifesta nos sonhos”. MCKENZIE, J. *Sonho*, p. 898.

⁶⁶ “Entre os escritores greco-romanos, Plutarco define os sonhos como “nossa mais antiga e respeitada forma de adivinhação” (“A ceia dos sete sábios”, *Moralia* 159 A; ver também Cícero, *De Div* 1,20-32). Cf. Cox, *Dreams in Late Antiquity*, p. 155-159. In. CARTER, W. *O Evangelho de Mateus*, p.101.

⁶⁷ As idéias sobre o sonho, como sobre o símbolo evoluíram muito e não temos porque fazer o histórico dessa evolução. Mas mesmo hoje em dia, os especialistas ainda estão divididos a respeito. Para Freud, o sonho é a

ou mensageiro divino, seja ele um anjo (*At* 26,23; *Mt* 1,20;⁶⁸ 2,13.19), ou um homem (*At* 16,9) e lhe dá uma clara indicação a cerca daquilo que deve acontecer ou que ele deve fazer”.⁶⁹

Percebemos que ligado aos sonhos de José estão os anjos, os quais na mentalidade e concepção bíblica são considerados como seres do mundo celeste e mensageiros de Deus.

Em Mateus, além das três aparições referidas a José, encontramos o anjo do senhor, ao menos uma vez, não mais em sonho, depois da ressurreição (28,2). Está ausente em Marcos; Lucas o apresenta duas vezes nas narrações da infância (1,11; 2,9) e quatro vezes nos Atos (5,19; 8,26; 12,7.23).

1.6 O NASCIMENTO DE JESUS EM MATEUS E LUCAS

A compreensão da vida de Jesus só é possível quando se leva em conta o projeto salvífico divino.⁷⁰ Entre Mateus e Lucas há claras diferenças. A identidade do menino, sua origem divina e sua messianidade são preocupações de Mateus. Conforme Fabris,

a origem davídica de Jesus é assegurada através de José, filho de Davi, cuja árvore genealógica se expões, remontando até Abraão (*Mt*) e Adão (*Lc*).⁷¹ O nascimento

expressão, ou a realização, de um desejo reprimido (FRES, 123); para Jung, ele é a *auto-representação, espontânea e simbólica, da situação atual do inconsciente* (JUNG, 228); Para J. Sutter, e esta é a menos interpretativa das definições, o sonho é um *fenômeno psicológico que se produz durante o sono, constituído por uma série de imagens cujo desenrolamento representa um drama mais ou menos concatenado* (PORP, 365). O sonho se subtrai, portanto, à vontade e à responsabilidade do homem, em virtude de sua dramaturgia noturna ser espontânea e incontrolada. É por isso que o homem vive o drama sonhado, como se ele existisse realmente fora de sua imaginação. CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Sonho*. Dicionário de Símbolos, p.844.

⁶⁸ “Os anjos são seres intermediários entre Deus e o mundo, mencionados sob formas diversas nos textos acadêmicos, ugaritas, bíblicos e outros. Seriam seres puramente espirituais, ou espíritos dotados de um corpo *etéreo, aéreo*; mas não poderiam revestir dos homens senão as aparências. Ocupariam para Deus as funções de ministros: mensageiros, guardiães, condutores de astros, executores de leis, protetores dos eleitos [...]. Os anjos desempenham também o papel de sinais de advertência do Sagrado. O anjo, em sua qualidade de mensageiro, é sempre portador de uma boa notícia para a alma”. CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Anjos*. Dicionário de Símbolos. p.60-61.

⁶⁹ A. OEPKE. In. STRAMARE, T. *I sogni di S. Giuseppe*, p.110.

⁷⁰ A reflexão sobre o nascimento de Jesus e a Epifania será a partir da Obra de Mauro Negro *Anunciação ao justo José*, p. 75-84. Esse tema foi apresentado na III Semana Teológica sobre São José em Apucarana em 2008.

⁷¹ É impossível conciliar as divergências entre as duas árvores genealógicas de *Mt* 1,1-16 e *Lc* 3,23-38. Elas, de fato, se contradizem, não só pela diferença dos pais atribuídos a José, Jacó (*Mt*) e Eli (*Lc*), mas também pela disposição geral, pela qual Mateus traz a descendência davídica “Salomão-Zorobabel”, ao passo que Lucas, a quem passa por “Natã-zorobabel”. Por isso não se podem tomar em consideração as tentativas excogitadas já desde os primeiros séculos para explicar os diversos avós paternos de Jesus, recorrendo à lei do “levirato”: José seria filho natural de Jacó e filho legal do irmão deste, Eli, de acordo com a prescrição bíblica segundo a qual um

de Jesus em Belém de Judá é afirmado pelos dois evangelhos da infância, em conexão com a messianidade de Jesus, descendente de Davi, o belemita (*Mt* 2,1-6; *Lc* 2,3.11).⁷²

Negro apresenta de forma pedagógica e metodológica as passagens a respeito de Jesus em Mateus e em Lucas. As diferenças adentram nas particularidades de cada relato teológico dos Evangelhos dos mistérios da vida oculta de Jesus. O autor propõe uma comparação entre os dois relatos para melhor compreensão das diferenças.

Em todo o Evento da natividade e fatos posteriores, apenas o nascimento de Jesus é comum a Mateus e Lucas. Para Negro, “em *Mt* 1,17 ele é citado de forma direta e objetiva; em *Lc* 2,6-7 ele é preparado pela justificativa de 2,1-5, de ter acontecido em Belém”.⁷³

Os elementos próprios de Mateus são: o nascimento (2,1); a busca dos magos (v. 2b [2,1-12]), a estrela guia (vv. 2c. 2,9c.10), a homenagem dos magos (v.11), a fuga para o Egito (vv. 13.14a); o massacre dos inocentes (v. 16); o novo êxodo (vv. 19-20.21); a escolha de Nazaré (vv. 22-23) e os elementos de Mateus com o estabelecimento em Nazaré e o título de Nazareu aplicado a Jesus. Em Mateus, “nota-se claramente uma referência a uma manifestação *passiva* de Jesus às gentes, na pessoa dos Magos”.⁷⁴ O texto de Mateus é escrito aos cristãos de origem judaica e reflete um projeto teológico particularmente significativo. O compromisso de Jesus é o aspecto central da identidade da comunidade. Os discípulos são chamados por Jesus para “seguir-lo” (cf. *Mt* 4,19-22;9,9;10,1-4;19,21) e para tomar *seu* jugo, não aquele dos poderes opressores (cf. *Mt* 11,29). Não é em nome próprio o seguimento, mas em nome do Senhor que os discípulos devem atuar (cf. *Mt* 5,11; 10,18.22.39; 16,25; 18,5; 19,29; 24,9). Há obediência aos ensinamentos de Jesus (cf. *Mt* 7,24-27; 12,46-50) e separação daqueles que não se dispõem a esses preceitos (cf. *Mt* 13,10-19).⁷⁵

Em Lucas os temas são diversos daqueles de Mateus, apenas coincidindo no nascimento. Estão mais ligados às pessoas envolvidas e, paradoxalmente, relacionados ao povo de Israel, o que seria de se esperar em Mateus. Destaca-se: a justificativa de Belém (2,1-4); o nascimento em Belém (vv. 6-7); a revelação do anjo aos pastores (vv. 8-9.10b.11); a visita dos pastores (vv. 16-18); a circuncisão de Jesus (v. 21); a apresentação no Templo (vv.

irmão tem a obrigação de dar uma descendência ao seu irmão morto sem filhos, desposando a viúva (Lv 25,5-6); cf. Eusébio, *HE* I,1-17, onde é citada a explicação de Júlio Africano, nascido em Jerusalém e autor de uma *Cronografia*, do século III. In. FABRIS, R. *Jesus de Nazaré*, p. 83.

⁷² Ibidem.

⁷³ NEGRO, M. *Anunciação ao Justo José*. p. 8.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ CARTES, W. *O Evangelho de São Mateus*, p.26.

22-23a); a exultação de Simeão (vv. 25-29 [2,25-32]); a exultação e profecia de Ana (vv. 36a-38 [36-38]); o período antes dos doze anos (vv. 39-40); o período depois dos doze anos (vv. 51-52); a perda e o reencontro (vv. 43-50 [2,41-50]).

Segundo Negro, os textos de Mateus e Lucas “são como de forma *hagádica*, como um *midrash* cristão.⁷⁶ E como tal usam de figuras próprias do universo religioso de onde provém. Com isto, contudo, não se deve considerá-los lendas ou mitos, simplesmente”.⁷⁷ O autor propõe a observação das figuras dos magos, da estrela de Belém, que aparecem no relato de Mateus. O Anjo e os pastores aparecem em Lucas.

O relato de Mateus apresenta os Magos⁷⁸ que, por sua vez, *procuram o rei dos judeus, recém-nascido* (v. 2b) com a intenção de adorá-lo (v. 2c). Uma flagrante contradição. Mateus identifica aqui, segundo a consideração de Barbaglio, a *verdadeira identidade do menino e um prenúncio da futura paixão*:

Seria lógico supor que o povo de Israel reconhecesse o seu messias. Ao contrário, Jesus foi recusado exatamente pelos seus conterrâneos. É sintomático que Jerusalém se tenha associado à reação de Herodes. A aversão do rei — e dos jerosolimitanos — representa a aversão dos judeus que não creram nele, chegando até a condená-lo à morte. O judaísmo oficial matou o seu Messias! Todo o relato da vinda dos Magos, guiados pela estrela, sua apresentação a Herodes e a surpresa deste e de toda a Jerusalém, a continuação do caminho dos magos, sob a guia renovada da estrela, a adoração, o aviso em sonho a José que o menino corre perigo, a fuga para o Egito: tudo isto compõe uma situação muito similar, guardados detalhes particulares de cada fato e sujeito que o vive, àquele de outras personagens vétero-testamentárias que são parte do drama da salvação: Jacó, Moisés. Os Magos, sábios de seu tempo, descobriram pela natureza o que Herodes e Jerusalém rejeitam, embora creiam, pela força da violência contra inocentes. O destino da perseguição de Jesus e da sua comunidade encontra aqui uma ilustração plástica de extrema eficácia.⁷⁹

⁷⁶ “Na literatura rabínica, *midrax* significa estudos dos textos sagrados em geral, mas, mais particularmente, um comentário ou uma explicação de caráter homilético. Pode se distinguir dois tipos de *midrax*: a *halakhah* (“caminho”, isto é, conduta) e a *hagadah* (narração). A *halakhah* é uma explicação da Lei, com o objetivo de extrair dela os princípios de conduta; a *hagadah* é uma explicação das passagens narrativas do Pentateuco, com o objetivo bastante amplo de tirar delas lições edificantes. O *midrax* não é uma tentativa de procurar o sentido literal do texto sagrado. [...] O *midrax* visa encontrar o máximo de exemplos edificantes; é uma meditação sobre o texto sagrado ou uma reconstrução imaginosa do lugar e do episódio narrado. O seu objetivo é sempre a aplicação prática do texto ao presente”. MCKENZIE, J. *Midrax*, p. 609.

⁷⁷ NEGRO, M. *Op. cit.*, p. 79.

⁷⁸ “Em Mt 2,1-12, os magos são os possuidores do conhecimento oculto, que aqui é implicitamente identificado com a astrologia. Sua vida do “oriente” é vaga, mas provavelmente deve ser entendida como a Babilônia, que nos tempos do NT era por tradição a pátria da astrologia; mas as passagens do AT que aludem ao aspecto entendem como da Arábia. A história dos magos é sobretudo teológica, como interesse e como objetivo. Jesus é apresentado como o Rei-Messias dos gentios, reconhecido pelos gentios, mas não por seu povo, os judeus”. Cf. MCKENZIE, *Magos*, p. 570.

⁷⁹ BARBAGLIO, *Os Evangelhos*, vol. I, p. 83.

Podemos afirmar que os magos, de certa forma, são o cumprimento da profecia de Isaías 60,6 “Uma horda de camelos te inundará, os camelinhos de Madiã e Efa; todos virão de Sabá, trazendo ouro e incenso e proclamando os louvores de Iahweh”. *Segundo Negro*, este versículo recorda a visita da rainha de Sabá ao rei Salomão, narrada em 1Reis 10,1–13, e Mateus resgata esta imagem profética de Isaías aplicando-a ao Messias em seu nascimento.⁸⁰

Podemos afirmar que os Magos são o sinal de algo novo na história de Israel: um novo que já era esperado, mas que, paradoxalmente, é rejeitado por Herodes. Não se pode deixar esse episódio passar no anonimato, considerando a importância das novas redescobertas.

Os Magos foram dirigidos por Herodes a Belém e solicitados de fazer, depois, um relatório de tudo o que lá haviam constatado; aparece-lhes novamente a estrela e guia-os até a habitação do recém-nascido, onde caíram em terra diante dele em adoração. Tudo assim faz pensar. A estrela e o modo de informar da Sagrada Escritura fazem prever uma coisa imponente. Ao invés é uma realidade modestíssima que vêem: uma mãe com o seu menino em uma casa qualquer. A despeito da aparência pobre, os Magos dão o seu assentimento àquele que vêem e sentem e — adoram aquele pobre menino (v. 11).⁸¹

No relato de Mateus, a estrela de Belém é citada duas vezes no mesmo episódio dos magos. Em Jerusalém eles afirmam ter visto uma estrela no Oriente e consideram o sinal do nascimento de Jesus. Por essa razão o procuram (2,2c); em seguida, tendo deixado Herodes e sua corte, eles a seguem até onde está o menino (2,9b). Nesse sentido, a estrela é uma espécie de *metáfora* do *Rei-Messias*, lembrada depois em Apocalipse 22,16b: *Eu sou o rebento da estirpe de Davi, a brilhante estrela da manhã*. De acordo com Negro, é importante lembrar “que esta imagem da estrela estava, ao menos de forma implícita, muito presente no imaginário judaico das primeiras décadas da era Cristã. Neste sentido a revolta de *Bar Kokhba* (135 d.C.), ou *filho da estrela* em aramaico, anunciando-se como messias, é sintomática e expressa bem o argumento”.⁸²

Perrot em seu argumento a respeito da estrela faz uma leitura teológica.

‘Vimos sua estrela ao surgir’, dizem os magos. Não procuremos uma estrela no céu. Mateus não pensa em algum fenômeno natural, mas num astro que aparece e desaparece na ocasião oportuna. *Importante é apenas sua função, não sua existência como tal*. Na comunidade judeu-cristã do evangelista, todos entendiam esta linguagem. Esta imagem era usada já no mundo helenístico para lembrar a cada

⁸⁰ NEGRO, M. *Op. cit.*, p. 80.

⁸¹ GUTBROD, K. *Il messaggio del Natale. Le tradizioni evangeliche di Mt 1-2 e Lc 1-2*, p. 50.

⁸² NEGRO, M. *Op. cit.*, p. 81.

um o seu destino, ‘sua estrela’. (...) Em Mateus, a estrela não é, contudo, apenas uma metáfora ou imagem do Messias, porque, além disso, ela guia os magos; assim ela é *senal de Deus*, traduzindo nos fatos o que os escribas não podiam descobrir totalmente no profeta Miquéias. Por outro lado, as estrelas eram consideradas pelos antigos como *seres animados de natureza espiritual, divindades* para os pagãos, *anjos* para os judeu-cristãos. *Não há então muita diferença entre a estrela que guia os magos a Belém e os anjos de Lucas que anunciam aos pastores o nascimento de Jesus na cidade de Davi*. Em ambos os casos, é a *Providência de Deus* guiando o homem.⁸³

No entendimento de Negro “estas observações de Ch. Perrot parecem contraditórias, pois de um lado sugerem uma *imagem metafórica* da estrela; depois lembram que elas são elementos da *mitologia* das religiões pagãs e imagens, senão *imagens míticas* do judeu-cristianismo”;⁸⁴ por fim, continua Negro “mesmo tendo dito que não pode ser uma metáfora em Mateus, Perrot põe num mesmo *pé de igualdade* o Anjo de Lucas, que se dirige aos pastores e à *estrela* de Mateus que sinaliza o caminho para os Magos”.⁸⁵

Em relação ao anjo que aparece aos pastores em Lucas, não é feita nomeação. Diferente, do que acontece no anúncio a Maria (*Lc 1,26*) e também a Zacarias, quando se identifica como *Gabriel* (*Lc 1,19b*). Inclusive nos relatos referentes a José o nome do Anjo do Senhor é omitido (*Mt 1,20.24; 2,13.19*). Somente em Lucas seu nome é mencionado.

Jeremias, em sua obra, afirma que os Pastores pertencem à classe dos trabalhadores considerada desprezível pelos judeus e, portanto, gozavam da reputação de ladrões.⁸⁶ “Quem praticava uma delas [a profissão de pastor entre outras] perdia os direitos cívicos e políticos.”⁸⁷ Eles eram desprezados e a profissão de pastor sugeria impureza, de acordo com Jeremias. Segundo o relato de Lucas, são eles que primeiro irão ver o menino e o adorarão, o que sugere um ato de fé. De acordo com Negro, vemos aqui um prenúncio de uma das “cláusulas” do discurso programático da Sinagoga de Nazaré (*Lc 4,16-30*, especialmente o v. 18 que cita *Is 61,1-2*). *O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me consagrou com a unção, para anunciar levar a Boa-Nova aos pobres [...]* *Lc 4,18*).

“Os relatos da infância são para todo crente, um documento do alegre anúncio de Cristo ao mundo”.⁸⁸ Deste modo, a Igreja nos seus primeiros séculos, com grande júbilo, depois do anúncio da ressurreição apresenta Deus atuante em nossa História.

⁸³ PERROT, P. *As narrativas da infância de Jesus. Mt 1-2 — Lc 1-2*, p. 45.

⁸⁴ NEGRO, M. *Anunciação ao justo José*, p.84.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ Cf. JEREMIAS, J. *Jerusalém no tempo de Jesus*, p. 405-406.

⁸⁷ Cf. *Ibidem*, p. 412.

⁸⁸ BARBAGLIO, G. *Op. cit.*, p. 86.

No segundo capítulo, Mateus insiste, por três vezes: “Para que se cumprisse o que foi dito pelo Senhor por meio do Profeta” (Cf. *Mt 2,15.17.23*). Afirma também: “Em Belém da Judéia, pois é isto que foi escrito pelo profeta: *E tu, Belém, terra de Judá, de modo algum és o menor entre os clãs de Judá, pois de ti sairá um chefe que apascentará Israel, o meu povo*” (*Mt 2,5-6*). Essas expressões mencionadas revelam os desígnios de Deus a respeito do nascimento do Messias que foi visitado pelos Magos.⁸⁹

Podemos concluir que a partir do recenseamento (*Lc 2,1-4*) José exercita os seus direitos e deveres de pai em relação a Jesus buscando o lugar para seu nascimento, permanecendo ao lado de Maria durante o parto e depois registrando Jesus como seu descendente, em Belém. José passa a ser o pai daquele que salvaria o mundo dos seus pecados (*Mt 1,21*).

1.7 A CIRCUNCISÃO

Sobre a circuncisão podemos afirmar que não era um mero rito, mas a garantia de que o recém-nascido era verdadeiramente um judeu em sintonia com os princípios da religião. Essa cerimônia era realizada normalmente na casa do recém-nascido (*Lc 1,59*) com a presença de certo número de testemunhas que, segundo a tradição talmúdica⁹⁰, eram dez, entre as quais estava o padrinho que segurava o menino no decorrer da cerimônia. Durante o rito, o pai da criança proferia, conforme a tradição talmúdica, uma bênção com estas palavras: “bendito aquele que nos santificou com os seus mandamentos e nos ordenou de introduzir a este na aliança de Abraão, nosso pai”.⁹¹ Entre os direitos próprios do pai está o de dar o nome ao filho (Cf. *Mt 1,19*) e esse direito só lhe é conferido após o rito da circuncisão. A validade dos

⁸⁹ A história dos magos é, sobretudo, teológica, como interesse e como objetivo. Jesus é apresentado como o Rei-Messias dos gentios, reconhecido pelos gentios, mas não por seu povo, os judeus; a apresentação é elaborada com base em certos textos do Antigo Testamento. A estrela é o “astro” procedente de Jacó (*Nm 24,17*). A vinda do rei dos judeus é um eco de *Gn 49,10*. O nascimento do Messias em Belém se baseia em *Mq 5,1-3*. Cf. MCKENZIE, J. *Magos*, p. 570.

⁹⁰ “Talmud (aramaico *talmúd*, “doutrina”). Nome de uma coleção de literatura rabínica judaica. O nome Talmude propriamente pertence somente a uma parte da coleção, mas seu uso tradicional indica a coleção inteira. As origens e a divisão do Talmude são um pouco complexas. O núcleo da literatura talmúdica é uma coleção de opiniões rabínicas chamada Mishná; esta coleção foi feita pelo rabino Judá ha-Nasi em 200 d.C. Os rabinos, cujas opiniões foram colecionadas na Mishná, são chamados *tannaim*, “mestres”. A língua do Mishná é o hebraico, porém em uma fase de desenvolvimento posterior chamada neo-hebraico ou hebraico mishnaico. A Mishná é dividida em 6 partes ou “ordens” (*seder*): 1. Sementes. 2. Festas. 3. Mulheres. 4. Danos. 5. Santidade. 6. Pureza/levítica. Cada *seder* é dividida em certo número de tratados (*masseket*), e cada tratado em capítulos ou seções (*perék*). O total dos tratados da Mishná é de 63”. Cf. MCKENZIE, J. *Talmude*, p. 905.

⁹¹ TOSCHI, L. O mistério da circuncisão e o dever do pai em impor o nome, p.3

direitos passa pelo rito da tradição imposto a todos os judeus do sexo masculino. O que parece ser um fato secundário, ganha uma conotação extremamente importante. Todas as outras obrigações estão travadas se não houver a circuncisão. Consideremos essa reflexão desde o ponto de vista judaico e a partir da prática religiosa de então. Sendo o Templo o centro da vida das pessoas, era inviável para qualquer cidadão pensar a vida de forma paralela ou deslocada da religião oficial.

A circuncisão não foi invenção dos hebreus, porque esta já era conhecida entre os povos com os quais o povo hebreu teve contato. Próprio dos hebreus foi ter assumido este rito como símbolo da aliança com Deus e da santidade de Israel entre as nações. A carne do hebreu circuncidada é o sinal da aliança mantida e, portanto, do direito das promessas feitas por Deus a Abraão, e é também um título para o exercício do culto (*Ex 12,43-44s*). Em suma, é um sinal de pacto com Javé.

A circuncisão de Jesus não pode ser considerada apenas uma circunstância que permitiu introduzir uma ação importante na sua vida, ou seja, dar-lhe o nome, embora reconhecendo a ênfase sobre a imposição do nome.⁹² Sem dúvida, Lucas não inseriu o rito da circuncisão como notícia de crônica e nem quis com isso enfatizar a solidariedade de Jesus com o gênero humano, uma vez que esta verdade já estava presente na encarnação. Também não é específico da circuncisão de Jesus a sua inserção na descendência de Abraão, porque esta podia também ser dada para estrangeiros como possibilidade para que participassem do culto (*Gn 17,12; Ex 12,48*). O episódio se torna ainda mais significativo porque Lucas relata que Maria era desposada com um homem chamado José, da casa de Davi.

Por essa razão, ressaltamos que a circuncisão não pode ser considerada apenas como uma circunstância para dar o nome a Jesus. Lucas não diz expressamente que Jesus foi circuncidado, mas usa a expressão: “*Quando se completaram os oito dias para a circuncisão...*” (*Lc 2,21*). Este detalhe é importante para evitar que Jesus pudesse vir a ser colocado entre os circuncidados como se fosse um membro da aliança, ele que é a própria aliança.⁹³ É bom recordar que Jesus não é um beneficiário das promessas, pois ele é a Promessa (*2Cor 1,20*) por ser aquele que “*salvará o seu povo dos seus pecados*” (*Mt 1,21*). Ele não está, portanto, entre os eleitos e salvos.⁹⁴

No caso de Jesus era fundamental o vínculo com o Templo. O teor religioso impregnado em sua história de vida leva necessariamente seus pais a cumprirem as obrigações

⁹² Ibidem.

⁹³ STRAMARE, T. *San Giuseppe nel mistero di Dio*, p. 93.

⁹⁴ Ibidem, p. 91.

próprias de um casal israelita que carrega consigo toda a mensagem do Antigo Testamento transmitida pelos antepassados, desde Abraão, Isaac e Jacó até passar por Moisés, Davi, Salomão e todos os demais profetas, como Isaías, Jeremias e Ezequiel.

No relato do desenvolvimento deste rito José, como pai de Jesus, providenciou, preparou e preocupou-se com todos os requisitos para a sua realização. Em seguida, José, impondo-lhe o nome de Jesus, declarou como afirma a Exortação Apostólica *Redemptoris Custos*, “a própria paternidade legal em relação a Jesus; e, pronunciando esse nome, proclamou a missão deste menino, de ser o salvador” (RC 12). Ele foi o primeiro a pronunciar oficialmente para o mundo o nome de Jesus e a proclamar, conseqüentemente, a sua missão de salvador da humanidade.

O nome Jesus significa: “Deus Salva” e tem um sentido escatológico, por isso José deveria seguir as ordens do anjo, porque era a vontade de Deus.⁹⁵ Nem tudo José poderia fazer conforme o seu querer, pois a missão que lhe fora dada não era um projeto pessoal, mas de Deus. Nesse sentido, foi importante José não ter ignorado o nome que o anjo lhe sugeriu quando o menino estava sendo concebido no ventre materno de sua esposa, Maria.

Ao dar o nome do filho nascido de sua esposa virgem, José também proclamou sua paternidade. O Filho de Deus veio a ser conhecido por “Jesus, filho de José” (*Mt* 13,55; *Lc* 3,23, 4,22; *Jo* 1,45; 6,42). José criou laços com ele como um pai por exercer o seu papel. Ele agiu como um “*servus et dispensator*,” servindo e ministrando para aquele que veio em nosso meio “como aquele que serve” (*Lc* 22,27). Ao nomear José para ser o pai de Jesus, Deus o chamou a ser um “ministro da salvação”.⁹⁶

Ainda que a circuncisão e o nome sejam dados uma vez só à criança, era necessário educá-la nos princípios da religião para que pudesse entender o que se passava com ela e qual o sentido da responsabilidade que já carregara consigo. Jesus foi aprendendo a importância do seu nome e compreendendo o sentido da circuncisão na cotidianidade da vida. José foi ensinando a Jesus a religião, transmitindo os conhecimentos que possuía sobre o Antigo Testamento e os ensinamentos que os doutores apresentavam no Templo. Esses ritos de

⁹⁵ “O Novo Testamento conhece um único salvador histórico, Jesus de Nazaré, não tanto por causa da significação literal de seu nome (*Yehoshoua* ou *Yeshoua*, “Javé salva”), mas porque todo o processo de salvação está ligado a ele como a seu protagonista indiscutível: “Não há nenhuma salvação a não ser nele, [...] nenhum outro nome [...] que seja necessário à nossa salvação” (*At* 4,12). O título que pertence predominantemente a Deus (cf. *Lc* 1,47: “Deus, meu salvador”) é agora atribuído de maneira predominante a Jesus (16x; cf 1 *Jo* 4,14: “O Pai enviou seu Filho como Salvador do mundo”). PENNA, Romano, *salvação*, In: DCT, p. 1594, 2004.

⁹⁶ TOSCHI, L. *O Mistério da Circuncisão e o Dever do Pai em Impor o Nome*, p.8.

passagem na vida de Jesus eram parte da tradição dos judeus. José também teve que passar pelo mesmo processo e compreender o que a religião significava na vida do ser humano.

Lembremos que a circuncisão de Jesus trás o pacto de Abraão o qual pede o cumprimento da lei.⁹⁷ Hoje a circuncisão física não é mais necessária porque Jesus trouxe a circuncisão espiritual do coração. Quanto a José, foi ele quem providenciou e presidiu o rito (cf. *Lc 2,21*). Também foi responsável em dar o nome (cf. *Mt 1,25*). Nesse sentido, é ministro da salvação por ter cooperado para o nosso resgate. Ao dar o nome “Jesus” José acredita que aquela criança “salvará seu povo dos seus pecados. Jesus recebe uma identidade cultural a partir de sua humanidade como ‘filho de José.’⁹⁸ Para concluir, afirmamos que o senso da paternidade pode ser resgatado a partir do exemplo de José.

1.8 APRESENTAÇÃO NO TEMPLO

Jesus era o primogênito de José e Maria. É dentro dessa compreensão que se faz a reflexão de *Lc 2,22*. O fato de Jesus ser apresentado no templo é um sinal de que ele era o primogênito. A lei do primogênito estabelecida em *Ex 13,1-15* era muito importante porque lembrava a absoluta dependência de Deus que Israel teve para sua libertação do Egito. Deus disse: “Eu estarei contigo; e este será o sinal de que eu te enviei: quando fizerdes o povo sair do Egito, vós servireis a Deus nesta montanha” (*Ex 3,12s*). Os primogênitos israelitas, na ocasião da libertação do povo de Israel do Egito, não podiam ser destinados para o uso profano, senão através do resgate, ou seja, de um pagamento efetuado pelo pai de uma soma equivalente aproximadamente a vinte dias de trabalho (*Nm 18,16*). No primogênito era representado o povo da aliança, resgatado da escravidão para pertencer a Deus (RC 13).

Portanto, o primeiro objetivo que Lucas coloca para a viagem da Sagrada Família à Jerusalém é para “apresentar o Senhor”, o menino, o primogênito de Maria (*Lc 2,7*). “Cumpriu-se, assim, segundo o Antigo Testamento, o estabelecido na lei. Jesus, com isso, supera este rito, pois não era ele “um simples homem sujeito a ser resgatado, mas o próprio autor do resgate” (RC 13). Aqui está também mais um motivo pelo qual Lucas omite o

⁹⁷ Foi para Abraão como “pai de uma multidão de nações” (*Gn 17:4-5; Gen 15:5; Rm 4:17-18*) que Deus disse: “Este é meu pacto, o qual deves manter, entre eu e você e seus descendentes depois de você: Cada homem entre vocês deve ser circuncidado ... na pele do seu prepúcio” (*Gn 17:10-11*). Em obediência Abraão e seus filhos Ismael (*Gn 17:23*) e Isaac (*Gn 21:4*). A obrigação dizia respeito primeiramente ao pai, e somente quando ele falhar com seus deveres passava à mãe. Cf. TOSCHI, L. *Op. cit.*, p.2.

⁹⁸ *Ibidem*.

referimento ao resgate, embora possamos concluir que José, certamente, o fez por ser obrigação do pai. José, com suas próprias mãos e plenamente consciente dos mistérios, ofereceu e consagrou a Deus sobre o altar do Templo, o menino Jesus.

Quanto à importância dos preceitos da religião, observamos o cuidado que o casal tem para não ferir as normas básicas da fé judaica ao afirmar: “terminados os dias da purificação deles segundo a Lei de Moisés” (*Lc 2.23*). Ambos precisavam desse tempo de purificação para que o gesto seguinte tivesse validade.

Contudo, o motivo principal da apresentação no Templo está fundamentado no Antigo Testamento, quando entendemos que o primogênito era ofertado ao Senhor (*Ex 13,2.12.15*). Era obrigação dos pais consagrarem ao Senhor o primogênito. A forma dessa consagração não está explícita na passagem do Evangelho. Em outras palavras, Deus poderia dispor da criança conforme seus desígnios. Primeiro, os direitos de Deus, depois, os dos homens. Tudo o que José e Maria fizeram até o presente momento foi por causa do menino a partir da vontade de Deus.

Todos os requisitos exigidos pela lei se faziam presente na vida de Jesus, a saber: era o primogênito e era do sexo masculino. Bastavam esses dois. A primeira oferta era aquilo que José e Maria tinham de mais precioso: seu próprio filho. Agora restava apenas a segunda oferta que deveria ser de acordo com a sua condição social. Considerando a oferta dada por ocasião da apresentação de Jesus no Templo, concluímos que José e Maria eram pessoas humildes. O par de rolas, ou dois pombinhos, é um sinal visível de que eles não tinham grandes recursos para seu próprio sustento (*Lv 12,8*).

Simeão esperava a consolação de Israel (salvação) e o Espírito Santo estava com ele. A oração de Simeão fez José e Maria compreenderem mais profundamente quem era o menino e como deveriam agir em relação a ele. Quanto mais humana a educação dada a Jesus, mais facilmente será a compreensão de sua missão. A criança não sabia como sua missão iria se apresentar, por isso deveria ser instruída gradativamente. Ao apresentar Jesus no templo

o pai e a mãe do menino estavam maravilhados com o que se dizia dele. Simeão os abençoou e disse a Maria, sua mãe: “Este menino está destinado a ser ocasião de queda e elevação de muitos em Israel e sinal de contradição. Quanto a ti, uma espada atravessará tua alma! Assim serão revelados os pensamentos de muitos corações (*Lc 2,33-35*).

Lucas serviu-se do rito de purificação da mulher que dava à luz. A lei de Moisés estabelecia que toda mãe, após o parto era obrigada a apresentar-se no Templo para purificar-se, pois a mulher após dar à luz era considerada impura (cf. *Lv* 12,2-4).

Conforme o livro do Levítico, na Lei de Moisés havia três prescrições: a purificação da mãe depois de quarenta dias do nascimento do filho; a consagração a Deus de cada primogênito, seja homem ou animal, e o resgate de cada primogênito (*Ex* 13,2.13). Entretanto, no texto, Lucas evidencia a apresentação de Jesus no Templo. Isso para ressaltar o valor histórico que seus pais realizavam em vista da missão desta criança. Jesus é consagrado a Deus de maneira única e com especial consagração. Lucas fundamentando-se no Antigo Testamento, onde a palavra consagração (*parestánai*) tem a conotação em relação aos Levitas e Sacerdotes que desenvolviam o serviço no nome do Senhor (*Dt* 17,12; 18,5), vê Jesus, desde aquele momento, como o *Grande Sacerdote* da nova aliança e também como o Sacerdote que se apresenta como sacrifício ofertado.⁹⁹

É importante notar que foi nessa circunstância que Lucas, pela primeira vez, qualificou expressamente José como pai de Jesus, nomeando-o hierarquicamente antes de Maria, sua mãe (2,33). Também neste contexto Maria é envolvida como mãe, em relação a Jesus, “uma espada traspassará sua alma” (2,35); aqui o carisma profético de Simeão revela a participação de Maria na sorte dolorosa de seu Filho. Naturalmente José terá experimentado somente em parte esta profecia de sofrimento feita por Simeão, ou seja, tomará parte das angústias pela perseguição de Herodes e a fuga no Egito, ou ainda da dor por ocasião da perda de Jesus no Templo, isto porque o evangelista não acena se ele era ainda vivo durante a vida pública de Jesus.

Desde o momento em que o anjo lhe havia transmitido, em nome de Deus, a ordem de tomar Maria como sua esposa e de dar o nome à criança (*Mt* 1,21), José passou a viver na espera deste filho e assim, se a Simeão, em virtude do seu carisma profético, tocou anunciar pelos átrios do Templo a presença da salvação na pessoa do menino (*Lc* 2,30-31), a José, como pai do menino, tocou de fazer-lhe os gastos da oferta dele, em virtude do qual todos seriam salvos.¹⁰⁰

⁹⁹ DANIELOU, J. *Les Evangiles de L'Enfance*, p. 109-111. In. CARRASCO, *San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa*, p. 32.

¹⁰⁰ “Ofereceram também em sacrifício, conforme está escrito na Lei do Senhor, *um par de rolas ou dois pombinhos*” (*Lc* 2,24).

1.9 A FUGA PARA O EGITO

O Evangelho de Mateus¹⁰¹ registra a fuga e a permanência da Sagrada Família no Egito (*Mt 2,13-15*). Nesse relato, Mateus mostra José no exercício de seus direitos e funções de pai na Sagrada Família. É a ele que o anjo do Senhor aparece, comunica a destinação do menino e revela o tempo da volta para Nazaré. O anjo transmite a José e não a Maria a ordem de Deus para fugir ao Egito e quando deve retornar à própria pátria. É evidente o reconhecimento de sua autoridade e jurisdição.¹⁰²

Destacam-se alguns personagens no contexto da fuga do Egito. Herodes tinha medo de perder o reinado e José não podia perder o seu Filho. Deus se comunica com o esposo de Maria através de sonhos e tem uma resposta pronta. Antes disso, é importante ter presente a presença dos magos do Oriente, uma vez que deixaram o Rei Herodes preocupado por causa do nascimento do “Rei dos Judeus recém-nascido” em Belém (*Mt 2,1-8*). Os magos trouxeram presentes, adoraram o menino e depois partiram. Vendo o perigo que se aproximava, o anjo do Senhor manifestou-se em sonho a José e lhe disse: “Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito. Fica lá até que eu te avise, porque Herodes procurará o menino para matar” (*Mt 2,13*). Segundo Toschi, a crueldade, o ciúme e a vontade de executar até mesmo os parentes mais próximos, estão bem documentados.¹⁰³ Herodes não toleraria a existência de qualquer outro Rei que não fosse ele. Neste caso, colocou seu pequeno reinado terrestre temporário em conflito com o reinado eterno do todo poderoso “que não pertence a este mundo” (*Jo 18,36*).¹⁰⁴ Um anjo do Senhor interveio em favor da criança. O anjo veio a José, o chefe escolhido e protetor da Sagrada Família. O sonho significa a comunicação divina a José que tinha por missão cuidar da criança e da esposa (*Mt 1,20-23*).

Depois de ter cumprido todas essas prescrições legais, conforme o costume da época, José, sem dúvida, pensava que era hora de voltar para sua casa, para o seu trabalho cotidiano,

¹⁰¹ Considerando o *Midraxé haggadah* (explicação das passagens narrativas do Pentateuco, com o objetivo de tirar delas lições edificantes), aplicamos essa metodologia a esse texto por não termos a preocupação de tirar do texto sagrado o sentido literal. “Ecos de José e Moisés conectam Jesus com as origens de Israel na libertação da escravidão (Brown). Como José, Jesus viaja para o Egito; Como Moisés, Jesus nasce em um mundo imperial e com um governante assassino (cap. 2). Tanto Faraó como Herodes ficam sabendo do menino por meio de escribas. Moisés e Jesus residem no Egito. Deus frustra as ações destrutivas tomadas contra eles e os preserva para levar a cabo as tarefas para as quais estão comissionados. Jesus, como Moisés e seu povo, passa através das águas (3,13-17) e encontra a tentação “no deserto” (4,1-11). Jesus parece repetir a história do êxodo (ver 2,15). Evocar José e Moisés é associar Jesus com a fundação de um antigo povo”. CARTES, W. *O Evangelho de São Mateus*, p.29.

¹⁰² CARRASCO, J. A. *San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa*, p. 33.

¹⁰³ Cf. MCKENZIE, J. *Herodes*, p.415.

¹⁰⁴ TOSCHI, L. *A Fuga e a Volta do Egito*, p.3.

mas o evangelista Mateus descreve que, antes da volta para a Galiléia, haverá outro fato importante, onde a Providência divina recorrerá novamente a ele. Através da comunicação em sonho por um anjo, é-lhe indicado o Egito como meta temporária de fuga, ou seja, até que Herodes morresse.¹⁰⁵

A instrução do anjo foi para fugir para o Egito, - que havia sido um lugar de refúgio para o povo escolhido -, não só da fome, mas também dos Reis assassinos (*IRs* 11,40; *2Rs* 25,26; *Jr* 26,21). Tendo recebido a ordem, José obedeceu imediatamente, saindo para o Egito sem nenhum tempo para planejamento ou preparação. Os preciosos dons que havia acabado de receber dos magos (*Mt* 2,11) talvez tenha provido as necessidades do momento em tal situação desesperadora. No Egito José certamente teria encontrado assistência dos Judeus que haviam permanecido lá (*2Mc* 1,1;10). Ele estaria também consciente da antiga repreensão ao seu povo: “você não deve detestar um Egípcio porque você foi um estrangeiro em sua terra” (*Dt* 23,7).¹⁰⁶

Neste detalhe da fuga e permanência da Sagrada Família no Egito, descrito por Mateus, lemos: “Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito e fica lá até eu te avisar, porque Herodes está procurando o menino para matá-lo” (*Mt* 2,13). A ordem de Deus para se exilar com a família foi cumprida por José imediatamente: “De noite, tomou o menino e sua mãe e retirou-se para o Egito, onde ficou até a morte de Herodes, para se cumprir o que o Senhor havia anunciado por meio do profeta: “Do Egito chamei o meu filho” (*Mt* 2,14-15). Ainda de noite, José empreende a viagem rumo ao desconhecido, seguindo o mesmo destino de Abraão, que se refugiou no Egito. Também José do Egito foi salvo das mãos de seus irmãos na mesma terra. Deus ordena para que seus filhos se exilem em terra estrangeira, onde o Senhor será chamado, como o profeta havia anunciado: “Do Egito chamei o meu filho” (*Os* 11,1). É por esse motivo que Mateus vê na fuga ao Egito e depois na volta da Sagrada Família a Nazaré, o cumprimento da verdadeira libertação prefigurada pelo antigo Egito e individualizada na expressão do profeta Oséias.

¹⁰⁵ Herodes é o rei satélite da Judéia na época dos romanos (37-4 a.C) e fundador da família de Herodes, da qual vários membros apareceram no Novo Testamento, que assinala o reinado de Herodes como a época do nascimento de Jesus (*Mt* 2,1; *Lc* 1,5) [...]. Em outras passagens Herodes é mencionado somente em conexão com o assassino dos meninos de Belém (*Mt* 2,1ss). Tal crime está de acordo com a violência do reinado de Herodes, especialmente nos seus últimos anos, quando sua própria segurança no trono estava em jogo. Cf.: MCKENZIE, J. *Herodes*, p. 414-415.

¹⁰⁶ TOSCHI, L. *Op. cit.* p.3.

Enquanto o objetivo imediato para ir ao Egito era salvar Jesus da morte pelas mãos de Herodes, o objetivo providencial foi mostrar o cumprimento do plano amoroso de Deus. Herodes morreu e o anjo do Senhor avisou José para voltar à terra de Israel (*Mt 2,15-19*). Como filho de Deus Israel havia procurado refúgio no Egito e vindo do Egito para entrar no seu pacto de amor; então agora o filho de Deus, Jesus (*Mt 3,17*), saiu do Egito para estabelecer “um novo pacto” que fez o primeiro pacto obsoleto (*Jr 31,31-4; Hb 8,8-13*).¹⁰⁷

Deve-se ressaltar também que a palavra “Egito” é uma localidade conhecida no AT não tanto por ser o refúgio dos Patriarcas e de outros personagens, mas, sobretudo pelo lugar da dura escravidão do povo hebraico, da qual só o intervento divino pode libertá-lo. Jesus é considerado por Mateus o verdadeiro Moisés, pois assim como Moisés acompanhou o povo hebraico até a terra prometida, Jesus o supera entrando na terra de Israel (*Mt 2,20-21*).

O evangelista relata com poucas palavras esta fuga para um país estrangeiro, não entrando em minúcias, não indicando o tempo e nem a forma da viagem, nem tampouco descrevendo as circunstâncias do trajeto. Limita-se a contar-nos o essencial: Herodes procurava matar o menino Jesus.

A fé, retidão e pronta obediência de José são instrumentos não apenas para o Filho de Deus entrar no Egito, o símbolo de infidelidade, mas também para o Filho de Deus vir do Egito para a terra de Israel, estabelecendo o novo e eterno pacto. Quando o Espírito Santo é derramado em Pentecostes em cumprimento do novo pacto, os Egípcios também estão presentes lá (*At 2,10*).¹⁰⁸

1.10 A PERDA DO MENINO NO TEMPLO

O significado das grandes festas religiosas que eram celebradas durante o ano foi ensinado a Jesus por meio de José. Era costume entre os hebreus visitar Jerusalém três vezes ao ano: nas festas da Páscoa, de Pentecostes e dos Tabernáculos. Os que moravam distante de

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

Jerusalém tinham a obrigação de uma só viagem, justamente para os festejos da Páscoa.¹⁰⁹ Quando já havia completado 12 anos, Jesus teve a oportunidade de participar pela primeira vez dos festejos da Páscoa na cidade santa de Jerusalém.¹¹⁰ Levar o filho pela primeira vez para participar oficialmente do culto ao verdadeiro Deus era motivo de alegria para os pais. As cerimônias desses dias tinham um significado marcadamente religioso, por isso, profundo. José, a exemplo de outras famílias de sua cidadezinha, preparou tudo para fazer a peregrinação a Jerusalém, comida para a viagem, tenda para pernoitar, afinal eram quatro dias de viagem pelos montes de Judá, percorrendo em média 35 quilômetros por dia, além do jumento para transportar a carga.¹¹¹

Assim que chegaram a Jerusalém, o casal de Nazaré deparou-se com o palácio de Herodes com suas torres e muros, o formalismo dos fariseus e possivelmente se espantaram com o extraordinário número de peregrinos. Tudo ali se confundia: costumes, língua e gente diferente misturada com pobres, doentes, coxos e cegos que aproveitavam os festejos para mendigar. No dia do início dos festejos, José estava lá acompanhando Jesus, na parte do pátio do Templo reservada aos homens.

A Caravana dos peregrinos era constituída de uma fila interminável de homens, mulheres e crianças, a pé ou montadas em jumentos, cavalos e camelos, isolados ou em grupos de parentes ou habitantes da mesma aldeia; uma fila que podia estender-se por um ou mais quilômetros, sem ordem em contínua formação e desmembramento. Pelo que nos é dado saber, nenhuma obrigação havia de os homens andarem separados das mulheres. Também dessa vez, José contava entre os peregrinos um bom número de parentes e conhecidos. Tratava-se dos concidadãos de Nazaré.¹¹²

¹⁰⁹ “*O Código Eloísta da aliança*. O calendário mais breve é o de Ex 23,14-17: “Três vezes no ano, todo homem se apresentará Diante do Senhor Iahweh”. Cf. DE VAUX, *Op. cit.*, p. 509.

¹¹⁰ Jesus freqüentava muito o templo e demonstrava cumprir seu dever como judeu tomando parte do culto público. O episódio no qual ele se perdeu por três dias e foi encontrado no templo foi a ocasião para uma frase obscura “Não sabíeis que devo estar nas coisas de meu Pai?” A frase grega “as coisas de meu Pai”, é traduzida por alguns por “os negócios de meu Pai”, por outros por “a casa de meu Pai”. A tradução a “Casa de meu Pai” parece mais compreensível porque é uma resposta à pergunta de Maria: “Porque me procuráveis? Não sabíeis que devia estar no templo? O encontro com os escribas e os mestres da lei se passou provavelmente nos pórticos ou na escola do templo, que foi também o lugar onde Jesus ensinava no templo e discutia com os que o interrogavam, muitas vezes mencionados (Mt 21,23; 26,55; Mc 11,27. 12,35; 14,49; Lc 20,1; 22,53). Este ensino público é proclamado em Jo 18,20. cf. MCKENZIE, J. *Templo*, p. 916.

¹¹¹ Não obstante o traço religioso, o templo na vida de Israel não recebeu adesão unânime. Logo de saída, ele foi encarado como uma importação estrangeira e, portanto, pagã. Concebido para sedentários, o templo poderia parecer uma infidelidade às raízes nômades de Israel, quando Deus caminhava com ele sem exigir uma “casa de cedro” (2Sm 7,7). Mais grave: aquilo não seria atentar contra a transcendência de Deus, que tem o céu por trono e a terra como escabelo de seus pés (Is 66,1)? Era preciso corrigir e dizer que o templo era o lugar onde Deus fazia habitar seu nome e sua glória. Cf. AUNEAU, J. *Templo*, In. LACOSTE, *Dicionário Crítico de Teologia*, p. 1697.

¹¹² DANIELE, G. *Op. cit.*, p. 90-91.

Terminados os festejos, que se prolongavam por mais dias, era tempo de retornar para casa. Os peregrinos de Nazaré se reuniam em caravana para a viagem de retorno, subdivididos em grupos de homens e mulheres. Jesus, porém, ficou na cidade, entre os pórticos do Templo, sem que seus pais percebessem, e ouvia os ensinamentos dos rabinos. Sua ausência na caravana provavelmente foi notada quase depois de um dia de viagem, quando devem ter parado para descansar junto à fonte de Berot.¹¹³ Imediatamente, os seus pais voltam a Jerusalém e o procuram por todos os lados, até que o encontram entre os doutores. Sua mãe, apreensiva, perguntou-lhe: “Filho, por que você procedeu assim conosco? Olha que teu pai e eu, aflitos, te procurávamos” (*Lc 2,48*). Nessas palavras de Maria fica evidenciada a paternidade real de José; não só os que ignoravam a divindade e a concepção admirável de Cristo chamam José de pai de Jesus, afirma Suárez, mas o próprio evangelista e também a Virgem Maria.¹¹⁴

Com 12 anos o jovem israelita já tinha alguma liberdade, inclusive, socialmente. Em vista de sua missão que é fazer a vontade do Pai, Jesus começa a despertar a consciência sobre os planos do Pai a seu respeito. Contudo, sente que ainda não está preparado, por isso aceita ser submisso a seus pais até o início da vida pública. Sua ida para o Templo foi importante para seu amadurecimento. Essa leitura é possível ser feita por causa da resposta que Jesus dá a seus pais na hora do encontro onde ocorreu o interrogatório sobre o seu “desaparecimento” da caravana: “Por que me procuráveis? Não sabíeis que eu devia estar na casa do meu Pai?” (*Lc 2,49*).

Observamos no relato de Lucas que Jesus ao ser encontrado desceu com seus pais para Nazaré e, no seio da Sagrada Família, “o menino crescia, tornava-se robusto, enchia-se de sabedoria; e a graça de Deus estava com ele” (*Lc 2,40*). Essas poucas palavras resumem o período da vida “oculta” que Jesus viveu à espera do cumprimento da sua missão messiânica. Durante esse tempo, Jesus permaneceu no âmbito da sua família, sob os cuidados de José, que tinha, conforme os deveres de um pai na época, a responsabilidade de alimentá-lo, vesti-lo e instruí-lo na lei e ensinar-lhe um ofício. Nesse contexto, Jesus crescia “em sabedoria, em estatura e em graça diante de Deus e diante dos homens” (*Lc 2,52*), tudo na docilidade total aos seus pais: “era-lhes submisso” (*Lc 2,51*). Correspondia, portanto, com todo respeito às atenções de seus pais e, destaca João Paulo II, “dessa forma, quis santificar os deveres da

¹¹³ STRAMARE, T. *San Giuseppe nella teologia ...* p. 160.

¹¹⁴ SUÁREZ, L. *Mistérios de la vida de Cristo*, p. 263-264, In. CARRASCO, J. A. *Op. cit.*, p. 35.

família e do trabalho, que ele próprio executava ao lado de José” (RC 16). Os evangelistas silenciam completamente sobre os anos da “vida oculta” de Jesus em Nazaré.

1.11 SÍNTESE DO ITINERÁRIO DE JOSÉ

José, o pai de Jesus (*Lc 2,33*), é da estirpe de Davi (*Mt 1,16*) e está diretamente vinculado ao mistério do Verbo encarnado, pois o filho de Maria é também filho de José, em virtude do vínculo matrimonial que os une: “Por motivo daquele matrimônio fiel, ambos mereceram ser chamados pais de Cristo, não apenas a mãe, mas também aquele que era seu pai, do mesmo modo que era cônjuge da mãe, uma e outra coisa por meio da mente e não da carne”.¹¹⁵

Maria, escolhida para ser a mãe do salvador da humanidade sem a participação humana, não é capaz de cumprir, sozinha, o dever de educar e cuidar do filho que está sendo gerado em suas entranhas. O Filho de Deus nasce numa cultura específica e tem a obrigação de seguir os princípios próprios daquela cultura. Jesus é educado no contexto da cultura semita, onde o pai exerce a função de chefe da família sendo o primeiro responsável pela educação dos filhos. A encarnação de Jesus não pode ser compreendida apenas dentro da estreita humanidade, uma vez que há nessa realidade a totalidade da divindade. Jesus não se torna homem apenas por um momento para depois continuar a viver como Deus, mesmo parecendo homem, mas se torna homem para viver como homem, mesmo sendo Deus. A divindade de Jesus não fica anulada em nada na sua totalidade, apenas é silenciada para que seja manifestada na hora certa e no momento oportuno. Nesse sentido, José não faz o papel de um figurante inútil que diz as coisas para Jesus apenas por “educação”, uma vez que Jesus, por ser Deus, já sabia de tudo. A rigor, Jesus se submeteu às leis humanas que o levam a aprender aquilo que é próprio da humanidade. Se Jesus não abrisse mão da manifestação da sua divindade de forma direta, a sua encarnação não seria tão encantadora e extraordinária, ao menos nos moldes de compreensão de que dispomos para entender esse mistério. José, portanto, torna-se essencial para que Jesus seja compreendido em sua personalidade. José foi valorizado para que todos os pais saibam que paternidade responsável é cuidar da vida frágil.

¹¹⁵ S. AGOSTINHO, *De Nuptiis et Concupiscentia*, I, 11, 12: cf. *PL* 44, 421; *CF*, *De consensu Evangelistarum*, II, 1, 2: *PL* 34, 1071; *Contra Faustum*, III, 2: *PL* 42, 214.

Toda vida é sempre frágil e dependente. Deus Filho, tornando-se homem, não tinha pretensão de divinizar a ação, mas humanizar sua existência.

Para ser pai de Jesus, José deveria estar legalmente casado com uma mulher. A cultura judaica não reconhece como família a união que extrapola o vínculo com a lei, especialmente de Deus, como paradigma a ser seguido. O homem e a mulher deveriam estar legalmente casados para terem o direito de serem pais com a bênção de Deus. Ao inserir-se numa determinada cultura, Jesus acolhe os requisitos da mesma e assume para si essa realidade. Antes de Jesus, precisamos falar de seu Pai. Deus não impôs outra modalidade de vida que fosse estranha ou deslocada da realidade onde Jesus deveria nascer. Foi a partir daquela realidade que Jesus se tornou verdadeiramente encarnado.

2 A HERANÇA DE JOSÉ

Os traços da personalidade de uma pessoa mencionados publicamente podem ser percebidos em sua fisionomia de forma direta ou indireta. Quando não temos informações claras, o melhor é silenciar. No caso de José, as informações fornecidas são aquelas dos Evangelhos. A curiosidade sobre a pessoa de José se justifica, considerando sua missão e seu vínculo com o mistério da encarnação.

José deve ser compreendido não apenas a partir de sua pessoa, mas principalmente por causa da missão que Deus a ele designou. A característica determinante na pessoa de José é a justiça.

José é preeminentemente um homem de fé [...]. Ele espera a realização da promessa. [...] Acredita em Deus e se coloca à sua disposição como um dos instrumentos humildes finais para a prometida realização da salvação. Ele acredita que a gravidez é obra do Espírito Santo e sua reação diante do mistério é de temor reverente. Sua resposta é como aquela de Moisés que tira as sandálias diante da sarça ardente (*Ex 3,5*), de Isaias aterrorizado diante da aparição da santidade de Deus (*Is 6,5*), de Isabel diante da mãe do Senhor (*Lc 2,43*), do centurião a quem Jesus se oferece para visitar (*Mt 8,8*) e de Pedro que ao ver suas redes cheias exclama: “Afasta-te de mim Senhor, porque sou um homem pecador” (*Lc 5,8*). José, portanto, “resolveu desvincular-se dela secretamente” (*Mt 1,19*).¹¹⁶

As outras qualidades podem ser compreendidas a partir do princípio da justiça. Nesse sentido, torna-se fundamental o aprofundamento sobre esse particular em sua vida. Há muitas leituras a respeito da justiça. Stramare aprofunda o tema apoiando-se no paradigma bíblico o qual acolhemos.

José foi escolhido por Deus para ser pai de Jesus. A primeira missão é cuidar de Jesus. Por causa dessa nobre incumbência, alguns planos de ordem pessoal foram refeitos por serem marcados pelo mistério divino. Portanto, deve estar ao lado de Maria. Esse “estar” com Maria como esposo tem uma importância basilar. Maria não podia deixar de dar continuidade ao “Sim” dado ao Senhor por ocasião do anúncio ao anjo (*Lc 1,38*) e, não obstante, precisava ser compreendida pelos seus sobre essa realidade totalmente nova e única na história. A resposta de José é pessoal e singular, por isso acolhe a vontade de Deus e vai ao seu encontro com sua pobreza e sua riqueza. A pobreza é a sua própria incapacidade de compreender tão grande

¹¹⁶ TOSCHI, L. *A vocação do esposo de Maria*, p.4.

mistério que se fez presente em sua história; a riqueza é a sua fé, pois foi por causa dela que Deus se aproximou do carpinteiro de Nazaré para que ele cuidasse de seu Filho como pai.

2.1 O JUSTO

Em Mateus (1,19), José é definido como homem “justo”. Esse atributo é designado a ele no contexto da concepção virginal de sua esposa, Maria.

José, “como era justo e não queria difamá-la tentou deixá-la secretamente” (*Mt* 1,19). A adesão à teoria da desconfiança resulta em tentar interpretar a “justiça” de José simplesmente em termos de sua reação à lei devido a sua desconfiança. Se José soubesse da concepção virginal desde o início, entretanto, então a sua justiça poderia ser compreendida no sentido total da confiança, isso é obediência no Senhor.¹¹⁷

Mateus usa a palavra grega para “justo” mais que os outros evangelistas e aplica a palavra àquelas pessoas de fé do AT que confiaram na realização da promessa. “Muitos profetas e justos desejaram ver o que vedes e não viram” (*Mt* 13,17;23,29). O evangelista também usa a palavra “justo” para aqueles discípulos que verão a realização da salvação (*Mt* 13,43.49; 25,37.46). As cartas do NT se referem, igualmente, aos justos como aqueles que vivem pela fé (*Rm* 1,17; *Gl* 3,11; *Hb* 10,38).

Facilmente se pode deduzir que essa denominação tem sido o centro de interesse de todas as interpretações, seja como ponto de partida, uma vez que o tipo de justiça atribuído a José determinou o significado dos outros elementos do relato, seja como ponto de chegada, considerando que os significados atribuídos aos vários elementos do relato influenciam no tipo de justiça que deveria ser reconhecida em José.¹¹⁸

Há um vínculo de mútua interdependência no termo justo. Sobre isso, indaga Stramare: é no sentido jurídico ou religioso que ele está sendo impostado? Quanto à decisão tomada por José em relação à Maria, tem-se a impressão de que José não sabe ao certo se deve denunciar ou afastar-se dela. Dentro desse contexto, duas teses são apresentadas. Ambas

¹¹⁷ Ibidem, p.4.

¹¹⁸ STRAMARE, T. *José*. In. DM, p. 654.

servem de suporte para os posicionamentos dos teólogos de diferentes linhas. Então, pergunta-se: para ser justo José deveria denunciar ou afastar-se de Maria? Sintetiza-se essa reflexão em duas linhas: *desconfiança* ou *temor sagrado*. Sobre isso, é preciso ter presente a questão do *conhecimento* do mistério. Seria a mensagem do anjo apenas uma questão de confirmação daquilo que José já sabia ou seria, verdadeiramente, uma revelação de algo que José não fazia idéia?¹¹⁹ Todos esses questionamentos devem ser levados em consideração quando se fala sobre justiça.¹²⁰

Para melhor compreender esses argumentos Stramare faz suas reflexões com as hipóteses da “desconfiança” e do “temor”, primeiro tema da perícopes (*Mt* 1,18-25). A pergunta determina a reflexão. Quando teve José conhecimento do mistério da concepção virginal? Lembremos que José não assumiu o mistério da encarnação de forma ingênua e desfocada da realidade. Por isso, indagamos: foi antes do anúncio angélico ou apenas naquele exato momento que José ficou sabendo sobre a concepção virginal? De acordo com a posição que se toma, negativa ou positiva, teremos linhas distintas de interpretação. As duas hipóteses podem ser discutidas. De um lado, a hipótese da *desconfiança*, de outro, a hipótese do *temor sagrado*.

Acreditamos que a vida é o grande mistério plasmado pelo amor de Deus. Um fato único e irreversível se fez presente na vida de Maria e precisava ser compreendido. O começo de tudo está em *Mt* 1,18: “Achou-se grávida por obra do Espírito Santo”. O mistério da maternidade divina está inteiramente presente nessa afirmação onde o ser humano e a divindade se tornam cúmplices do maior evento da humanidade: a encarnação de Deus.¹²¹ A nossa preocupação, evidentemente, é com José. Todo o relato posterior vai ser ancorado nessa afirmação. Pelo fato de José ficar perplexo depois de tomar conhecimento do fato, pergunta-se: a reação de José teria sua origem nesse conhecimento ou se trataria de uma antecipação feita pelo evangelista com o objetivo de prevenir o leitor de eventuais desconfiâncias?¹²² Em todo caso, diz Stramare, o objetivo central da mensagem angélica é a revelação do próprio mistério. Por outro lado, nunca faltaram, nem faltam os que afirmam, ao contrário, que nas palavras do v. 18 não só é mostrado que José teria notado a maternidade de Maria, mas

¹¹⁹ RASCO, E. *El anuncio a José (Mt 1,18-25)*, p. 102.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 654

¹²¹ É importante lembrar que a encarnação não é apenas obra humana. “Cremos no Filho de Deus, que nasceu pelo Espírito Santo, da Virgem Maria. Cf. SANTO AGOSTINHO, *A Virgem Maria: cem textos marianos com comentários*, p. 28.

¹²² PAUL, A. *L'évangile de l'enfance selon saint Matthieu*. In. STRAMARE, T. *José*. Cf. DM, p. 654.

também que ele já teria conhecimento da causa divina de tal maternidade¹²³, pelo menos de modo obscuro.¹²⁴ Bulbeck chega a afirmar que “é digno de nota que todos os Padres gregos entendem a frase no sentido de que a maternidade e a sua causa foram ambas conhecidas”.¹²⁵ Nessa leitura, não há espaço para desconfiança. A presença do anjo não é para tirar as dúvidas de José a respeito de Maria, mas para fortalecê-lo na missão de pai do Messias, sendo pai real e verdadeiro naquilo que lhe compete. A escolha que Deus fizera de Maria não exclui José. O anjo não veio para trazer novidades a respeito da maternidade de Maria, uma vez que já era conhecida, mas alertar José sobre o seu compromisso em relação à Maria e seu filho. Se antes do ocorrido, isto é, da concepção virginal, José já era importante para Maria, agora, ainda mais, pois ele deveria honrar não um filho de seu sangue, mas o próprio Filho de Deus.

Nesse acontecimento (gravidez de Maria, (Lc 1,35), presumimos que as informações teriam sido passadas a José por Sant’Ana¹²⁶ ou, então, pela própria Maria.¹²⁷ Alguns, porém, preferem ficar com o silêncio de Maria, pelo seguinte motivo: Maria temia que José não acreditasse nela e chegasse até a encolerizar-se com o fato.¹²⁸ De acordo com essa leitura, Maria tinha razões justificadas para não ser compreendida por José, ainda que fosse inocente e pura em seu proceder.¹²⁹ Essa hipótese fica evidente uma vez que Maria entregara-se completamente a Deus, deixando que ele concluísse a obra já começada.¹³⁰ Maria teria calado por humildade e modéstia.¹³¹ Não se trata de fugir da realidade, mas de colocar-se inteiramente nas mãos de Deus para que Ele mesmo tocasse o coração de José.

Diante do ocorrido, o que mais interessa é o aprofundamento da decisão de José. Não está dito no Evangelho qual das duas hipóteses é a verdadeira, mas está apresentada de forma clara a decisão de José após a aparição do anjo.

Segundo Stramare, se tratava de uma verdadeira decisão pelo fato de poder ser provado pelo aoristo do v. 20, que não deve ser traduzido como “enquanto estava pensando”,

¹²³ Cf. MALDONATUS, I. *Commentarius in quattuor evangelistas*. O autor cita Basílio, Teofilato, Orígenes, Bernardo e Jerônimo. In. *Ibidem*.

¹²⁴ Cf. EFRÉM, *Diatessaron* in SC 121, 68; I. M. Germano, *Nova et vetera in perocopam de sancto Joseph (Mt 1,18-25)* in VD 46 (1968) 306. In. *Ibidem*.

¹²⁵ Cf.: *The doubt of St. Joseph* in *The Catholic Biblical Quartely* 10 (1948) 306. In. *Ibidem*.

¹²⁶ Cf. GAECHTER, P. *Maria im Erdenleben Inns. 1954, 155s*. In. STRAMARE, T. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù*, p. 135.

¹²⁷ RANHER, K. *Nimm das Kind und seine Mutter in Geist und Leben* 30 (1957) 17. In. *Ibidem*, p. 135,

¹²⁸ S. JOÃO CRISÓSTOMO. In *Matthaeum*, homilia I. PG 57. 44s.

¹²⁹ SHIMID, J. *Das Evangelium nach Mattaus*, Regensburg, 1956, 42s Cf. STRAMARE, T. *José*. In. DM, p. 654.

¹³⁰ KNABENBAUER, J. *Evangelium secundum Matthaeum*, I, Paris 1892, 1. In. *Ibidem*.

¹³¹ BOVER, J. M. *El evangelio de San Mateo*, Barcelona, 1946, In. *Ibidem*, p. 655.

mas como “havendo decidido”.¹³² Igualmente, “não temas” (v. 20) se refere à ação futura, ou seja, ao ato de retomar Maria consigo, e não ao temor reverencial devido ao aparecimento do anjo. Uma decisão, portanto, seguida de uma ordem que a anula. José pensava deixar Maria e o anjo diz exatamente o contrário, isto é, para que ele permaneça com sua esposa.

José carregava consigo um dilema com conseqüências bem concretas. O conteúdo de sua decisão estava envolto por uma realidade que o excluía da participação do mistério da encarnação pelo fato de não se sentir a altura de tão grande encargo. Contudo, como se pode deduzir, a interpelação do anjo é exatamente o contrário. Deus quer que José participe de forma direta desse mistério.

O fato de José ser ordenado pelo anjo para manter Maria consigo faz dele o homem da confiança. José foi digno de confiança da parte de Deus, por isso teve o privilégio de ser avisado por Deus, através do anjo sobre qual deveria ser a sua verdadeira decisão. Inicialmente, a decisão de José fora a de separar-se de Maria, isto é, divorciar-se (v. 19). Num primeiro momento, faz-se a leitura da desconfiança. Mas, analisando mais detalhadamente compreendemos que a hipótese do temor sagrado ressalta um amor maior de José para com a Virgem Maria e, inclusive, para com o próprio Deus. De acordo com a hipótese da desconfiança, o mistério fica absolutamente ignorado.

Na hipótese da desconfiança ao saber que Maria estava grávida, o primeiro pensamento que ocorre na mente de José é aquele da traição. José não é capaz de olhar todo o contexto histórico onde Maria foi educada; tampouco as motivações que tinham levado José a unir-se em matrimônio com Maria foram consideradas. Foi necessária a intervenção divina para que José percebesse que Maria não era adúltera, sendo esse o momento em que ela mais precisava de seu marido. Com a hipótese da desconfiança, José suspeita de que Maria seja adúltera. É a sentença sustentada por Santo Agostinho, São Justino, Eutímio e outros.¹³³

A hipótese do temor sagrado, por sua vez, faz outra leitura a respeito da atitude de José em relação à Maria. O desejo de afastar-se de Maria não é por causa da concepção, mas por reverência ao mistério. Supõe-se que José conhecia o mistério da encarnação antes mesmo do anjo lhe avisar em sonho (*Mt* 1,20). José não foi avisado em sonho a respeito do mistério e da origem do menino, mas apenas informado que Maria iria precisar de sua presença para que o

¹³² ZERWICK, M. *Historia infantiae. Lukas I-II* (ad usum privatum), Roma, 1959, 97. Cf. ainda do mesmo autor: *Analysus philologica Novi Testamenti Graeci*, Romae, 1953 – In. *Ibidem*.

¹³³ *PL* 33, 657; 38,338.510s; *Dial.* 78, 8, *PG* 6, 657; *commentarium in Mt* 1,18. 20, *PG* 129, 128. A lista dos padres e escritores eclesíásticos aos quais são atribuídas as várias hipóteses nem sempre está de acordo entre os autores. Isto depende da obscuridade dos próprios trechos. A nós só interess o fato, se quisermos absolutamente resolver a questão. Compare-se a propósito F. Sottocornola, *Tradition and the doubt of St. Joseph concerning Mary's virginity*. In. STRAMARE, T. *José*. Cf. DM, p. 655.

divino menino fosse socialmente acolhido. José se sentia indigno de tal posto, dada a grandeza da missão que Deus tinha confiado a Maria. Não obstante, o anjo faz entender que José também foi escolhido por Deus. O “não temas” é um voto de confiança pleno por parte de Deus dado a José através do anjo.¹³⁴

Podemos fazer ainda outra leitura como caminho intermediário entre as duas hipóteses apresentadas que está mais no nível humano e traz presente a plena confiança por parte de José, levando-se em consideração o princípio da fidelidade. José, provavelmente, não conhecia o mistério, mas, da mesma forma, não fazia qualquer juízo negativo em relação à Maria por ter uma elevada estima por ela. É o que pensam São Jerônimo e São Pedro Crisólogo.¹³⁵

Em relação à decisão de José não se pode ficar com uma única interpretação. Está claro no texto que José realmente tinha a pretensão de separar-se de sua esposa, Maria, mas falta esclarecer as motivações que levaram José a pensar nessa possibilidade. É sobre a modalidade da separação que pairam todas as dificuldades.

As soluções que estavam sendo apresentadas para assegurar a honra de José por causa da concepção de Maria foram imediatamente descartadas pelo próprio esposo. Acredita-se que as orientações gerais presente nas Escrituras poderiam estar sendo levadas em conta. Uma das reprimendas era aquela da lei “relativa à cobiça” (cf. *Nm* 5,11-28), que previa um ordálio especial para a mulher que era alvo de suspeita, caso que reflete materialmente o de José. Segundo a *Mishná*, o marido ficava livre para proceder de tal modo contra a sua esposa e podia repudiá-la.¹³⁶

Entre os judeus apenas o homem tinha o privilégio de repudiar ou divorciar-se de sua mulher. Para a mulher ficar inteiramente livre era necessário um documento testemunhando o ato de repúdio. Segundo Stramare, no texto de Mateus foi criado, com o advérbio “secretamente”, uma dificuldade posterior quanto ao sentido preciso de “despedir” (às vezes, entende-se esse verbo com o sentido de divórcio). Na verdade, não vemos como conciliar com “secretamente” um ato jurídico e, portanto, por sua natureza, público.¹³⁷ Uma possibilidade poderia ser oferecida pelos textos e fragmentos dos documentos descobertos nas grutas de

¹³⁴ EFREM, *Diatessaron*.; Basílio, *Homilia in s. Christi generationem*, 3. PG 31, 1. In. *Ibidem*.

¹³⁵ PL 26, 25; PL 52, 588.

¹³⁶ SOTA, Y. 47b; B. 3a; M. 4,2 In. J. Bonsirven, *Textes rabbiniques des deux premiers siècles chrétiens*, Roma, 1955, 374 Cf. DM, p. 655.

¹³⁷ STRAMARE, T. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù*. p. 137.

Wadi Murábbá 'at,¹³⁸ dos quais se conclui que o objetivo do ato escrito de repúdio era apenas o de testemunhar a vontade de divorciar-se, sem necessariamente dever indicar a sua causa.¹³⁹

Como síntese Stramare propõe uma “solução radical” no caso de não ter que relacionar “secretamente” com “despedir”, para uni-lo de preferência ao verbo “decidiu” que os precede. Tratando-se da descrição do drama interior de José, Mateus estaria querendo esclarecer que José tinha decidido separar-se de Maria, mas que tal decisão de modo algum transpareceria, permanecendo, ao invés, “oculta”. Ainda não havia a materialização a respeito da decisão de José. A possibilidade de assegurar o mistério da encarnação na família de José e Maria ficou plenamente assegurada com a intervenção do anjo. A efetivação da decisão de José foi modificada por causa da mensagem do anjo. José pensava em separar-se de Maria e o anjo pediu o contrário. José acatou a ordem divina.¹⁴⁰

Conclui-se que a decisão de José de querer deixar Maria é consequência do conhecimento da maternidade divina; precisamente é por causa da predileção de Maria por parte de Deus, que a escolheu de maneira exclusiva para si para ser a mãe do próprio Filho de Deus, (*Mt 1,19*) que José não se sente digno de coabitar com ela, afinal ela foi escolhida para ser a mãe de Deus. Por isso, dentro de sua limitada compreensão humana e para ser justo consigo mesmo e, de modo especial, com o próprio Deus, acredita que a melhor atitude, de sua parte, seria afastar-se de sua esposa para não ferir nem macular o mistério de Deus.¹⁴¹ Isso não quer dizer que José não a amasse, mas simplesmente que Deus estava acima de sua própria vontade.

Nesse aspecto, vemos José completamente envolvido pela graça de Deus e demonstrando sem paralelo na história, uma humildade extraordinária. Todo o agir de José leva em consideração o próprio Jesus. Sabendo quem era o pai de Jesus, José quer deixar claro que Deus não pode ser diminuído. José não quer fazer-se passar por pai biológico do menino divino.

¹³⁸ O papiro que nos interessa (112 x 220 mm) é escrito em aramaico e documenta em cópia dupla um *ato de repúdio* (111 d. C.): “No primeiro (dia) de Marshesvan, ao sexto, em Masada. Eu me divorcio e (te) repudio, por minha própria iniciativa, eu, José, filho de Naqsan, de ...ah, residente em Masada, tu, Maria, filha de Yonatan de Hanablata, residente em Masada, (tu) que eras a minha primeira mulher, de modo que tu estás livre por tua vez para te ires embora e te tornares mulher de qualquer homem judeu que queiras. E, portanto, eis de minha parte o ato de repúdio e a carta de divórcio. Depois, o (dote), eu (to) restituo. E todos os (bens) destruídos, danificados e... te serão reembolsados, como (eu me) obrigo por meio deste, e eu (os) pagarei em quádruplo. E, em qualquer momento em que tu mo peças eu substituirei o documento se eu (ainda) estiver vivo. Yospeh, filho de Naqsan, por si mesmo – Eli'azar (filho de) Malka, testemunha – Yospeh, filho de Malka, testemunha – Eleazar filho de Nanana, testemunha. Cf. Marucci, *op. cit.*, p. 102-104, In: STRAMARE, T. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù.*, p.138. Veja também DM, p.668.

¹³⁹ BARTINA, S. *San José y el libelo de repudio (Mt 1,18-19)* Estudios Josefinos 16 (1962), p. 192s.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 655.

¹⁴¹ LÉON-DUFOUR, X. *L'annonce à Joseph in Etudes d'Évangiles*, Paris, 1965, p. 80 s. In. STRAMARE. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù*, p.140.

Na leitura proposta onde José conhece o mistério da encarnação antes do anúncio do anjo introduz-se uma orientação exegética claramente cristológica, na compreensão de Stramare.¹⁴² Não é possível ficar preso apenas ao contexto familiar com seus direitos. O conteúdo da reflexão não pode ficar restrito apenas aos direitos de José de manter consigo um menino que não foi gerado por ele, mas que, no entanto nasceu no seu matrimônio sem a participação de nenhum outro homem. O que está sendo tratado num contexto particular de uma família tem ligação direta com a salvação de toda a humanidade. Com que direito José pode participar ou intrometer-se nesse evento único da história? Como querer participar desse evento sem ser convidado por Deus? Depois de saber o que se passa com Maria, José silencia e aguarda a manifestação de Deus a respeito dele, pois se sente na obrigação de não interferir no mistério da salvação sem o consentimento de Deus. Provavelmente Maria, ou outra pessoa, pode ter-lhe revelado o fato, onde o maior mistério de todos os tempos estava envolvido. No que diz respeito à Maria, instintivamente estava descartado qualquer procedimento relativo à desconfiança. Diante dos fatos é que paira a dúvida de José. O que cabe fazer nessa realidade? Estaria Deus precisando de José para dar plena visibilidade de seu amor em relação ao seu Filho? José aguarda a iniciativa de Deus.

Encontramo-nos diante de um tipo de revelação constituído de fatos e palavras, mas que acontece em dois tempos. O primeiro tempo é formado por um *fato* (José sabe que Maria está grávida por obra do Espírito Santo, v. 18); o segundo tempo é constituído pelas *palavras* do anjo (vv. 20.23), que revelam a José o seu ofício. A justiça de José consistiria, pois, na atitude reverente diante de uma vontade divina evidentemente presente, mas que parece ainda não lhe dizer respeito diretamente, mas até excluí-lo.¹⁴³

Lagrange afirma que Léon-Dufour defende a hipótese do conhecimento do mistério por parte de José.¹⁴⁴ As palavras do anjo não levam a José uma novidade sobre a concepção por obra do Espírito Santo, apenas confirmam aquilo que ele já sabia. José não é pego de surpresa para as decisões que precisa tomar. Fica claro que sente-se seguro diante da presença do anjo que o convida para participar do mistério da encarnação como integrante direto desse evento e não apenas como uma figura secundária. O anjo dá autoridade à missão que José deve assumir. A presença do anjo é para uma ordem prática e não teórica. José foi avisado

¹⁴² STRAMARE, T. *Op. cit.*, p.140.

¹⁴³ Idem, *José*. Cf. DM, p. 656.

¹⁴⁴ Cf. LAGRANGE, J.-M.; In. STRAMARE, T. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù*, p.142.

pelo anjo para partir em missão, isto é, assumir Maria e o Filho de Deus com tudo aquilo que eles são. A missão de pai de Jesus foi divinamente confiada a José e não pode mais retroceder.

Por causa do conhecimento da concepção virginal, José havia decidido desfazer o vínculo anterior com Maria; contudo, o anjo invoca exatamente tal motivo para lhe impor o dever de permanecer no seu lugar, já que ele tinha uma tarefa a cumprir. Jesus precisaria de um pai. O motivo, portanto, da necessidade de José estar ao lado de Maria tem a ver, de forma direta, com a necessidade de pai por parte do menino. José, filho de Davi, apesar da concepção virginal, tomará consigo a mãe de Jesus para garantir um pai ao menino.

O texto, segundo Stramare, seria traduzido assim: “José, filho de Davi, não temas tomar contigo Maria, tua esposa; *sem dúvida* o que nela foi gerado é obra do Espírito Santo. *Porém*, ela dará à luz um filho, ao qual darás o nome de Jesus; é ele, na verdade, quem salvará o próprio povo de seus pecados (vv. 20-21)”.¹⁴⁵

2.2 O ESPOSO DE MARIA

No evangelho de Mateus, José é apresentado como “esposo de Maria”. Na genealogia de Jesus (1,16) e no relato da concepção virginal (v.19) essa qualificação é oficialmente reconhecida. Quanto à mãe de Jesus, Maria, de forma evidente é apresentada como “desposada com José” (v. 18); “desposada com um homem” (*Lc* 1,27; 2,5); ela é a “mulher” de quem José quer – mas não o fará – separar-se (*Mt* 1,20.24). Portanto, José foi esposo de Maria durante toda a sua vida. Tudo aquilo que diz respeito ao matrimônio foi devidamente cumprido por José no contexto das exigências particulares que aí estavam implicadas.

Os evangelistas fazem questão de assegurar duas verdades depois de assegurarem o matrimônio: Maria é virgem (*Lc* 1,27.34; *Mt* 1,23.25) e Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo (*Mt* 1,18; *Lc* 1,35). Nesse sentido, o aparente conflito é totalmente intencional. Conclui-se que a concepção e o nascimento de Jesus de uma virgem deviam acontecer no contexto do matrimônio. Por essa razão não se pode ver o matrimônio de Maria e José apenas como “expediente” para resolver problemas práticos. É importante acolhê-lo em toda a sua “verdade”, como algo diretamente preestabelecido pela vontade de Deus.¹⁴⁶

¹⁴⁵ STRAMARE, T. *Vangelo...* p.143.

¹⁴⁶ STRAMARE, T. *José*, DM, p. 653.

Podemos encontrar nos evangelhos que José é o esposo de Maria; Maria é a esposa de José; seu casamento é verdadeiro; Jesus foi concebido pela esposa de José; Maria concebeu por obra do Espírito Santo. A sua realidade está orientada para a encarnação do Verbo. O concílio de Calcedônia (DH 301-302) e os concílios de Constantinopla (DH 150 – símbolo da fé; DH 290, 291, 293, 294, 295 – a encarnação do Verbo de Deus) formularam tal mistério com a terminologia que nos é habitual, mas quem relata os elementos essenciais são os evangelistas, como veremos a seguir.

A presença do Espírito Santo na concepção virginal de Maria caracteriza a origem divina de Jesus. “Maria achou-se grávida por obra do Espírito Santo” (*Mt* 1,18.20); “o Espírito Santo descerá sobre ti e a força do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra”, (*Lc* 1,35) e com a insistência sobre a virgindade de Maria (*Mt* 1,18.23.25; *Lc* 1,27.34), mas simultaneamente são levadas à devida consideração também as exigências predispostas pelo próprio Deus por meio das promessas feitas a Davi (cf. *2Sm* 7,16; *Is* 7,14) e oportunamente recordadas pelos evangelistas *Mt* 1; *Lc* 2,32). Lembra Stramare

que unanimemente traduções e comentários do v. 18 introduzem a distinção entre noivado e casamento [...]; Com efeito, se pretendermos defender melhor a virgindade de Maria, considerando-a apenas noiva no momento da concepção de Jesus, deveremos, pois, achar que o noivado é equivalente ao matrimônio para salvar a honra da mãe e – acrescentamos – a legitimidade do Filho. A legitimidade da descendência davídica de Jesus depende unicamente do “verdadeiro” matrimônio de José com Maria. Daí, realmente, decorre a exigência de que José conserve o vínculo conjugal (vv. 20.24) e imponha o nome de Jesus (v. 25), reconhecendo juridicamente como seu o filho da sua legítima esposa.¹⁴⁷

O fundamento jurídico da paternidade de José é o matrimônio com Maria, segundo os textos evangélicos.¹⁴⁸ A paternidade de Jesus precisava ficar garantida, por isso Deus escolheu José para ser o esposo de Maria. Nesse particular, destaca-se a paternidade de José em relação a Jesus, o fundamento de toda eleição e predestinação (cf. *Rm* 8,28-29). Ninguém se tornou mais próximo de Jesus do que José, salvo Maria. Nesse sentido a paternidade de José fica plenamente aceita somente a partir do matrimônio no contexto familiar. Assim sendo, Jesus tem assegurado por Deus uma família que se doa exclusivamente a ele.

¹⁴⁷ Idem. *Op. cit.*, In. DM, p. 654.

¹⁴⁸ “Dois são os princípios em que se apóia toda a teologia de São José: primeiro, sua união com Maria por meio do matrimônio, e segundo, seu ministério paternal acerca de Jesus”. Cf. LLAMERA, B. *Teologia de San José*, p. 37.

Não nos deve causar estranheza a realidade única presente no matrimônio de José e Maria. Se por um lado os evangelistas afirmam claramente que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo e que naquele matrimônio a virgindade foi preservada (cf. *Mt* 1,18-25; *Lc* 1,26-38), por outro, não deixam de chamar José esposo de Maria e Maria esposa de José (cf. *Mt* 1,16.18-20; *Lc* 1,27; 2,5). Uma dimensão não nega a outra, mas a complementa nesse contexto do matrimônio, onde a missão é singular e irrepetível.

Ademais, Maria, por ser a “mulher da encarnação”, ancora firmemente o mistério da salvação na história concreta. Mais do que qualquer outra figura neotestamentária, essa mulher é avessa a todo tratamento mitológico, gnóstico ou docetista, refugindo decididamente toda idealização intelectualista ou meramente poética.¹⁴⁹

A Igreja, por sua vez, não vê problema em professar a concepção virginal de Jesus juntamente com o matrimônio de Maria com José. A preocupação se volta para a paternidade, que não pode ser desconsiderada. Não se pode comprometer a paternidade de José, de modo especial aquela jurídica. Como podemos observar, as gerações são enumeradas em consonância com a genealogia de José:

E porque não o deviam ser - pergunta-se Santo Agostinho - através de José? Não era porventura José o marido de Maria? (...). A Escritura afirma, por meio da autoridade angélica, que ele era o marido. Não temas, diz, receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo. E é-lhe mandado que imponha o nome ao menino, se bem que não seja nascido do seu sêmen. Aí se diz, ainda: Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus. A Escritura sabe que Jesus não nasceu do sêmen de José; e porque ele mostra preocupação quanto à origem da gravidez dela (Maria), é dito: provém do Espírito Santo. E, todavia, não lhe é tirada a autoridade paterna, uma vez que lhe é ordenado que seja ele a dar o nome ao menino. Por fim, também a própria Virgem Maria, bem consciente de não ter concebido Cristo da união conjugal com ele, chama-o, apesar disso, pai de Cristo.¹⁵⁰

Santo Agostinho sintetiza a missão específica de José dando-lhe todos os direitos que lhe são próprios. A autoridade angélica diz que José é o marido de Maria. Isso significa que ele deve impor o nome ao menino, mesmo não sendo filho natural.

¹⁴⁹ BOFF, C. *O cotidiano de Maria de Nazaré*, p.11.

¹⁵⁰ S. AGOSTINHO, *Sermo 51*, 10, 16.

Nenhum outro filho nasceu por obra do Espírito Santo. Este, por sua vez, não diminuiu em nada a autoridade específica de José, apenas corroborou. Também a sua esposa diz que José é pai de Jesus. Com isso conclui-se que José recebe os direitos de pai por vontade de Deus e não dele mesmo. Não foi a força humana que lhe imprimiu direitos e deveres, mas o olhar do Pai, que o torna “fiel vocacionado” no mistério da encarnação.¹⁵¹ O vínculo matrimonial garante que o filho de Maria é também filho de José:

Por motivo daquele matrimônio fiel, ambos mereceram ser chamados pais de Cristo, não apenas a Mãe, mas também aquele que era seu pai, do mesmo modo que era cônjuge da Mãe, uma e outra coisa por meio da mente e não da carne.¹⁵² Como se pode constatar, os requisitos próprios do matrimônio foram inteiramente contemplados nesse matrimônio: “Naqueles pais de Cristo realizaram-se todos os bens das núpcias: a prole, a fidelidade e o sacramento. Conhecemos a prole, que é o próprio Senhor Jesus; a fidelidade, porque não houve nenhum adultério; e o sacramento, porque não se deu nenhum divórcio”.¹⁵³

Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino ao aprofundarem o específico do matrimônio, chegam à seguinte conclusão: É preciso que haja a “união indivisível dos ânimos”, a “união dos corações” e o “consenso”.¹⁵⁴ Dentro dessa lógica conclui-se que no matrimônio de José e Maria essas realidades podem ser verificadas de forma plenamente harmonizadas. Nesse ambiente, Deus quis manifestar o seu amor pela humanidade com o dom do Verbo dentro do matrimônio de José e Maria. Nessa realidade, Deus realiza com plena “liberdade” o “Dom sponsal de si” acolhendo e exprimindo tal amor (RC 7). Para destacar a dimensão da paternidade é recomendável não excluir a outra que a complementa: o matrimônio.

Nesta grandiosa empresa da renovação de todas as coisas em Cristo, o matrimônio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, um sacramento da Nova Aliança. E eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do Antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua

¹⁵¹ BERTOLIN, J. A. *São José, fiel vocacionado*, p.45.

¹⁵² S. AGOSTINHO, *De nuptiis et concupiscentia*, I, 11, 12; cf. *De consensu evangelistarum*, II, 1, 2; *Contra Faustum*, III, 2.

¹⁵³ S. AGOSTINHO, *De nuptiis et concupiscentia*, I, 11, 13; Cf. *Contra Julianum*, V, 12, 46.

¹⁵⁴ Cf. S. AGOSTINHO, *Contra Faustum*, XXIII, 8; *De consensu evangelistarum*, II, 1, 3; *Sermo 51*, 13, 21; S. TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.*, III, q. 29, a.2.

vontade onipotente de purificar e santificar a família, que é santuário do amor humano e berço da vida (RC 7).

Os ensinamentos desta realidade continuam vivos, ainda hoje, para a família. Não há família onde falta o amor, pois “a essência e as funções da família se definem, em última análise, pelo amor”. Nesse sentido, podemos dizer que à família “é confiada a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, qual reflexo vivo e participação do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja sua Esposa (18)” (FC 17). A primeira “Igreja doméstica” é a Sagrada Família e é nela que todas as famílias devem espelhar-se (FC 49). Nela, efetivamente, “por um misterioso desígnio divino, viveu escondido durante longos anos o Filho de Deus: ela constitui, portanto, o protótipo e o exemplo de todas as famílias cristãs” (FC 85).

A vocação de José deve ser compreendida a partir do chamado de Deus. Foi por causa de Jesus, para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, através do exercício da paternidade que toda a prontidão de José ganhou sentido. É importante notar que ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos”¹⁵⁵, e é verdadeiramente “*minister salutes*”.¹⁵⁶ Quanto à paternidade de José, ela tornou-se concreta a partir do momento em que fez da vida um serviço, ou seja:

um sacrifício ao mistério da encarnação e à missão redentora inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa (RC 8).

2.3 O PAI DE JESUS

Deus quis se manifestar na carne humana e quis precisar da ajuda dos homens para crescer em sabedoria, idade e graça. Ao assumir a carne humana, Deus dá provas da grandeza da humanidade. José foi homem, mas recebeu uma missão que na lógica humana é totalmente inconcebível. Sabemos que é Deus quem cuida dos homens e não o homem quem cuida de

¹⁵⁵ Cf. S. JOÃO CRISTÓSTOMO, In *Matth. Hom.*, V, 3.

¹⁵⁶ MILITELLO, G. *San Giuseppe: custode del Redentor, falegname e sposo fedele*, p.96.

Deus. Na encarnação, esse processo se deu de maneira extraordinária. José cuidou do Filho de Deus. Compreende-se, por essa razão, que José fosse um homem justo pelo fato de ser iluminado pelo Espírito Santo e guiado pela mão do Pai. Compreende-se a missão de José a partir do projeto que Deus quer oferecer à humanidade inteira. José participou não apenas de um projeto pessoal que Deus fez a ele, mas de um projeto que Deus deu à humanidade inteira.

A partir de um povo específico, Deus se manifesta à humanidade. Tratava-se da encarnação do Verbo eterno. Percebe-se que Deus quis se abaixar porque não considerava humilhante nascer numa cultura específica, nem precisar de pessoas para seu projeto. Na verdade, Deus permitiu que a sua história fosse marcada pela liberdade humana moldada pela graça. Deus oferece seu Projeto por excelência (a encarnação do Verbo) para que as pessoas participem (Jesus foi cuidado pela Sagrada Família), sem omitir as condições necessárias, por isso preparou seus eleitos (José e Maria) para a missão, para que sua missão fosse bem acolhida.

Além de cuidar de um filho que não fora gerado por ele, José fez-se pai verdadeiro de Jesus ao lado de sua esposa na condição de esposo fiel. Em meio a inúmeras dificuldades, José não foi poupado das perseguições políticas. Herodes queria matar todos os meninos nascidos em Belém, porque tinha ouvido falar que nessa cidade, segundo as Escrituras, havia nascido o Rei dos judeus. Herodes estava se sentindo ameaçado por um inocente, por isso mandou matar a todos, pois não sabia qual era o inocente que era tido como “rei dos Judeus”. José se antecipou a essa matança e fugiu para o Egito. Viveu o dever de esposo e de pai com absoluta fidelidade aos planos que Deus reservara a ele.

A paternidade de José, segundo Bossuet, foi um dom de Deus, por isso dotada do que é essencial para qualquer paternidade dando-lhe plenamente a consciência de seus direitos e deveres.¹⁵⁷ Tanto é verdade que embora nem fosse necessária a presença de Maria para o recenseamento em Belém, pois não era da descendência e nem da família de Davi, tampouco proprietário de qualquer imóvel em Belém, José e Maria foram até lá para não ficarem separados no momento do nascimento de Jesus.¹⁵⁸ José foi, depois de Maria, o primeiro adorador de Jesus, Filho de Deus; ele o circuncidou, apresentou-o no Templo, conduziu-o

¹⁵⁷ BOSSUET, *Op. cit.*, p.144. In: MARRANI, A., *S. Giuseppe nella Scrittura e nella vita della chiesa*, Francavilla a Mare (Chieti), Edizioni Paoline, 1967, p.54. Cf. MILITELLO, G. *San Giuseppe*, que fala sobre Bossuet (1627-1704). Religioso, sacerdote e escritor católico, foi um dos grandes pregadores franceses, p. 61.

¹⁵⁸ Por outro lado há autores, como Justino, que diz que Maria é “da raça de Davi”. Cf. PG 6,572S. In. DM, *Maria de Nazaré*, p. 828. Independente se Maria era ou não da descendência régia, a linhagem só tinha validade apenas a partir do homem.

com cuidado e carinho, juntamente com Maria, para o Egito e depois o trouxe de volta para Nazaré. José providenciará com seu próprio trabalho o sustento de Jesus e Maria.¹⁵⁹

Como afirmou Santo Tomás, o matrimônio de José com Maria e sua conseqüente paternidade, foram em vista da educação de Jesus e, neste sentido, José exercitou os seus deveres, dentre os quais um dos mais importantes foi aquele que se refere à educação religiosa de Jesus.¹⁶⁰ Segundo os costumes da época, José ensinou a Jesus as tradições nacionais, as quais em grande parte eram de natureza religiosa, assim como as prescrições dadas aos antepassados (*Ex* 10,2). Fazia parte da educação religiosa o ensinamento dos textos literários (*2Sm* 1,18), ensinamentos esses que Jesus recebeu particularmente na escola sinagoga. A mãe também praticava sua responsabilidade na educação dos filhos, como os elementos de instruções moral (*Pr.* 1,8; 6,20), por isso Maria foi juntamente com seu esposo, José, a dedicada educadora de Jesus.

Ainda na educação religiosa, José ensinou a Jesus as orações que o bom judeu rezava todos os dias em casa, na Sinagoga ou no Templo, como o “*Shemá*”, e as orações de agradecimento durante as refeições. Não faltavam na instrução religiosa a história da libertação do povo da escravidão e as grandes linhas da história da salvação, assim como os salmos e os ensinamentos dos profetas.¹⁶¹ A vida de Jesus foi impregnada pelos exemplos e ensinamentos de José, sem excluir a educação profissional.

O cardeal Billot reconhece, portanto, a dificuldade de encontrar uma palavra apropriada para indicar a paternidade de José. Para ele, trata-se de “um caso único e singular, em que a língua humana não possui um termo que a defina exatamente”.¹⁶² Diante dessa dificuldade, a paternidade de José foi expressa como adotiva, legal, virginal, vicária, nutrícia (...), termos esses que servem para exprimir apenas os seus aspectos negativos ou secundários. Vamos apresentar brevemente os motivos que levaram os teólogos a definir, sem consenso, essa paternidade com os termos acima mencionados.¹⁶³

José passou a ser chamado de “pai adotivo” por diversos estudiosos. Mesmo que o filho não seja da família, com esse título percebe-se a relação paterna entre pai e filho em virtude da lei. “Adotivo” é uma palavra inadequada, pois Jesus não era um estranho na sua família: José personalizava a paternidade divina sobre ele. Portanto, esse título não se encaixa

¹⁵⁹ MERCIER, P.V. *San Giuseppe: sposo de Maria padre putativo de Gesù patrono della chiesa secondo la sacra scrittura e la tradizione*, p.163.

¹⁶⁰ Cf. IV Sent., d. 30, q. 2, a. 2 ad 4. In. STRAMARE, T. *San Giuseppe nella Sacra Scrittura, nella Teologia...*, p. 149.

¹⁶¹ BERTOLIN, J. A. *São José: imagem terrestre da Bondade de Deus*, p.81.

¹⁶² BILLOT, *De Verbo Incarnato*, In. BERTOLIN, J. A. *Op. cit.*, p.80.

¹⁶³ BERTOLIN, J. A. *Op. cit.*, p.80.

bem, já que a adoção implica a acolhida de um filho, de uma pessoa estranha na própria família. Entretanto, alguns teólogos defenderam esse termo. Suárez dizia: "Por meio da adoção, também uma pessoa completamente estranha se torna filha, e o que adota é considerado pai, embora de certo modo. Assim, José aceitou e adotou como filho caríssimo, entregue pelo próprio Deus, aquele que a sua esposa lhe deu sem a sua cooperação, mas por obra do Espírito Santo".¹⁶⁴ Não foi José que adotou Jesus como filho, e sim foi Jesus quem adotou José como pai. "Com maior exatidão diríamos que José foi adotado como pai por Jesus".¹⁶⁵ A este propósito, é bom lembrar que o matrimônio de José e Maria, como muito bem ensinou Santo Tomás, foi de maneira particular, estabelecido por Deus para receber e educar Jesus Cristo.

Fala-se também da paternidade numa dimensão jurídica ao afirmar que José é "pai legal", baseando-se na afirmação do anjo a José que Maria, sua esposa, estava grávida por obra do Espírito Santo, e que dela nasceria um filho no qual ele colocaria o nome de Jesus (*Mt* 1,21).

A legitimidade da paternidade de José, portanto, está assegurada, sem excluir sua messianidade pelo fato de ser "filho de Davi". Contudo, não se trata de uma paternidade com significado formal por não corresponder a uma relação íntima entre pai e filho. Nesse sentido, ela é incompleta. Jesus não é herdeiro do sangue de Davi por parte de José.

Llamera apresenta diversos autores em sua obra que acenam para diferentes tipos de paternidade em relação a José.¹⁶⁶ A respeito das denominações já mencionadas a respeito da paternidade de José, e agora retomadas pelos teólogos, como pai virginal, pai nutrício, pai matrimonial, pai vigário, pai putativo e, por fim, pai de Jesus, aprofundar-se-á algumas delas.¹⁶⁷

Llamera, como também Bertolin¹⁶⁸, fazem anotações oportunas sobre essas definições. "Pai virginal": Mesmo sendo um dos títulos mais adequados e aceitáveis por captar a essência espiritual da paternidade e determinar a sua natureza, é impróprio. O matrimônio virginal só foi possível porque ambos acolheram essa realidade. Contudo, alerta Bertolin, há uma grande diferença entre José pai virgem e Maria mãe virgem, uma vez que Maria, permanecendo virgem, concebeu Jesus em seu seio por obra do Espírito Santo. José, por sua vez, não

¹⁶⁴ CARRASCO, J. A. *Paternidad de San José*, In. Estudios Josefinos, p. 177-178.

¹⁶⁵ LLAMERA, B. *Teologia de San José*, p.99.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 74-114.

¹⁶⁷ RAINERO, A. *San Giuseppe: padre verginale di Jesu*, p. 113-119.

¹⁶⁸ BERTOLIN, J. A. *São José: imagem terrestre da bondade de Deus*, p. 82-84.

participa, à maneira de Maria, na concepção de Jesus porque não dá seu sangue. Por essa razão, não se pode limitar a paternidade de José apenas dentro dessa realidade.¹⁶⁹

Caracteriza-se, ainda, uma denominação importante a respeito da paternidade de José, ainda que menos freqüente: pai nutrício. Llamera nos diz que “José exerceu o ofício de verdadeiro pai. Assim, alimentou, nutriu seu corpo e o defendeu; o estreitou entre seus braços e teve a maior solicitude para com o Menino e sua Mãe”.¹⁷⁰ Foi Orígenes quem, pela primeira vez utilizou esse termo. Llamera lembra que São Jerônimo, São João Crisóstomo e São Bernardo também o chamam de pai nutrício.¹⁷¹

José também foi definido como "pai matrimonial" de Jesus na teologia Josefina, diz Bertolin, uma vez que sua paternidade deriva do seu matrimônio com Maria. O próprio Santo Tomás se coloca nessa linha quando afirma que "o matrimônio de José foi disposto para acolher e educar a prole, Jesus"¹⁷², por haver uma predisposição divina. Porém é uma denominação pouco utilizada, assim como a expressão "pai vigário" para indicar que José devia fazer “às vezes” de Deus Pai.¹⁷³ É uma linguagem difícil de ser entendida.¹⁷⁴

Tendo em vista a passagem do evangelho de Lucas 3,23 onde se afirma que ao iniciar o ministério Jesus tinha uns trinta anos, e era filho, segundo se pensava, de José, percebe-se uma preferência entre os teólogos para designar a paternidade de José como "pai putativo"¹⁷⁵. Para Llamera, essa denominação tem sido aceita pela Igreja e foi empregada com freqüência pelos Romanos Pontífices e doutores (Cf. QD 1; QP 3; RC 28). O uso desse termo era uma forma de fazer as gerações de todos os tempos entenderem que José não era o pai natural de Jesus. Os judeus tinham essa compreensão, por isso estavam equivocados. O evangelho nos diz que ele “era tido como filho de José” por todos, mas na realidade não era.¹⁷⁶

No entendimento de Bertolin, a finalidade desse título servia apenas para acentuar uma crença dos habitantes de Nazaré que não condizia com a verdade. Eles pensavam que José fosse o pai natural de Jesus e nunca isso fora contestado. Lembremos que essa afirmação deixa claro o que José não era (pai natural), mas exclui toda a dimensão positiva de sua paternidade (pai real).¹⁷⁷

¹⁶⁹ LLAMERA, B. *Teologia de San Jose*, p.100.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 97.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² S. Th. III, q. 29, a. 1 ad 3.

¹⁷³ LLAMERA, B. *Op. cit.*, p.101.

¹⁷⁴ BERTOLIN, J. A. *São José, imagem terrestre da bondade de Deus*, p. 83.

¹⁷⁵ LLAMERA, B. *Op. cit.*, p. 95.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ BERTOLIN, J. A. *Op. cit.*, p. 83.

Destacamos, com Bertolin, a expressão pai putativo e pai virginal como sendo as mais adequadas, ainda que não sejam as melhores. Como José não foi pai natural e Maria concebeu virginalmente por obra do Espírito Santo, esses dois termos asseguram a José todos os direitos de sua paternidade sem que haja confusão na compreensão do específico de sua missão. A totalidade do relacionamento de José com Jesus não está inteiramente contemplada nesses dois termos. A missão de José, afirma o Papa Leão XIII na encíclica *Quamquam Pluries*, é a de "participar da sua excelsa dignidade" (n. 3). Como a dignidade de Maria se faz presente na singularidade de sua maternidade, a de José também não fica excluída, pois ele é participante direto desse mistério na condição de pai de Jesus, segundo os critérios de Deus. Suárez afirma que José tem, junto com o nome de pai, a realidade da paternidade enquanto pode tê-la uma criatura, excluindo somente a geração física. José teve tudo o que é próprio de um pai sem perder a virgindade.¹⁷⁸

Por fim, é preciso ter presente que a paternidade de José não pode ser comparada com nada e jamais poderá ser. Não há paralelos na história. Por ser uma paternidade sobrenatural ela está acima de todas as paternidades que possamos conhecer. Para ser justo com José, temos que retornar ao Evangelho e continuar chamando-o simplesmente de "pai de Jesus" sem acrescentar qualquer adjetivo a esse título. Para os cristãos há consenso sobre a paternidade não natural de José em relação a Jesus, pois Maria concebeu por obra do Espírito Santo (cf. *Lc 2,35*), por isso devemos ter presente um termo que garanta a José aquilo que lhe foi de direito.

José tem o direito de ser chamado pai de Jesus tanto quanto Maria de mãe, salvo as proporcionalidades. A paternidade não está vinculada à questão biológica na geração da prole, mas ao vínculo matrimonial. O caso de José e Maria é único na história da humanidade. Nunca houve e jamais haverá outro acontecimento semelhante a esse. Naquilo que diz respeito ao mistério, é prudente respeitar; no que se refere à humanidade é preciso compreender e, acima de tudo, acolher. A *Redemptoris Custos* afirma que a paternidade de José não é biológica, nem por isso ele é menos pai. José, portanto, é "pai e esposo por meio da mente e não da carne" (RC 7). Sendo que os requisitos para a constituição do matrimônio são

¹⁷⁸ "São José, afirma Llamera, não teve nenhuma outra mulher antes de desposar-se com a Mãe de Deus, que vale tanto como dizer que sempre permaneceu virgem. Sobre isso diz Lepcier: É "sentença teologicamente certa, que se há de ter como católica". Cf. *Tractatus de Sancto Joseph*: P. II, a. 7. p. 247. In. LLAMERA, B. *Teologia de San José*, p. 161.

“a prole, a fidelidade e o sacramento” (RC 7), não se pode omitir essa realidade irrenunciável.¹⁷⁹

2.4 O CUIDADOR

Os Evangelhos não trazem informações precisas sobre o sustento e a educação de Jesus. Lucas afirma que o crescimento de Jesus ocorreu no âmbito da Sagrada Família “em sabedoria, em estatura e em graça” (*Lc 2,52*). A função do pai em relação ao filho era insubstituível. João Paulo II cita Paulo VI na *Redemptoris Custos* por estabelecer o tipo de paternidade que José exerceu.

A sua paternidade expressou-se concretamente «em ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa (RC 8).

Os deveres que a lei estabelecia ao pai obrigavam-no a cuidar do filho dando-lhe alimentação, vestimentas, instrução na lei e ensino de uma profissão. A respeito do sustento de Jesus a Igreja faz questão de lembrar “Aquele que os fiéis deviam comer como Pão de vida eterna” (QD 2).

O vínculo de Jesus com seus pais é permanente. Não há motivos para Jesus desonrar as ordens provindas de seus genitores por haver comunhão entre a vontade de Deus e as ordens recebidas de seus pais. Jesus “era-lhes submisso” (*Lc 2,51*), correspondendo com respeito às atenções dos seus “pais”. Dessa forma, “quis santificar os deveres da família e do trabalho, que ele próprio executava ao lado de José” (RC 16).

¹⁷⁹ “Por isso, naquele que segundo o Evangelho chamei de matrimônio, eu disse (*) estarem presentes todos três bens das núpcias: a fidelidade, pois não houve adultério; a prole, o mesmo Cristo Senhor; e o sacramento, pois não houve divórcio. Cf. *Contra Iulianum Pelagianum*, 5, 46; *ML* 44, 810. (*) *De nuptiis et concupiscentia*, 1.13; *ML* 44, 421.

As obrigações próprias de José são lembradas pela Liturgia.¹⁸⁰ Confia-se à solícita guarda de São José, na aurora dos novos tempos, os mistérios da salvação.¹⁸¹ Esclarece, ainda, que ele “foi constituído por Deus chefe da sua Família, para que, servo fiel e prudente, guardasse com paterna solícitude o seu Filho unigênito”.¹⁸² Em José, Deus encontra plena confiança para poder oferecer ao Filho o que lhe é de direito. Vale lembrar que José sempre foi o chefe da família. É a partir desse título que ele tem o poder de exercer a sua função de esposo e pai. O Papa Leão XIII realça a sublimidade desta missão:

Ele, entre todos, impõe-se pela sua sublime dignidade, dado que, por disposição divina, foi guardião e, na opinião dos homens, pai do Filho de Deus. Daí se seguia, portanto, que o Verbo de Deus fosse submisso a José, lhe obedecesse e lhe prestasse aquela honra e aquela reverência, que os filhos devem aos próprios pais (QP 3).

A missão de José não foi a construção de um projeto pessoal, mas a aceitação de um projeto divino. O fato de Jesus ser obediente e submisso a José garante a veracidade de sua missão vocacionada.

A paternidade de José deve ser compreendida no contexto de sua missão, pois, de acordo com as exigências da missão, se requer as qualidades necessárias. José teve para com Jesus um sentimento verdadeiramente paterno. Pio XII na mensagem radiofônica aos estudantes das escolas católicas dos EUA afirmava que “por especial dom do Céu, todo aquele amor natural e toda aquela solícitude afetuosa que o coração de um pai possa experimentar José também experimentou para com Jesus” (RC 8).

A autoridade paterna de José sobre Jesus deve ser compreendida na ótica do Pai. O amor de José para com Jesus corresponde ao amor do Pai, pois a fonte do amor de José é o Pai “do qual toda a paternidade, nos céus e na terra, toma o nome” (*Ef* 3, 15). Nesse sentido podemos dizer que o amor de José não é diferente daquele do Pai. A obediência que Jesus tinha para com José se justifica pelo fato de José estar apresentando a Jesus a vontade do Pai e não a sua. Não havia contradição entre a vontade do Pai e a de José.

¹⁸⁰ Cf. NEGRO, M. *São José na Liturgia*, p. 160-209.

¹⁸¹ Cf. MISSAL ROMANO, *Coleta da Solenidade de São José* (19 de março).

¹⁸² Cf. Idem. *Prefácio da Solenidade de São José* (A missão de São José).

O múnus paterno de José para com Jesus é facilmente encontrado nos Evangelhos, uma vez que Deus quis que Maria e Jesus fossem dependentes dele. Os relatos a respeito da sagrada família devem ser lidos na ótica da salvação. A humanidade de Jesus tem um intuito: apresentar aos homens a salvação. Nessa perspectiva os gestos quotidianos da vida familiar não poderão ser ignorados. Contudo, é preciso respeitar “aquela *condescendência* que é inerente à economia da encarnação” (RC 8). Em outras palavras, não se exige da humanidade aquilo que ela não pode oferecer.¹⁸³

Ao ler os Evangelhos, percebemos que nenhum fato da vida de Jesus foi deixado ao acaso. Deus cuidou para que todas as realidades humanas diretamente ligadas a seu Filho fossem conduzidas de acordo com um plano divinamente preestabelecido. Quando se diz nos textos do Novo Testamento que “aconteceu assim, para que se cumprissem...”, lembramos de alguma passagem descrita pelo Antigo Testamento. A intenção é acentuar a unidade e a continuidade do projeto, que em Cristo tem o seu “cumprimento”.

Destacamos a importância da encarnação. As “promessas” e as “figuras” do Antigo Testamento deixam de ser o “futuro” para se tornarem “realidade” com a vinda de Jesus. De acordo com as ordens divinas, percebemos que há um entrelaçamento entre lugares, pessoas, acontecimentos e ritos. O ministério dos anjos foi o de transmitir essas ordens às pessoas que seriam receptivas aos planos de Deus. João Paulo II faz questão de acentuar que Maria é a humilde serva do Senhor, preparada desde toda a eternidade para a missão de ser Mãe de Deus; e José é aquele que Deus escolheu para ser o “coordenador do nascimento do Senhor”¹⁸⁴, aquele que tem o encargo de prover o inserimento “ordenado” do Filho de Deus no mundo, mantendo o respeito pelas disposições divinas e leis humanas. Jesus tornou-se “homem feito” sob os cuidados de José. A vida “oculta” de Jesus deve ser compreendida dentro do contexto da família, sob a guarda de seu pai, José (RC 8).

¹⁸³ “Economia da salvação é uma expressão técnica da teologia e da liturgia, assumida também na linguagem oficial das Igrejas para significar o processo histórico, em suas várias fases, pelo qual Deus vai entrando progressivamente na vida humana e na história, realizando uma aliança e oferecendo sua graça e salvação. São José ocupa um ponto altíssimo nesse processo, porque através dele Jesus entra na família humana como uma pessoa normal. O primeiro a ver explicitamente essa inclusão de São José na economia da salvação foi São João Crisóstomo (+ 407); depois Santo Agostinho (+ 453) e, por fim Jean Gerson (+ 1428)”. In. BOFF, L. *São José a personificação do Pai*, p. 133-134.

¹⁸⁴ ORÍGENES, *Hom. XIII*, in Lucam, 6; *S. Ch. 87*, p.195-197. In. RC p.18.

2.5 JOSÉ NO MAGISTÉRIO DA IGREJA

A teologia Josefina teve relevância nos documentos do Magistério da Igreja.¹⁸⁵ Portanto, destacaremos as afirmações que os papas fizeram a respeito de José nos pronunciamentos oficiais.

O Papa Pio IX estende para toda a Igreja a festa do Patrocínio de São José e apresenta pela primeira vez os princípios da teologia de São José.¹⁸⁶ Também proclama São José patrono da Igreja universal. No Decreto *Quemadmodum Deus* José do Egito é apresentado como modelo de José de Nazaré. No tocante ao poder de intercessão, é o segundo, depois de Maria (n. 1).

Pio IX afirma, ainda, que o culto a José supera outros santos e menciona que ele recebeu de Deus graças particulares para o seu estado (IP 6). Dada a importância do santo, Pio IX fez questão de demonstrar a sua devoção com obras em homenagem a ele no Vaticano.¹⁸⁷

Já o Papa Leão XIII coloca José como protetor de seu pontificado em seu primeiro discurso ao colégio dos cardeais (28 de março 1878) pelo fato de ser padroeiro da Igreja. Vai insistir na proteção de José ao pronunciar outros discursos.¹⁸⁸ Quanto à doutrina de José, Leão XIII a destacou na Encíclica *Quamquam Pluries* de forma ampla e completa, a partir de sua dignidade e os motivos que o levaram a ser proclamado padroeiro de toda a Igreja, pelo fato de ser modelo e advogado de todas as famílias cristãs (QP 2). Noutras cartas, José, mais uma vez, foi lembrado pelo Papa com grande estima e admiração.¹⁸⁹

Preocupado com a paz, o Papa Bento XV assegura que a devoção a José é necessária e eficaz para enfrentar os problemas do pós-guerra. Os pobres e os trabalhadores são aqueles que não poderão deixar de recorrer ao “nosso santo”, uma vez que ele se identificava com

¹⁸⁵ Stramare, aproveitando a coletânea de B. Burkey, *Pontificia Josephina. Documentos of the Holy See concerning St Joseph and his Cultus* (a partir de Pio IX) publicada em Cahiers de Joséphologie desde 1962 (vol. X n. 2)”. apresentou de forma cronológica a documentação a respeito de José. Cf. STRAMARE, T. *Gesù lo chiamò Padre: Rassegna storico-dottrinale su san Giuseppe*. Libreria Editrice Vaticana, 00120 Città Del Vaticano, 1997, p. 35-44. Veja, também, o artigo de José Antônio Carrasco “*Doctrina Josefina contenida en los documentos papales desde Pio IX a nuestros dias*”, In: *Estudios Josefinos*, Valladolid, ano XXVI, n. 51, 1972, p. 22-52.

¹⁸⁶ Cf. Os princípios da Teologia de São José está sintetizado nessa antífona citada por Pio IX: “Eis o servo bom e fiel, a quem o Senhor confiou a sua família. Haverá glória e riqueza em sua casa. Permanece para sempre sua justiça”. Antífona das Vésperas da Solenidade de São José. Cf. *Inclitum Patriarcham*, p.7.

¹⁸⁷ Cf.: STRAMARE, T. *Gesù lo chiamò Padre*, p. 35-36.

¹⁸⁸ Primeira encíclica (21 de abril de 1878); Na encíclica *Aeterni Patris* (4 de agosto 1879); “na encíclica *Sancta Dei civitas* (3 de dez. 1880); carta ap. *Militans Jesus, Crhisti Ecclesia* (12 de março 1881); carta ap. *Militans Jesus, Crhisti Ecclesia* (12 de março 1881); enc. *Etsi nos* (15 de fev.1882); enc. *Humanum genus* (15 de abril 1884). In. STRAMARE, *Gesù lo chiamo Padre*, p. 36.

¹⁸⁹ Cf. LEÃO XIII, Carta ap. *Quod paucis abhinc* (28 de janeiro de 1890); carta apostólica *Quod erat* (3 de out. 1891); carta apostólica *Neminem fugit* (14 de junho 1892). In. STRAMARE, *Gesù lo chiamo Padre*, p. 36.

essa classe. Não deixa de destacar José como o mais eficaz protetor dos moribundos, daqueles que estão morrendo, pois ao lado de José estão sempre Jesus e Maria.¹⁹⁰

Quanto ao linguajar da Sagrada Escritura em relação à paternidade de José, destaca-se a maneira como os escritores interpretam o nome de pai. Nesse sentido, não pode ser confundido como pai natural.¹⁹¹

A importância de José é destacada e reafirmada por Pio XI. O título de Patrono da Igreja não foi uma criação, mas uma confirmação daquilo que José fora desde o tempo em que era chefe da Sagrada Família.¹⁹² Assim como São João Batista e São Pedro são exaltados, o Papa pede, também, para que a honra a São José seja mais solenizada.¹⁹³

Entre estes dois grandes personagens, entre as duas missões, eis que aparecem a pessoa e a missão de São José que, ao contrário, passam apagadas, silenciosas, como que despercebidas e ignoradas, na humildade, no silêncio, silêncio que não devia iluminar-se senão mais tarde, silêncio ao qual deveriam suceder, e muito alto, o grito, a voz, a glória nos séculos.¹⁹⁴

Fala, ainda, da ligação de José com a união hipostática¹⁹⁵ da qual deriva seu poder de intercessão.¹⁹⁶ Destaca, também, José como modelo e patrono dos operários ante o comunismo.¹⁹⁷ Em consonância com Pio XI, seu predecessor, Pio XII continua descrevendo José como chefe de família.¹⁹⁸ Incentiva, inclusive, o culto mas fervoroso à

¹⁹⁰ Cf. BENTO XV, Documento Motu Proprio *Bonum sane* (25 de julho 1920)

¹⁹¹ Cf. BENTO XV, Enc. *Spiritus paraclitus* (15 set. 1920)

¹⁹² Cf. JOÃO XXIII, Carta Apostólica, *Le voce che da tutto*, n.12.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Cf. Discursos de Pio IX, vol. I, p. 780. In JOÃO XXIII, *Op. cit.* n. 22.

¹⁹⁵ Leonardo Boff explica que “Hipostática vem de *hipóstase*, que em grego clássico e eclesiástico significa “pessoa”. [...] as Pessoas divinas, graciosamente, assumiram Maria e Jesus para dentro de sua realidade divina. E São José não cabe dentro dessa ordem hipostática? Por que deixá-lo de fora? Há excelentes razões para inseri-lo junto com sua esposa e seu filho. Os dados seguros são estes: ele tem e mantém relação imediata e estreita com Maria, na qual está o Espírito, e com Jesus, no qual está o Filho. Essa relação permite dizer que, pelo menos indiretamente, ele pertence à ordem hipostática, pois, em concreto, não se pode pensar Maria e Jesus sem ele, seja como marido, seja como pai. A *Redemptoris Custos* reconhece explicitamente: “Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo foi também ‘assumido’ tudo aquilo que é humano, e, em particular, a família, primeira dimensão da sua existência na terra. Nesse contexto foi ‘assumida’ também a paternidade humana de José” (n. 21). Essa tese da “união hipostática” de José com Deus Pai (*teologúmenon* – teoria teológica) que Leonardo Boff sustenta deve ser melhor amadurecida e discutida por outros teólogos. Ainda é cedo para posicionar-se. Cf. BOFF, L. *São José*, p. 132.

¹⁹⁶ Cf. PIO XI, Alocução de 19 de março 1935. In. Discursos de Pio XI, SEI, vol. I, 1922-1928, p. 779-780. In. JOÃO XXIII, *Le voce che da tutto*, n.12.

¹⁹⁷ Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Redemptoris* (19 março 1937)

¹⁹⁸ PIO XII, Alocução de 10 abril 1940, Discursos e Radiomensagens de S.S. Pio XII, vol. II, p. 65-69. In. JOÃO XXIII, *Le voce che da tutto*, n.13.

Virgem Maria e ao seu puríssimo esposo.¹⁹⁹ Em grandes ocasiões José é sempre lembrado, como no discurso de 1º de maio 1955, onde é apresentado novamente como patrono e modelo dos operários (11 de março de 1945). Nessa data, é criada a festa litúrgica de São José operário.²⁰⁰ As relações familiares de Jesus com José também são lembradas pelo Papa Pio XII.

Estava cheio de amor o coração do salvador, sempre em conformidade com os afetos da sua vontade humana e com seu amor divino, quando Ele se entretinha com sua querida mãe, na casa de Nazaré e com seu pai adotivo José, ao qual obedecia oferecendo-se como fiel colaborador no duro trabalho de marceneiro.²⁰¹

Em outras duas ocasiões o Papa Pio XII volta a lembrar do “nosso santo”, como na oração para as vocações sacerdotais onde José é invocado como exemplo perfeito de fidelidade ao chamado divino (30 de outubro de 1957) e numa mensagem pela rádio (19 de fevereiro de 1958) quando se dirige aos alunos das escolas católicas americanas onde é recomendada a devoção de José. Nessa ocasião, foram destacadas sua missão, santidade e personalidade.²⁰²

O que foi dito pelos outros pontífices a respeito de José foi resumido por João XXIII. Esse, por sua vez, o nomeou patrono do Concílio Ecumênico Vaticano II.²⁰³ Além do mais menciona que no tempo do natal José é apresentado com sua esposa. Nesse sentido, aquele que mais convenientemente pode se familiarizar com José é o sacerdote. “Quem, mais que o sacerdote é digno de familiarizar-se com são José, a quem foi concedido de não somente ver e ouvir a Deus, mas de segurá-lo, beijá-lo, vesti-lo e guardá-lo?”²⁰⁴ Por essa razão, continua João XXIII, “por ocasião de sua festa, a 19 de março do ano passado, foi a ele que quisemos confiar o inefável encargo de patrono do concílio,(3) uma vez que ele já foi proclamado patrono da Igreja universal, por ocasião do primeiro concílio do Vaticano, a 8 de dezembro de 1869”²⁰⁵. O grande devoto de José²⁰⁶ estabeleceu que no Cântone romano da Missa, memorial

¹⁹⁹ PIO XII, Encíclica *Mediator Dei* (20 novembro 1947).

²⁰⁰ STRAMARE, *Gesù lo chiamo Padre*, p. 39.

²⁰¹ PIO XII, Encíclica *Haurietis aquas* (15 maio 1956).

²⁰² STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 39.

²⁰³ JOÃO XXIII, carta apostólica *le voci* de 19 de março 1961.

²⁰⁴ JOÃO XXIII, Exortação apostólica *Sacrae Laudis*, N.6.

²⁰⁵ Ididem, n. 7.

²⁰⁶ Cf.: RONCALI, A. G. (Papa João XXIII). *Ho camminato con s. Giuseppe tutta la vita*, p. 23.

perpétuo da redenção, fosse inserido o nome de José ao lado do nome de Maria antes dos Apóstolos, dos Sumos Pontífices e dos Mártires.²⁰⁷

Nos escritos de Paulo VI a respeito de José o destaque é dado ao trabalho. A um grupo de trabalhadores, declara a parentela profissional e social que existe entre eles e José. Insiste na qualificação humana e social que Jesus teve de José.²⁰⁸ Liturgicamente acolhe a inserção do nome de José no Cântone.

Quando celebramos o sacrifício eucarístico nos unimos intimamente ao culto da Igreja celeste comungando com ela e venerando a memória, sobretudo, da gloriosa sempre virgem Maria, mas também do bem aventurado José e dos bem aventurados Apóstolos e Mártires e de todos os Santos (LG 50).

Em outras ocasiões, o Papa Paulo VI lembra-se de José e lhe dá o devido destaque. No dia 19 de março e no dia 1º de maio de 1965 lembra José e o mundo do trabalho, mais uma vez. Em outro momento, por ocasião da sagração episcopal de quatro bispos, exalta a grandeza de José pela sua total dedicação ao serviço de Cristo com amor e por amor.²⁰⁹

A figura de José vai sendo destacada com gestos concretos, como ocorreu no dia 22 de maio de 1966 quando foi comemorado o 75º aniversário da *Rerum Novarum*. Nessa ocasião, manda aos diretores do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos uma medalha com a figura de Jesus e José no trabalho com a escrita: *Cum esset filius Dei purari fabri filius voluit*.²¹⁰ Em outras duas homilias José é lembrado. No dia 19 de março 1968, São José é indicado como “introdutor ao evangelho das bem-aventuranças e como exemplo de docilidade e disponibilidade na execução da vontade de Deus”.²¹¹ Na outra homilia de 19 de março 1969, diz que a “existência de São José vem depois apresentada como um holocausto às exigências da vinda do Messias e como modelo do evangelho anunciado por Jesus como programa para a redenção da humanidade”.²¹² Evidencia, ainda, a missão providencial de José na história da salvação.²¹³ Diz, que “a Igreja na festa da sagrada Família de Jesus, Maria e José conserva com profunda reverência a vida santa que conduziram na casa de Nazaré: Jesus, Filho de

²⁰⁷ S. CONGR. DOS RITOS, Decr. *Novis hisce temporibus* (13/11/1962).

²⁰⁸ PAULO VI, *Discurso aos trabalhadores da FIAT* no dia 19 de março 1964. In. STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 40.

²⁰⁹ PAULO VI, Homilia de 19 março 1966. IN: STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 40.

²¹⁰ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 40.

²¹¹ *Ibidem*, p. 41.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ Paulo VI, Oração do *Ángelus* de 19 de março 1971. In. STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 41

Deus e filho do homem, Maria, Mãe dele e José, homem justo”.²¹⁴ Por fim “descreve o significado da presença de São José na família de Nazaré e na família cristã”.²¹⁵

No início de seu pontificado, na sua primeira Encíclica, João Paulo II insere São José no centro da Redenção. “A Cruz do Calvário, por meio da qual Jesus Cristo feito homem – filho da virgem Maria, filho de criação de S. José de Nazaré – deixa este mundo, ao mesmo tempo é uma nova manifestação da eterna paternidade de Deus” (RH 9). O Papa João Paulo II destaca, ainda, que

Deus entrega a José o mistério, cujo cumprimento esperaram muitas gerações a estirpe de David e toda a casa de Israel, e no mesmo tempo confia a ele tudo o que depende a realização de tal mistério na história do povo de Deus, além disso, afirma que a Igreja sempre foi conhecedora, e hoje o é de modo particular, de quanto fundamental tenha sido a vocação deste Homem: do esposo de Maria, daquele que, diante dos homens, é considerado Pai de Jesus e que foi, segundo o espírito, uma *Encarnação* perfeita da paternidade na família humana e junto, sagrada; propõe São José como modelo a todos os pastores e ministros da Igreja, para que sirvam o povo de Deus com dedicação ativa e generosa, como São José serviu dignamente o Senhor Jesus e a Virgem Maria.²¹⁶

Ao longo de seus comentários, João Paulo II continua destacando José como aquele que sempre esteve ao lado de Jesus. Não se entende José se excluimos o trabalho de sua dimensão existencial. No trabalho, Jesus evangeliza o próprio José na medida em que se faz presente em sua vida. “Este era também o Evangelho do trabalho, porque quem o anunciava era ele mesmo, homem do trabalho artesanal, como José de Nazaré” (LE 26). As famílias estão sob a proteção de Jesus, Maria e José, diz o Papa. À luz do Evangelho, pede a proteção de José sobre as famílias: “que São José, - homem justo – trabalhador incansável, guardião íntegro dos bens a ele confiados as guarde, as proteja e as iluminem sempre” (FC 86). Em outro documento, o Papa apresenta José desde o início da atividade messiânica de Jesus em Nazaré “na qual passara trinta anos na casa de José, o carpinteiro, ao lado de Maria, sua mãe virgem, sem esquecer a narração da anunciação a José” (*Dominum et Vivificantem*, 49). Quanto à Encíclica *Redemptoris Mater*, José está presente

em todas as provações e contrariedades do período da infância de Jesus e, depois, durante os anos da sua vida oculta em Nazaré, quando ele “lhes era submisso” (Lc 2,51): submisso a Maria e também a José, porque José, diante dos homens, fazia

²¹⁴ PAULO VI, Exortação apostólica *Marialis cultus* (2 de fevereiro 1974), N. 5.

²¹⁵ PAULO VI, homilia de 19 de março 1975. In. STRAMARE, *Gesù lo chiamo Padre*, p. 41

²¹⁶ JOÃO PAULO II, Alocução de 19 de março 1980.

para ele as vezes de pai; e era por isso que o Filho de Maria era tido pela gente do lugar como “o filho o carpinteiro” (Mt 13,55) (RM 17).

Na Exortação Apostólica *Mulieris Dignitatem*, “Maria `esposa de José´ não envolve `a virgindade para o Reino´”(MD 20). Destaca-se, também na exortação apostólica *Christifidelis Laici* a qual Jesus é designado como filho do marceneiro (ChL 14).

2.5.1 Redemptoris Custos: a carta magna de José

A respeito de José há muitas leituras que o engrandecem, como o paralelo entre a Sagrada Família e a Igreja. O destaque a José se torna significativo quando se evidencia a questão do cuidado, da proteção, do empenho e da responsabilidade. Sem esquecer o Evangelho, os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, não deixaram de mencionar José. Entre Jesus e Maria, José foi importantíssimo. Como sabemos, Maria é figura e modelo do Corpo místico, a Igreja (LG 63). Assim como José cuidou de Maria e Jesus como protetor, “dedicando-se com empenho jubiloso”,²¹⁷ da mesma forma cuidará da Igreja.

A *Redemptoris Custos* é o documento de maior referência na Igreja sobre a vida e a missão de José. Ressaltamos que o ponto de partida está vinculado à vontade de Deus sobre uma missão que necessita da participação de um homem, tendo sido José o escolhido e “chamado a proteger o Redentor, José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa (Mt 1,24)”(RC 1).

A intenção do Papa é fortalecer a grandeza do santo para que o povo cristão possa ir a José com mais amor e redobrado fervor invocando, de maneira confiante, seu patrocínio. Por outro lado, não se pode esquecer seu total despojamento e exemplar humildade ao colocar-se à disposição de Deus para servi-lo na economia da salvação (encarnação) sem exigir qualquer condição.²¹⁸ A maneira de José agir é paradigmática e referência para todo cristão. Deus quer ser amado pelas pessoas como foi amado por José. Não se trata apenas de um dever a cumprir, mas no modo como executamos nossa missão. O que está sendo proposto, portanto, é a “metodologia” de José em relação àqueles que foram os prediletos de Deus. A mãe e o filho revelam pleno consentimento ao jeito de José manifestar seu amor.

²¹⁷ Cf. S. IRINEU, *Adversus Haereses* IV, 23, 1: *S.Ch.* 100/72, p. 692-694.

²¹⁸ Cf. S. JOÃO CRISÓSTOMO, In *Math. Hom.*, V, 3: PG 57, 57-58.

Tenho para mim, efetivamente, que o fato de se considerar novamente a participação do Esposo de Maria no mistério divino permitirá à Igreja, na sua caminhada para o futuro juntamente com toda a humanidade, reencontrar continuamente a própria identidade, no âmbito deste desígnio redentor, que tem o seu fundamento no mistério da encarnação (RC 1).

Nessa afirmação de João Paulo II está apresentado o rosto próprio da identidade da Igreja que implica necessariamente a participação do Esposo de Maria, abrindo caminho para uma Igreja do futuro amada e desejável. É na redenção que está todo o sentido da encarnação e foi nos braços de José e Maria que ela encontrou guarida, conforto e abrigo. No mistério da encarnação está toda a salvação. José tem consciência dessa realidade e intui o querer de Deus, cuidando daquilo que é próprio da Trindade na fragilidade da humanidade. O papel de José não é ser o substituto de Deus Pai, mas é ser pai de toda a humanidade que Jesus Cristo acolheu em seu próprio ser a partir do seio de Maria.

Deus quis que José de Nazaré fosse cúmplice do mistério da encarnação de maneira singular de uma realidade à qual nenhum outro ser humano pode participar, à exceção de Maria, a Mãe do Verbo encarnado. Envolvido no evento salvífico, José foi depositário do mesmo amor do qual Maria fora contemplada. Foi nesse amor que o eterno Pai “nos predestinou a sermos adotados como filhos, por intermédio de Jesus Cristo” (*Ef* 1,5).²¹⁹

A publicação da Encíclica *Quamquam Pluries* do Papa Leão XIII comemorou seu centenário em 1989. João Paulo II, valorizando essa ocasião, propôs para toda a Igreja, à luz do Evangelho, dos Padres da Igreja e dos papas seus predecessores, a figura e a missão de José, o Guarda do Redentor. Stramare faz questão de lembrar que

José na plenitude dos tempos participou como nenhum outro, com exceção de Maria, do mistério da encarnação e participou juntamente da fé de sua esposa, e desta dignidade ele se aproximou servindo diretamente a pessoa e a missão de Jesus mediante o exercício de sua “autêntica” paternidade.²²⁰

José cooperou com o mistério de nossa redenção ao colocar-se a serviço do Messias que nasceu em sua casa. Nesse sentido, tornou-se exemplo para toda a Igreja mostrando responsabilidade ao participar da economia da salvação.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ STRAMARE, T. *San Giuseppe* p. 5.

Para os que desejam aprofundar a teologia Josefina faz-se necessário consultar a Exortação Apostólica *Redemptoris Custos* devido à sua riqueza doutrinal e espiritual nela contidas e que servem como fonte.

José está unido à Mãe de Deus através do vínculo matrimonial. Por ter influências profundas e extensas na vida do homem e da sociedade, precisa estar regulado a partir das leis da vida pública. Destaca-se que “um dos fatores de maior influência no desenvolvimento das relações entre os esposos e entre pais e filhos é o que se refere à “autoridade” do pai de família ou de quem exerce no âmbito familiar a suprema responsabilidade”.²²¹ A falta desse referencial tem marcado a vida de muitas gerações que se faz sentir em nossa sociedade.

O Papa Pio IX já havia declarado José Padroeiro da Igreja Universal.²²² Agora, mais uma vez, no entendimento do Papa Leão XIII a Igreja espera muitíssimo da especial proteção de José por três razões: por ser esposo de Maria, pai de Jesus²²³ e Padroeiro Universal da Igreja (QP 3).

A missão de José, diz o Papa Leão XIII, não termina com sua vida terrena, porque a sua autoridade de pai reveste toda a Igreja por vontade do próprio Deus. A Igreja nascente está inteiramente presente na Sagrada Família por ser ela o fundamento de toda a Igreja. Nessa “Igreja Doméstica”, José tem a autoridade de pai. Desta forma, o matrimônio de José com Maria e a sua paternidade em relação a Jesus não são, portanto, apenas títulos de grandeza, de graça, de santidade e de glória, mas também a razão para que “defenda com seu patrocínio a Igreja de Deus”.²²⁴

O objetivo da Encíclica de Leão XIII foi solicitar a ajuda divina por meio da oração, com a intercessão de Maria e também de José. Se fizermos comparações de José com outras pessoas em relação ao mistério da encarnação, o evento mais importante de toda a história humana por estar presente o início da redenção²²⁵, concluiremos que José teve uma função destacada na sua missão que não foi superada por nenhum outro ser humano, salvaguardando Maria. O fato da *Redemptoris Custos* qualificar, logo na abertura, José como “Guarda” dando

²²¹ FLÓREZ, Gonzalo, *Matrimônio e família*, p. 94.

²²² PIO IX, *Decreto Quemadmodum Deus* Proclamando São José como Patrono da Igreja, 8 de dezembro de 1870. In: DPSJ, p. 3-4.

²²³ O papa utiliza a expressão “putativo” nos documentos (era tido como pai de Jesus pelos judeus). Nós iremos usar a expressão bíblica de Lc 2,33 “o pai e a mãe do menino...”; Jo 1,45 “filho de José de Nazaré”, portanto, “pai de Jesus”, sem descartar a dos documentos.

²²⁴ STRAMARE, T. *San Giuseppe*, p. 14.

²²⁵ Cf.: BULA DE PROCLAMAÇÃO DO GRANDE JUBILEU DO ANO 2000. «*Incarnationis Mysterium*» “Durante o meu pontificado, tive a alegria de proclamar, em 1983, o Jubileu extraordinário pelos 1950 anos da redenção do gênero humano. Este mistério, realizado na morte e ressurreição de Cristo, constitui o auge dum evento que tem o seu início na encarnação do Filho de Deus. De toda a Igreja elevar-se-á o hino de louvor e ação de graças ao Pai, que, no seu amor incomparável, nos concedeu em Cristo a graça de sermos « concidadãos dos santos e membros da família de Deus » (Ef 2, 19). N. 6.

a impressão de que ele tem apenas uma função extrínseca em relação à redenção do homem não o diminui em nada os seus méritos. Não se pode esquecer que o matrimônio com Maria fez José se aproximar de forma única do mistério da encarnação, do qual Maria tem o mais alto privilégio. Além do mais, lembremos que a função de José como pai de Jesus “o coloca mais próximo possível de Cristo, termo de toda eleição e predestinação (*Rm* 8,28-29)” (RC 7).

O exercício de seu ministério como “Guarda” de Jesus está, portanto, intimamente ligado ao mistério da encarnação, porque foi exercitado na instituição do matrimônio e no exercício da paternidade. Este aspecto salienta que São José não é estranho ao mistério de encarnação, aliás, este mistério o envolve e assim indica a absoluta soberania da ação divina à qual o homem é chamado a colaborar sem nenhum protagonismo a não ser apenas aquele de Jesus, o Redentor, mas também sem nenhuma exclusão da colaboração humana.²²⁶

Nessa perspectiva, entendemos que o mistério da encarnação de Jesus teve a colaboração de José. Paulo VI ao lembrar a unidade da ação divina com aquela humana na economia da redenção, destaca que “a primeira, aquela divina é totalmente suficiente, mas a segunda, aquela humana, a nossa, se bem que sozinha, isto é, sem Deus, nada é capaz (*Jo* 15,5), não é jamais dispensada” (RC 30). Ao participar da economia da redenção José respondeu a uma vocação única ao ser chamado para ser o Guarda do Redentor.

A veneração a José tem fundamentação evangélica. Os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, destacaram a pessoa de José pelo fato dele ter cuidado com amor de Maria e ter se dedicado com zelo total à educação de Jesus Cristo (RC 1).

Quanto às reflexões apresentadas no documento papal, há um enfoque voltado para os episódios evangélicos. Os Padres da Igreja, como Santo Irineu, São João Crisóstomo, São Bernardo e Santo Agostinho são enfáticos em suas colocações a esse respeito. Além do mais, o próprio Tomás de Aquino também destacou a figura de José, como também Santa Teresa D’Ávila. Por fim, em virtude do *sensus fidei*, José foi reconhecido como padroeiro da Igreja Católica.²²⁷

Por ser o Guarda do Redentor, José é descrito pelo Papa João Paulo II na linha da Redenção.²²⁸ “Chamado a ser o Guarda do Redentor, José fez como lhe tinha ordenado o Anjo

²²⁶ STRAMARE, T. *San Giuseppe “Il custode del Redentore” e l’identità della Chiesa*, p. 19.

²²⁷ *Idem. Op. cit.*, p. 18.

²²⁸ “A redenção do mundo – aquele tremendo mistério do amor em que a criação foi renovada (cf. GS 37; LG 48) – é, na sua raiz mais profunda, a plenitude da justiça num coração humano: no coração do Filho Primogênito, a fim de que ela possa tornar-se justiça dos corações de muitos homens, os quais, precisamente no Filho

do Senhor e tomou consigo a sua esposa” (*Mt* 1,24). Nessa afirmação, percebemos de forma clara a figura e a missão do Guarda de Jesus. O objetivo do Papa na Exortação é oferecer algumas reflexões sobre aquele ao qual Deus depositou toda a confiança para cuidar de Jesus e Maria. Ainda que se destaque de forma justa a pessoa de José, Jesus está no centro das atenções, por isso a linha da Exortação é cristocêntrica.

José “participou como nenhuma outra pessoa humana, com exceção de Maria, a Mãe do Verbo encarnado, do mistério da encarnação” (RC 1). Esse evento é suficiente para torná-lo uma figura insigne. Juntamente com Maria, José foi envolvido no mesmo amor que Deus “nos predestinou a sermos seus filhos adotivos por obra de Jesus Cristo” (*Ef* 1,5).

O ensinamento do Concílio Vaticano II afirma: “A Bem-aventurada Virgem Maria avançou no caminho da fé e conservou fielmente a união com seu Filho até à Cruz, onde esteve não sem desígnio divino (*Jo* 19,25)” (LG 58). Ao iniciar essa peregrinação, a fé de Maria encontra-se com a fé de José (RC 4). Nesse sentido, Maria precedeu seu esposo. Porém, José não respondeu ao anúncio do anjo como Maria; mas “fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa”. Isto que José fez é “obediência da fé” (cf. *Rm* 1,5; 16,26; *2Cor* 10,5-6).

O que José fez o aproximou da fé de Maria pelo fato de ter aceitado como verdade proveniente de Deus o que Maria já tinha aceitado na Anunciação. O Concílio Vaticano II ensina: “A Deus que revela é devida a ‘obediência da fé’ [...]; pela fé, o homem entrega-se total e livremente a Deus, prestando-lhe ‘o obséquio pleno da inteligência e da vontade’ e dando voluntário assentimento à sua revelação” (DV 5). Essa frase da *Dei Verbum* diz respeito à própria essência da fé e pode ser aplicada a José de Nazaré.

O mistério “escondido desde todos os séculos em Deus” (*Ef* 3,9) encontrou em José um depositário singular, assim como já ocorrera com Maria num momento decisivo, que o Apóstolo chama de “plenitude dos tempos”, precisamente quando “Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher para resgatar os que se encontravam sob o jugo da lei e para que recebêssemos a adoção de filhos” (*Gl* 4,4-5). A iniciativa do amor é sempre de Deus, por isso “Aproveu a Deus - ensina o Concílio - na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. *Ef* 1,9), pelo qual os homens, através de Cristo,

Primogênito, foram predestinados desde toda a eternidade para se tornarem filhos de Deus (cf. *Rm* 8,29s; *Ef* 1,8) e chamados para a graça, chamados para o amor. A cruz no Calvário, mediante a qual Jesus Cristo – homem, Filho de Maria Virgem, filho putativo de José de Nazaré – “deixa” este mundo, é ao mesmo tempo uma nova manifestação da eterna paternidade de Deus, que por Ele (Cristo) de novo se aproxima da humanidade, de cada um dos homens, dando-lhes o três vezes santo “Espírito da verdade” (cf. *Jo* 15,26; 16,13). JOÃO PAULO II, *Redemptor Hominis*.

Verbo encarnado, tem acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. *Ef* 2,18; *2Pd* 1,4)” (DV 2).

O mistério divino torna-se acessível à humanidade por causa de José e Maria que se tornaram os primeiros depositários desse amor. A auto-revelação de Deus em Cristo se dá num momento culminante no qual José tem o privilégio de participar desde o primeiro momento. De acordo com os textos evangélicos de Mateus e Lucas conclui-se que José foi o primeiro a participar da mesma fé da Mãe de Deus. Por essa razão a mãe de Deus nunca fica desamparada, pois José lhe deu apoio desde o início, na fé presente na Anunciação divina (RC 5). “Ele é igualmente quem primeiro foi posto por Deus no caminho daquela “peregrinação da fé”, na qual Maria, sobretudo na altura do Calvário e do Pentecostes, irá adiante, de maneira perfeita” (LG 63).

João Paulo II destaca a peregrinação da fé de José, que se encerra antes daquela de Maria, uma vez que ela esteve ao pé da Cruz no Gólgota. Lembra, ainda, que José também não se fez presente no Cenáculo do Pentecostes, no dia da manifestação ao mundo da Igreja, nascida pelo poder do Espírito da verdade (RC 6). Contudo, a caminhada na fé percorrida por José não se distingue daquela de Maria pelo fato de ter sido determinada pelo mesmo mistério. Com Maria, José se tornou o primeiro depositário dos desígnios de Deus. O Papa destaca que a encarnação e a redenção constituem uma unidade orgânica e indissolúvel, na qual a “economia da Revelação se realiza por meio de ações e palavras, intimamente relacionadas entre si” (DV 2).

2.5.2 Documentos depois da *Redemptoris Custos*

Ao lembrar Maria e Jesus, José nunca poderia ser esquecido, especialmente quando se trata dos primeiros anos de vida de Jesus. Em ocasiões muito especiais, o Papa João Paulo II declara que “Maria viveu, depois do nascimento de Jesus, na total e perpétua virgindade, e, junto com São José, também ele chamado a desenvolver uma missão específica nos eventos de nossa salvação, dedicou-se ao serviço da pessoa e da missão do Filho”.²²⁹ Quando se dirige às famílias afirma que José revive com Maria, como na Nova Aliança, a experiência do amor

²²⁹ JOÃO PAULO II, Discurso aos participantes do Congresso Internacional de estudos para o XVI centenário do Concílio de Cápuia (24 de maio 1992), N. 6.

descrito no Cântico dos Cânticos'. Por causa de José o mistério da encarnação e também da Sagrada Família, vem inscrito no amor matrimonial do homem e da mulher e indiretamente na genealogia de cada família humana.²³⁰ A família, por sua vez, recebeu um destaque especial do Papa. Na medalha oficial anual do XVI ano de pontificado representa no verso a sagrada Família de Nazaré com a inscrição: *ANNUS FAMILIAE* e *MCMXCIV* (1994) mais abaixo.²³¹ Por fim, a Exortação Apostólica *Vita Consecrata* confirma que “unida a de Cristo, juntamente com São José, na vida escondida de Nazaré... a Virgem é mestra de seguimento incondicional e constante serviço” (VC 28).

A presença de José sublinhada nas encíclicas, mais do que contribuições doutrinárias, acena para o significado que a presença do nosso santo assume nas referências ao mistério de Cristo e da Igreja, diz Stramare.²³² Inclusive o novo *Código de Direito Canônico*, promulgado por João Paulo II no dia 25 de janeiro de 1983, afirma no Prefácio que “a correta observância das normas é confiada, depois da impetração da Bem Aventurada Virgem Maria, Mãe da Igreja, ao seu esposo São José, patrono da Igreja” (CIC n. 522-534). Para concluir, afirma que José deu atenção aos `mistérios da infância e da vida escondida de Jesus', sendo ministro. Por essa razão, José é apresentado como patrono da boa morte (CEC n.1014).

Nós queremos que, a critério de cada bispo, todas estas devoções, porquanto possível, sejam praticadas em todas as dioceses; mas, de modo particular, dado que ele é merecidamente tido como o mais eficaz protetor dos moribundos, tendo expirado com a assistência de Jesus e Maria, deverão cuidar os sagrados Pastores de inculcar e favorecer com todo o prestígio de sua autoridade aquelas piedosas associações que foram instituídas para suplicar a São José pelos moribundos, como aquela da “Boa Morte” e do “Trânsito de São José pelos agonizantes de cada dia”.²³³

2.6 JOSÉ NOS APÓCRIFOS

Ao longo dos séculos o conhecimento a respeito de José tornou-se popular e influenciado pelos apócrifos. Os Evangelhos não expressam curiosidades a respeito da vida particular de José, enquanto que nos apócrifos elas não são ignoradas. Há muita fantasia que

²³⁰ JOÃO PAULO II, Carta às famílias (2 fevereiro 1994), N. 20,

²³¹ STRAMARE. *Gesù lo chimo padre.*, p.43/4.

²³² Idem. *Op. cit.*, p.44.

²³³ BENTO XV, *Carta Encíclica Bonum Sane* (Motu Proprio), 1920.

não correspondem com a verdade.²³⁴ O cânone da Igreja não aceita os apócrifos.²³⁵ Para Irineu, por exemplo, apócrifo era sinônimo de “falsidade” (*Adv. Haeres.*,1,20,1), e, para Tertuliano, sinônimo de “falso” (*De pud.*, 10,12).²³⁶ Conforme Moraldi, o termo apócrifo recebeu um significado bastante preciso na história da Igreja. Todos os escritos com estilos literários diversos, mas imitando a literatura bíblica, “reivindicavam para si uma autoridade sagrada, às vezes, superior à dos próprios escritos canônicos”.²³⁷ A definição mais aceita a respeito dos apócrifos nos dias de hoje, segundo Moraldi, é que

os apócrifos do Novo Testamento são os escritos que não fazem parte do cânon bíblico do NT, mas pelo título, pela apresentação, pelo modo de tratar o argumento e por outros elementos internos (estilo, gênero literário etc.) e externos se apresentam como textos canônicos e tácita ou expressamente reivindicam uma autoridade sagrada igual aos do cânon ou pretendem substituí-los ou completá-los.²³⁸

De acordo com Daniele, não se pode confiar nos apócrifos.²³⁹ Zilles, por sua vez, diz que para os cristãos, os apócrifos são um conjunto de livros voltados para a temática religiosa, mas em dissonância com o ensinamento da Igreja, por isso, suspeitos de heresia.²⁴⁰ A autoria dessas obras é falsamente atribuída a importantes personagens bíblicos, para lhes garantir maior autoridade e um caráter sagrado. Tais obras, parcialmente, se tornaram propagadoras de heresias.

Moraldi, estudioso do tema, afirma que “uma história objetiva da Igreja, da liturgia e dos dogmas, hoje, não pode prescindir da literatura apócrifa. A antiguidade de alguns escritos já impõe, por si mesma, uma séria reflexão”.²⁴¹ Os apócrifos são janelas que se abrem para compreender, em não poucos casos, as mais antigas e autênticas tradições cristãs.

²³⁴ Cf.: PIÑERO, A. *O outro Jesus segundos os Evangelhos Apócrifos*, 2002. Este texto é uma síntese a respeito dos apócrifos. Ele traz diversos textos que abordam, inclusive, a figura de José.

²³⁵ “para os gregos, o termo Kanon, donde o nosso substantivo “Cânon” e o adjetivo “canônico”, designa a norma, a forma perfeita, O escopo preestabelecido, a medida, o critério para julgar, medir, etc. qualquer coisa”. Cf.: MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*, p. 11.

²³⁶ MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*, p. 13.

²³⁷ *Ibidem*, p. 14.

²³⁸ *Ibidem*. Em sua opinião essa definição é comumente a mais aceita pelos estudiosos.

²³⁹ DANIELI, J. *São José na Bíblia*, p.7.

²⁴⁰ ZILLES, U. *Evangelhos apócrifos – tradução e introdução de Zilles*, p.10.

²⁴¹ MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*, p.31.

O nosso olhar a respeito dos apócrifos ficará estritamente focado naqueles textos que tratam sobre José. As considerações a respeito dos apócrifos, além de Zilles, Sánchez e Moraldi terão como referência o estudo de Perona.²⁴²

Durante séculos foi feita uma leitura dos livros apócrifos destacando-se elementos fantásticos e poéticos dos textos.²⁴³ Tudo isso tinha um motivo: combater as calúnias do escritor pagão Celso e de textos judaicos que não aceitavam a Virgindade de Maria, a vida de Jesus e dos apóstolos.²⁴⁴

Segundo Perona, no início do cristianismo, nos primeiros séculos, quando os valores da Igreja começaram a ser questionados perceberam-se reações diversas em relação aos apócrifos. De um lado, temos o olhar oficial da Igreja conduzido pela ortodoxia a partir da oratória dos apologetas e de outro, as reflexões de camadas mais populares que acabaram criando tradições no meio do povo. Esses textos ganharam a simpatia do povo e foram recolhidos nos apócrifos. O silêncio dos Evangelhos dava a impressão de uma lacuna. Em certo sentido, os apócrifos quiseram dar uma voz a esse silêncio e nem sempre conseguiram amoldar-se aos elementos históricos.

Há muitas informações sobre José presentes em alguns dos apócrifos. Não se pode dar credibilidade a tudo o que se diz pelo fato de se oporem aos Evangelhos. Ao ler um apócrifo no qual a figura de José é destacada, precisamos tomar alguns cuidados. Antes de acolher ou refutar seus ensinamentos faz-se necessário compreender o texto, o contexto histórico, as motivações teológicas dos autores, como também o interesse ideológico e social. Muitas páginas dos apócrifos não contradizem as Sagradas Escrituras, por isso não são ignoradas. Por outro lado, são inegáveis as incontáveis fantasias. Percebe-se, claramente, a projeção de uma época sobre as pessoas da Sagrada Família, como também o exagero em certas afirmações para poder garantir a verdade, refutando hereges.

Os livros apócrifos que mais salientam a figura de José, de acordo com Perona, podem ser divididos em três grupos.²⁴⁵

1 - Livros que tratam da infância de Jesus: Proto-Evangelho de Tiago ou Nascimento de Maria segundo Tiago; Evangelho da Natividade ou Pseudo-Mateus; Infância do Senhor segundo Tomé; Evangelho árabe da infância.

²⁴² PERONA, José. *São José nos Apócrifos do Novo Testamento: Origem e finalidade dos Apócrifos*, p. 77-108.

²⁴³ Cf.: Estudos sobre o tema dos Apócrifos. PIÑERO, A. *O outro Jesus segundo os evangelhos Apócrifos*; MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*; SÁNCHEZ, J. C. *San José en los apócrifos del NT*. p.123-149.

²⁴⁴ ZILLES, U. *Op. cit.*, p.18.

²⁴⁵ PERONA, G. *Op. cit.*, p. 81.

2- Outros apócrifos: Atos de Pilatos; Evangelho de Filipe; Evangelho de Pedro; História de José o carpinteiro.

3- Adaptações cristãs de lendas judias: Ascensão de Isaías; Odes de Salomão.

Entre eles, trabalharemos os livros que tratam da infância de Jesus e também da História de José, o carpinteiro. Para nosso estudo, o livro *Nascimento de Maria segundo Tiago* (Proto Evangelho de Tiago) é de grande relevância. Zilles faz uma introdução sobre esse apócrifo.²⁴⁶ Há variações em relação ao nome. O título do Proto-Evangelho de São Tiago é do século XVI. Lembremos que o título proto-evangelho quer significar que o conteúdo da obra situa-se, cronologicamente, antes dos evangelhos canônicos. O primeiro manuscrito traz por nome o Nascimento de Maria: Revelação de Tiago. Atualmente, há outros títulos para essa obra: História do nascimento da santíssima mãe de Deus e sempre virgem Maria.

A influência do Proto-evangelho de São Tiago foi notável na iconografia. Destaca-se o reencontro de Joaquim e Ana, nascimento de Maria, apresentação no Templo, casamento da virgem, entre outros. Também a liturgia foi influenciada como a festa da apresentação. Esse apócrifo, afirma Zilles, teve grande influência no Oriente.

As mais antigas referências ou citações de uma obra atribuída a Tiago encontra-se em Justino (+ 165), Clemente de Alexandria (+215), Orígenes (+253), Pedro de Alexandria (+311), Gregório de Nissa (394) e em Epifânio (+403). Este apócrifo, como o conhecemos hoje através dos estudos críticos de Tischendorf, é muito antigo. Certamente foi escrito antes do fim do século III. Mas Orígenes (+253) já citou um “livro de Tiago”, segundo o qual os “irmãos de Jesus” são filhos de um primeiro matrimônio de José. Tudo indica que as duas primeiras partes (cap. I-XXI) foram escritas antes do fim do século II. A terceira parte, que parece ser um acréscimo posterior, foi escrita antes do fim do século IV.²⁴⁷

Observamos que a primeira intenção do autor não é apresentar dados históricos, mas apologéticos. Como os pagãos e os judeus estavam “atacando” a virgindade de Maria, percebe-se que as intenções desse apócrifo eram evidentes: assegurar as verdades a partir de fatos miraculosos salvando a honra de Maria. Defendendo a mãe com fatos históricos e miraculosos se salva o filho de leituras distorcidas quanto à sua verdadeira origem. Maria não pode ser vista com desconfiança por ter sido agraciada por Deus desde a concepção. Seus pais eram estéreis. Ao longo de sua vida destaca-se a pureza, inclusive no contexto educacional.

²⁴⁶ ZILLES, U. *Op. cit.*, p.23-24.

²⁴⁷ *Ibidem*, p.23. Cf.: MORALDI, L. *Op. cit.*, p. 100. Sobre os manuscritos gregos que aprofundam o tema.

Em sua casa, tem um oratório e vive sempre em companhia das virgens. Quando chega à puberdade, a orientação para o matrimônio já está garantida pela cultura de seu povo. Maria tinha uma missão especial, por isso lhe foi dado José por esposo, que não era mais um moço, mas um homem viúvo, de idade avançada, com seis filhos (Judas, Josetos, Tiago, Simão, Lígia e Lídia).

Tudo aquilo que temos presente em nossas tradições natalinas esse Proto-Evangelho também menciona, como o nascimento de Jesus em uma gruta, o astro misterioso, ou seja, a estrela muito grande e luminosa que guiou os magos. Fala ainda da nuvem misteriosa que pairou sobre a gruta na hora do nascimento de Cristo e o testemunho de uma parteira que constatou a virgindade de Maria depois que ela deu a luz. A intenção do suposto autor chamado Tiago Menor, o irmão do Senhor, filho do primeiro casamento de José, era defender a virgindade de Maria antes do parto (XVI), no parto (XIX-XX) e depois do parto, quando explica que os irmãos de Jesus são filhos do primeiro matrimônio de José.²⁴⁸ Quanto à virgindade de Maria, a Igreja defende que ela foi virgem antes, durante e depois do parto (cf. o Dogma da Maternidade – Concílio de Éfeso, 431).²⁴⁹ Porém, quando fala dos irmãos do Senhor, não admite que eles tenham sido de um primeiro matrimônio de José, pois entende que a palavra “irmão” tenha um significado mais abrangente podendo ser entendido como “primo”.²⁵⁰

Podemos nos perguntar: qual a finalidade do Proto-Evangelho de Tiago? O texto pode ser visto como uma narração simples com uma intenção bem precisa: combater as calúnias dos pagãos e dos judeus a respeito do salvador presente nos Atos primitivos de Pilatos, no Discurso Verdadeiro de Celso e nos livros talmúdicos, principalmente no *Toledot Jeschu*. Como o cristianismo não era bem aceito, tentavam denegrir sua imagem atacando seu principal expoente. Dizia-se que Jesus era fruto de fornicção e adultério e Maria, uma prostituta corrompida. Orígenes nos transmitiu um trecho de Celso:

²⁴⁸ A Igreja não aceita o segundo casamento de José, os filhos a ele atribuído de um suposto casamento anterior àquele de Maria, tampouco sua viuvez, conforme nossa pesquisa.

²⁴⁹ DENZINGER – HÜNERMAN, n.250. 251, 251e. Veja também os comentários de Bertolin em sua obra *Maria, fonte sempre límpida*, p. 65-68.

²⁵⁰ Justino (Jesus nasceu numa gruta etc.), *Dial. Cum Tryph.*, 78 e 100 (PG 6,600 e 712); Clemente de Alex. (a virgindade de Maria foi verificada pelas parteiras), *Strom.* VIII, 16,93 (PG 9,529); Orígenes (os “irmãos do Senhor” podem ser filhos do primeiro casamento de José, como dizem alguns, apoiando-se no *Evangelho de Pedro* e no *Livro de Tiago*), *Mth, tract.*, 25 e 26 (PG 13, 1629-1633); Pedro de Alex., 113C); Epifânio, *Haeres.*, 78, 7-10 (PG 42, 708-714). In. MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*, p.912. Veja também PERONA, G. *José, sombra de Deus Pai*, p.19.

O nascimento de Jesus de uma virgem é uma invenção completa. Na realidade ele surgiu num povoado da Judéia e foi filho de uma pobre camponesa que tecia para poder sobreviver. Foi abandonada pelo marido que era um carpinteiro porque se provou que tinha adulterado; andou de lugar em lugar e deu à luz secretamente a Jesus que era filho de um soldado romano chamado Pantera.²⁵¹

Mateus e Lucas falam da concepção virginal de Maria como também de sua santidade. No intuito de defender uma verdade, o livro, de maneira original, sem ter uma preocupação teológica e histórica e guiando-se por argumentos populares, recontam a história do nascimento apoiando-se na lenda e no mito. Percebe-se que nesse livro “o fim justifica os meios” sem nenhuma malícia maquiavélica e nem pretensões ortodoxas.²⁵²

Ainda que José seja apresentado como velho, não se sabe qual é sua idade. Fala-se de filhos, mas não se sabe quantos e nem o nome deles. No apócrifo “A História de José Carpinteiro”, a idade de José é lembrada, como os filhos que José tivera no primeiro matrimônio.²⁵³ A diferença de idade entre José e Maria era tão acentuada que José pensava, inclusive, em dar Maria como esposa a um dos seus filhos.

No livro não está claro qual era a profissão de José, pois dá a entender que ele era carpinteiro, mas também construtor. Na tradição hebraica e nos apócrifos todos o conhecem como carpinteiro *Faber Ligni*. Supõe-se que José fosse engenheiro-construtor, arquiteto ou ferreiro, dado o sentido amplo da palavra *faber*.²⁵⁴ Um escritor antigo, sob o pseudônimo de Eustáquio, usou e tentou harmonizar a dupla expressão: “E deixando Maria em casa, foi para as suas construções, pois era carpinteiro por ofício”.²⁵⁵

Maria é confiada à proteção de José sem ser considerada sua esposa. Essa leitura está em contradição com a proposta dos sacerdotes, que almejavam dar a Maria um marido. Não obstante, José é visto como um simples guarda ou responsável por Maria, mas não seu esposo. Não se fala nem mesmo de casamento. José afirma que Maria é sua prometida sem mencionar o matrimônio. Isso acontece porque Maria nunca lhe pertenceu.²⁵⁶

Notemos que o apócrifo não menciona Nazaré. José mora em Jerusalém ou arredores. As virtudes de José não são relatadas no livro, mas entende-se que é uma pessoa humilde, simples e digna da eleição do Senhor para ser o guarda da Virgem. A sua obediência ao

²⁵¹ PERONA, G. *São José nos Apócrifos do Novo Testamento: Origem e finalidade dos Apócrifos*, p. 81.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ “Gerou filhos e filhas: quatro filhos e duas filhas. Estes são seus nomes: Judas, Justo, Tiago, Simeão e as suas filhas: Ássia e Lídia.” Cf. MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*, p. 169.

²⁵⁴ SÁNCHEZ, *San José en los Apócrifos*, p. 136.

²⁵⁵ PSEUDO EUSTATHIOS (de Antioquia - (s. IV-V?)), *Comentário al Hexamenron*, PG 18, 773 C: In: SÁNCHEZ, *San José en los Apócrifos*, p. 136.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 137.

Altíssimo em nenhum momento é contestada, demonstra confiança na justiça divina, sempre disponível para o trabalho e nunca deixava de honrar os compromissos com seu próprio trabalho.²⁵⁷

Esse apócrifo continua influenciando ainda hoje, especialmente na arte, nos mosaicos, afrescos, miniaturas, pinturas. A Liturgia tem incorporado em suas celebrações os fatos presentes apenas nesse apócrifo como a Apresentação de Maria no Templo e as Festas de São Joaquim e Sant'Ana.

A parte que fala a respeito do matrimônio é mal interpretada no apócrifo pelo fato de negá-lo; os demais elementos foram bem aceitos em relação a José. Depois das reflexões de Santo Ambrósio e Santo Agostinho a idéia de um matrimônio real e verdadeiro entre José e Maria foi plenamente acolhida. Destaca-se que a veracidade não era em relação à união carnal, mas em relação à união dos corações. Contudo, São Jerônimo está de acordo com o apócrifo por isso não aceita esse casamento como verdadeiro. No tocante à idade de José, sua viuvez e os filhos que tivera de outro matrimônio (segundo o apócrifo) não se tornaram um problema. Entretanto, para os nossos dias aceita-se muito melhor a idade equiparada dos nubentes. Quanto à virgindade, ela não foi uma imposição, mas uma livre escolha por amor acolhida.

Sobre o “Evangelho da natividade” ou “Pseudo-Mateus”, é importante lembrar que os Bispos Cromácio que governou em Aquiléia entre 387-407 e Heliodoro, Bispo em Altino pelo ano 400, escreveram uma carta a São Jerônimo pedindo uma tradução, do hebraico para o latim, do livro da Natividade da bem-aventurada Virgem Maria, escrito pelo apóstolo Mateus. A tarefa foi aceita por Jerônimo para que os inimigos da Igreja fossem desmascarados, uma vez que já haviam sido divulgadas cópias falsificadas que maculavam a fé.

Perona afirma que essas cartas são fictícias, o texto hebraico de Mateus nunca existiu e Jerônimo nada tem a ver com o livro.²⁵⁸ Todavia, foram invenções bem arquitetadas que asseguraram autoridade e difusão ao apócrifo. Na verdade, esse apócrifo é uma tradução livre do livro da Natividade de Tiago.²⁵⁹

Nem sempre os apócrifos são tão generosos para com José. No capítulo XX do Pseudo-Mateus, José é apresentado com atitude autoritária para com a esposa Maria.²⁶⁰ “Enquanto José e Maria caminhavam na estrada que levava a Belém, Maria disse a José: Vejo

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ Zilles, por sua vez, fala da suposta carta de S. Jerônimo a Cromácio e Heliodoro que, inclusive, serve de prólogo ao apócrifo do Pseudo Mateus presente na sua tradução. Cf. ZILLES, *op. cit.*, p. 46.

²⁵⁹ PERONA, G. *Op. cit.*, p. 88.

²⁶⁰ MORALDI, L. *Evangelhos Apócrifos*, p. 143-144.

adiante de mim dois povos, um chora e outro está contente. José lhe respondeu: Fica sentada em teu jumento e não digas palavras supérfluas”.²⁶¹ Para desfazer esse incidente o Anjo teve que aparecer para dar algumas lições a José. As palavras de Maria deveriam ser lidas de maneira profética. Quem chorava era o povo judeu, por ter-se afastado de Deus, e quem se alegrava era o povo pagão, por estar próxima a sua salvação.

Quanto à caminhada para o Egito, há uma cena curiosa.²⁶² Maria ficou abatida com a viagem em virtude do sol. Assim que avistou uma palmeira disse a José: “Tenho vontade de descansar um pouco na sombra daquela tamareira”. Prontamente, José a conduziu para lá e a ajudou a descer do jumento. Ao levantar os olhos Maria desejou comer as tâmaras, então disse: “Gostaria, se fosse possível, colher alguns frutos desta árvore”. Mas José não se agradou do pedido e demonstrando aspereza em sua voz respondeu: “Estranho o que dizes, pois olha como ela é alta. É absurdo que tu penses em comer. Eu me preocupo mais na falta de água. Nossos odres estão quase vazios e não sei como dar de beber aos animais e a nós”.

Dentro da lógica fantasiosa do apócrifo, qualquer problema facilmente era resolvido. Ao ouvir o diálogo dos dois, Jesus sorriu e ordenou: “Dobra-te, minha árvore, e conforta minha mãezinha com teus frutos”. E a palmeira se dobrou até os pés de Maria e todos colheram os frutos e se saciaram. Jesus ordenou, então, que voltasse à posição normal e a árvore obedeceu ao menino.

Depois disse: “Minha palmeira, faze jorrar de tuas raízes uma mina que está escondida debaixo do solo, de modo que haja água em abundância”. Então, entre as raízes da árvore brotou uma fonte de água límpida e fria e todos puderam beber à vontade.

Na mesma viagem, José, por um momento, impacienta-se e murmura: “O calor é demais – disse –, deveríamos ter andado ao longo da praia onde há cidades para tomar descanso”. E estava desanimado. Jesus olhou para ele, sorriu e disse: “Não temas, paizinho. Eu encurtarei a estrada. No fim deste dia teremos percorrido uma caminhada de trinta dias”. Eis então que chegaram logo à cidade de Sotina, no Egito.

Não se pode negar: o José apresentado nesse relato é humano, sensível, muito próximo de nós. Seus olhos se voltam para Jesus e Maria e não para si mesmo. Contudo, fica evidente o machismo judaico. A mulher é colocada num plano inferior.

Contrariamente ao que fala o Evangelho, Jesus é apresentado de forma distorcida. José tem muito trabalho com Jesus, especialmente por causa de suas travessuras e “vinganças” dramáticas que levavam seus colegas à morte para depois serem ressuscitados. Até parece que

²⁶¹ ZILLES, U. *Evangelhos Apócrifos*, p. 63.

²⁶² Os diálogos a seguir são do Apócrifo *Pseudo-Mateus*, cap. XX. Cf. ZILLES, U. *Op. cit.*, p.70.

Jesus gostava de brincar de “Todo-Poderoso”. Tanto José quanto Jesus são apresentados de forma inadequada. O Jesus apresentado pelo Pseudo-Mateus ultrapassa o bom senso. Por causa de pequenas travessuras dos colegas ele era capaz de punir severamente, inclusive com a morte. Diante de situações inusitadas temos um José covarde pelo fato de ter medo de corrigir Jesus. Mesmo que as intenções de José em relação a seu filho sejam as melhores, deixou a desejar nesse aspecto. Um pai sempre tem coragem de corrigir e ensinar seu filho.

José apresenta dificuldades para orientar Jesus, especialmente por causa das “travessuras” pouco divinas do filho, diríamos, maldosas. Para compreender o contexto, vamos apresentar uma cena que retrate o “espírito” presente nesse apócrifo.

Certo dia Jesus estava brincando perto do Jordão e se comprazia em formar poças trazendo, por meio de pequenos canais, água do rio. Um companheiro de brinquedos destruiu sua obra. Jesus, irritado, o chamou filho de Satanás, destruidor de suas obras e o menino caiu morto. Os progenitores do falecido começaram a gritar contra os pais de Jesus e José disse para Maria: *“Eu não tenho coragem de corrigir Jesus. Reprende-o tu”*²⁶³. Maria falou com Jesus o qual, não querendo entristecer sua mãe, ressuscitou aquele moleque, não sem antes lhe dar um poderoso pontapé nas costas dizendo: *“Levante-te, filho da iniquidade, pois não é digno de entrar na paz do meu Pai”*.²⁶⁴

A atitude de José é estranha, pelo fato de ser o pai de Jesus e não ter coragem de repreender seu filho, uma vez que é uma criança. No Pseudo-Mateus encontramos um Jesus violento e vingativo, sendo muito pouco estimado por seus amiguinhos e seus mestres. O autor do apócrifo faz questão de dizer que José tremia em pensar que alguém fizesse mal a Jesus por causa das mortes que provocava entre os colegas. Tirou até a vida de um mestre que bateu nele. Certa vez, depois da morte de outra criança, os pais se queixaram com José e o mesmo perguntou a Jesus: *“Por que tu ages assim? São muitos aqueles que se queixam de ti e nos odeiam por tua causa. Assim devemos suportar as críticas e as ameaças das pessoas”*.²⁶⁵ A resposta de Jesus não foi muito gentil, mas, em consideração para com ele, pegou pelas orelhas o falecido, o levantou na presença de todos e lhe restituiu a vida.²⁶⁶

No Pseudo-Mateus observamos que Jesus trabalhava com José e fez não poucos milagres para tirar o pai de situações embaraçosas. Com essas narrações, o autor visa ressaltar

²⁶³ ZILLES, U. *Op. cit.*, p.76

²⁶⁴ PERONA, G. *São José nos Apócrifos*, p.91.

²⁶⁵ MORALDI, L. *Op. cit.*, p.150.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 70.

duas coisas: o poder divino de Jesus e o respeito de Jesus para com Maria e José, que sempre os atende aceitando as repreensões.

Nesse sentido, José, no Pseudo-Mateus, é o bom Pai de família atarefado na educação de um ótimo filho. Aparece como um ser humano de bom senso, conciliador, humilde, um tanto tímido, preocupado, com alguns traços machistas, mas consciente de sua missão. Acredita na divindade de Jesus, embora manifeste atitudes pouco divinas em alguns momentos. Para com Maria, José demonstra respeito e confiança.

No apócrifo *O Evangelho Árabe da Infância* destacam-se os milagres do Salvador realizados no Egito e em Nazaré.²⁶⁷ Cristo é apresentado como criança e adolescente, na condição de taumaturgo, com uma dinamicidade interior muito grande, capaz de influenciar o meio onde vive.

Existem nesse opúsculo, anacronismos insustentáveis e comparações descontextualizadas. Jesus brinca com Maomé, e Maria é confundida com a irmã de Moisés e de Aarão. Maomé é apresentado e declarado superior a Jesus. A circuncisão é mais desenvolvida do que em outros apócrifos e dá origem à lenda das relíquias do prepúcio e do umbigo do Senhor, que fizeram história na Idade Média.²⁶⁸

Fala-se pouco de José, sendo que a maior parte do conteúdo coincide com outros apócrifos. O destaque está no parentesco de José com Maria Santíssima na condição de primo em primeiro grau. Comenta-se, ainda, que no Egito Maria, José e Jesus eram visto como deuses, uma vez que Jesus fazia muitos milagres.²⁶⁹ Nessa perspectiva, Perona afirma que

esta narração nada tem a ver com o Evangelho de Tomé, que é um conjunto de sentenças gnósticas do 2º século. A narração da Infância do Senhor, que leva o nome de Tomé, não é anterior ao 4º século. Narra muitos milagres que Jesus Menino teria feito, na maioria, pueris e estranhos.²⁷⁰

Destaca-se a atitude de José em relação a Jesus. Nas travessuras do menino Jesus, vemos José repreendendo-o com ternura. Jesus respeita José e aceita as correções de seu pai. Muitas atitudes de José apresentadas no apócrifo são projeções de um jeito de educar presente

²⁶⁷ No ano 1625 os livros da biblioteca de Leida, na Holanda, uma das mais famosas da época, foram colocados em leilão. Entre os livros almoedados havia um manuscrito árabe que um senhor, chamado Henrique Sike, arrebatou e traduziu para o latim no ano 1697. Era um apócrifo que foi denominado. “Livro dos Milagres do Patrão, Senhor e Salvador nosso Jesus Cristo”. O nome com que foi divulgado é “Evangelho Árabe da infância”. In: PERONA, G. *Op. cit.*, p.93

²⁶⁸ Ibidem, p. 93.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ PERONA, G. *Op. cit.*, p.94.

numa determinada época. São atribuídas a Jesus atitudes totalmente descabidas e inaceitáveis, como “cegar ou até mesmo matar companheiros que brincavam com ele por causa de desaforos recebidos”.²⁷¹ Por outro lado, José acredita que Jesus poderá ser dispensado da escola por não haver nenhuma novidade para seu filho. Percebe-se claramente o destaque à divindade de Jesus. Quando se comenta sobre a ida de Jesus a Jerusalém, Maria e José são louvados pelos mestres por causa da sabedoria do Filho.

Não é mencionada a concepção virginal de Jesus. Observa-se com certa clareza que o livro aprofunda a divindade de Jesus, ainda que não fale expressamente que Jesus é Deus. Jesus é considerado filho natural de José, que é chamado Pai de Jesus e Jesus seu Filho.

Apresentado como homem honesto, José é estimado pelos vizinhos como um bom Pai que se preocupa pela educação do Filho e como excelente chefe de família. José tem um filho (Tiago - não são mencionados os demais filhos como em outros apócrifos), nascido não de Maria, mas num casamento anterior. José mora fora de Jerusalém, num lugar que não é nomeado.²⁷²

O apócrifo intitulado “A História do Trânsito (morte) de José, o Carpinteiro”, foi conservado nas línguas árabe e copta com duas redações (*sahídica* e *bohárica*). Alguns estudiosos dizem que a língua oficial foi o grego (Morenz). Outros afirmam que foi o copta (Giamberardini). Quanto à redação existem divergências, pois há probabilidade de ele ter sido redigido no século IV ou V, mas Giamberardini fez um estudo bem documentado e acredita que sua redação foi por volta do século VI ou na primeira metade do século VII por causa do estilo da obra e das comparações com a literatura egípcia fúnebre da época. O mesmo autor expõe, ainda, que o lugar da composição foi o Egito.²⁷³

O que está presente como tema central desse apócrifo é a morte de José narrada pelo próprio Jesus Cristo aos seus discípulos no monte das Oliveiras. Os pontos mais interessantes desse apócrifo, num resumo feito por Sanchez, são os seguintes:²⁷⁴

Introdução do livro:

Nosso pai José o carpinteiro, pai de Jesus Cristo segundo a carne, viveu 111 anos;

I, 9: Jesus disse: Escuta a vida de meu pai José o carpinteiro.

II, 1 ss: José é oriundo de Belém. É um humilde carpinteiro, porém homem culto e inteligente. Se casou e teve quatro filhos: Judas, José, Tiago e Simão; e duas filhas: Lísia e Lídia.

²⁷¹ Ibidem, p. 116.

²⁷² Ibidem, p.94

²⁷³ GIAMBERARDINI, G. *San Giuseppe nella tradizione copta* (Studia orientalia christiana. Collectanea, 11), Cairo, Centro francescano di studi orientali cristiani, 1966, 292 p. Version española de la Historia em De Santos Otero, p. 341-358. In: SÁNCHEZ, *Op. cit.*, p. 143.

²⁷⁴ SÁNCHEZ, *San José en los Apócrifos*, p. 143-144.

III, 1-2: Maria menina no templo (Prot. de Santiago).

IV,3: Maria se desposa com José e vai morar na casa dele.

IV, 5: José vai trabalhar fora de seu povoado.

V, 1: Mistério da Encarnação.

V, 2: depois de três meses de gravidez volta José.

VI: Aparição do Anjo a José para confortá-lo.

VII: viagem a Belém onde nasce o Salvador.

VIII: Aparição do Anjo a José: partem para o Egito em companhia de Salomé, onde permanece um ano.

IX: Retornam a Nazaré.

X: José está velho e enfermo.

XI: Casam-se os filhos maiores de José; o menor, Tiago, fica em casa com Jesus. Jesus obedece a Maria e a José a quem chama “minha mãe” e “meu pai” - respectivamente.

XII: Um Anjo anuncia a José a proximidade de sua morte. José se encaminha a Jerusalém, onde pronuncia uma sentida oração.

XIV: Volta a Nazaré e enfermidade. Resumo da vida de José:

aos 40 anos se casa com a primeira mulher.

aos 89 anos fica viúvo de sua primeira mulher.

aos 90 anos casa-se com Maria.

aos 93 anos nasce Jesus em Belém. Maria tinha 15 anos.

Aos 111 anos morre, no dia 26 do mês de Epep (2 de agosto para nós).

XVI: Lamentações de José em seu leito de morte.

XVII: 3 e 17: José adora Jesus, a quem reconhece por Deus e Salvador.

XVII: 10-12: alusão ao milagre da cura de um menino mordido por uma víbora.

XVIII: dor de Maria sua esposa e seus filhos.

XIX-XXX: agonia, morte e enterro de José.

José é o centro dessa história e tem semelhança com aquele dos Evangelhos por ser apresentado como homem justo (santo). Por essa razão, foi escolhido por Deus para ser o pai de Jesus, ou seja, “a Sombra de Deus Pai”.²⁷⁵ Não se trata de um tratado histórico, mas de uma narração devocional com a intenção de glorificar o pai terrestre de Jesus.

Uma das fantasias presente na versão árabe da “História de José, o Carpinteiro” é o título que se dá a ele como Sacerdote no templo de Jerusalém. Isso não se admite, pois os

²⁷⁵ PERONA, G. *São José nos Apócrifos*, p. 101.

sacerdotes hebreus provinham de Aarão, irmão de Moisés, da tribo de Levi. O que se diz no Nascimento de Maria, segundo Tiago, é em parte, repetido no livro. Outras notícias são acrescentadas, como o casamento dos irmãos de Jesus e a descrição da agonia, morte e enterro de José. Há uma clara distinção no livro entre Pai celeste e Pai terrestre. Jesus chama José “meu Pai” ou “meu Pai segundo a carne” por 12 vezes para indicar o seu afeto pelo pai legal (segundo a lei), uma vez que não existe a paternidade física.²⁷⁶

Esse apócrifo mostra a importância que José tinha na Igreja Copta. Isso ocorreu em virtude da valorização da Liturgia e por causa da passagem da Sagrada Família pelo Egito. Mesmo que a Igreja copta afirme que utilizou apenas o evangelho para pronunciar suas afirmações a respeito de José, podemos concluir, com Sánchez, que o resultado foi diferente. Não conseguimos identificar o santo Patriarca com a totalidade desses dados.

O principal destaque desse apócrifo é a morte de José. As narrações sobre os milagres de Jesus no Egito ou em Nazaré não são apresentadas. O mérito principal está em ter colocado José no centro de uma narrativa apócrifa sendo apresentado como um varão santo que mereceu ser escolhido por Deus para ser o pai de Jesus. As expressões de Jesus “meu pai segundo a carne”, as bênçãos e orações que se colocavam na boca do Salvador e a morte do santo mostram claramente a estima e a veneração que José possuía na Igreja copta na época de sua redação.²⁷⁷

Quanto ao valor histórico, é preciso ressalvas. Por outro lado, considerando a importância que ele teve para fortalecer a devoção em relação ao santo não se pode menosprezar o seu valor. Contudo, no que diz respeito ao conteúdo histórico deixa a desejar. Sua base de fundo são outros apócrifos ou autores de pouca relevância histórica. Também não se pode dizer que ela traz consigo tradições antigas da Igreja Egípcia. Os dados históricos não foram levados em consideração. De acordo com Sánchez, eles eram tão relevantes para o autor desse apócrifo quanto para um roteirista de um filme de ficção. Em outras palavras, aproveita-se somente o que importa.²⁷⁸

²⁷⁶ Ibidem, p.101.

²⁷⁷ SÁNCHEZ, *San José en los Apócrifos del NT.*, p.146.

²⁷⁸ Ibidem, p. 146.

2.6.1 Traços deixados pelos Apócrifos

Em síntese, esses são os principais dados constatados nos apócrifos, a partir do estudo de Perona.²⁷⁹ Nem todos os apócrifos pesquisados pelo autor foram mencionados em nosso trabalho.

Nos Atos de Pilatos e no Evangelho de Filipe, José é apresentado como pai carnal de Jesus por causa da influência judaica e do gnosticismo. No Evangelho Árabe da infância, a questão não é mencionada e nos outros se destaca a paternidade virginal de José.

No Evangelho Ebionita temos uma novidade: José entra na história de Jesus como pai carnal. A eleição divina sobre Jesus é feita num segundo momento por Deus. A partir dessa eleição, Jesus se torna Filho de Deus por causa do Cristo que entrou nele do alto, na forma de pomba. Nega que Cristo tenha sido gerado por Deus Pai.

No Trânsito (morte) de José destaca-se o amor filial de Jesus para com São José, seu pai legal. Jesus o chama pai mais ou menos 12 vezes. Nos apócrifos onde se comenta a respeito da paternidade virginal, admite-se um duplo matrimônio de José, ou seja, só casou com Maria depois de ter gerado filhos e enviuvado.

O casamento de José com Maria ocorre quando ele já está velho. Por essa razão, as funções de José são as de guarda e protetor da virgem.²⁸⁰ No Pseudo-Mateus, José chega a pensar na possibilidade de casar um de seus filhos com Maria.

A profissão de José é consenso para todos: foi carpinteiro; contudo, não se excluem outros ofícios como aqueles de agricultor, engenheiro-construtor, ferreiro e lenhador.

Destaca-se a castidade de José que cuida da jovem Maria. José é apresentado como um homem de muitas virtudes: dedicado, sacrificado, pai nutrício de Jesus, cumpridor fiel das prescrições divinas, executor obediente da vontade de Deus, um israelita perfeito que encontrou graça aos olhos do Senhor.

A figura de José apresentada pelos apócrifos não é a partir da história, mas de lendas. Nesse sentido, o valor histórico é relativo. Contudo, não se excluem as verdades neles presentes que também estão nos Evangelhos canônicos. Lembremos que estes livros têm grande valor literário pelo fato de manifestarem uma época e desvendarem o desenvolvimento de lendas relativas à infância do Salvador, de Maria Santíssima e de São José.

²⁷⁹ PERONA, G. *Op. cit.*, p. 106 n. 1 e 2 e p. 107 n. 3 a 10.

²⁸⁰ Com essa idade quem será deveria ser protegido, Maria ou José? Com 90 anos uma pessoa, mais do que ser guarda precisa de um guardião (*grifo meu*).

As limitações em relação a José percebe-se no machismo e autoritarismo presentes nos apócrifos que representam a realidade de uma época. Em relação a Jesus, o vemos como um menino caprichoso, ingênuo, generoso, desaforado e vingativo. Na prática, essa leitura que se faz de Jesus está em desarmonia com os Evangelhos.

Não obstante as nossas críticas em relação aos livros apócrifos, eles influenciaram a devoção popular, a pregação, a interpretação dos Santos Padres, os escritos eclesiásticos, a arte e a Liturgia.

2.7 SÍNTESE DA HERANÇA DE JOSÉ

José foi escolhido por Deus para participar do mistério da Redenção no contexto da Encarnação na condição de esposo de Maria para ser o pai de Jesus. Para compreender esse grande mistério, fizemos uma leitura teológica da pessoa de José partindo do princípio da justiça. José era um homem justo (Mt 1,19). Esse particular por si só justifica porque Deus escolheu José para ser o pai de seu Filho. Maria, de acordo com a cultura de seu tempo, precisava de um esposo para ser vista pela sociedade como uma mulher honrada e digna. José, na condição de esposo de Maria, garantiu a solidez da família e todas as garantias sociais que Jesus necessitava para ser reconhecido como cidadão. No contexto religioso a herança davídica era uma promessa do próprio Deus que o Messias deveria ter consigo. José foi aquele que cumpriu essa promessa para como Messias justamente por ter sido esposo legítimo de Maria e ser da descendência de Davi. José é aquele que dá a herança messiânica ao Salvador.

Na condição de pai de Jesus, ainda que não seja biológico, José torna-se exemplar. Desde a concepção até sua vida adulta Jesus teve seus pais ao seu lado. José foi aquele que defendeu Jesus das ciladas dos inimigos (perseguição de Herodes), ensinou-lhe os preceitos religiosos ao levá-lo no Templo e o iniciou em uma profissão, provavelmente carpinteiro, uma vez que era costume na época o pai transmitir ao filho a sua profissão. José cumpriu com suas obrigações paternas formando a personalidade humana de Jesus a partir da vontade do Pai.

O Magistério da Igreja, por sua vez, destacou a figura de José de modo extraordinário. Depois de Maria é o santo mais importante da Igreja. Foi proclamado padroeiro da Igreja pelo papa Pio IX em 1870 e padroeiro do Concílio Vaticano II por João XXIII. Aquele que cuidou de Maria e de Jesus também irá cuidar de toda a sua Igreja. Por fim, temos alguns traços

deixados pelos apócrifos. Não se trata de assumir as afirmações desses escritos como verdade, mas de conhecer para saber distinguir o que está em sintonia com os evangelhos ou deles se desviam. Nos traços deixados pelos apócrifos vemos alguns limites desses estudos e nos damos conta dos exageros que distorcem a verdadeira mensagem dos evangelhos. Por causa da grande influência popular, inclusive na arte e na literatura, é importante não agirmos de maneira ingênua diante desses registros que trazem consigo uma leitura de um fato bíblico a partir de uma mentalidade de uma determinada época que foi projetada na família de Nazaré na qual nasceu o Messias.

3 A PATERNIDADE À LUZ DE JOSÉ, HOJE

Na paternidade responsável observamos o pai que assume o filho²⁸¹ em sua totalidade a partir da família. Nessa ótica, podemos garantir que “a segurança da criança vem do coração do pai. A base dessa segurança é o homem estar presente para os filhos tanto emocional quanto fisicamente”.²⁸² Conforme Brands, a família atualmente passa por uma crise. “Mas ela é indestrutível, porque é um ‘patrimônio da humanidade’, e tem seu fundamento em Deus. A família é o ninho da vida, uma comunidade de pessoas onde acontece a paternidade, a maternidade, a filiação e a fraternidade”.²⁸³ Em José temos a referência de paternidade mais importante e atual para nossos dias, como fora outrora, uma vez que “a própria figura de São José se reveste de atualidade renovada para a Igreja do nosso tempo, em relação com o novo Milênio cristão” (RC 32). Conhecemos a história de José, dentro dos limites de nossa pesquisa, por isso aprovamos seu projeto, seu vínculo com a Tradição, a expectativa de constituir uma família, sua inserção social, seu compromisso com o trabalho, sua justiça e, principalmente, sua responsabilidade diante da Vontade de Deus, que nos deixa ciente de seus compromissos.

A Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da encarnação, constitui, ela própria, um mistério particular. E ao mesmo tempo – como na encarnação – é a este mistério que pertence a verdadeira paternidade: a forma humana da família do Filho de Deus, verdadeira família humana formada pelo mistério divino. Nela, José é o pai: a sua paternidade, porém, não é só “aparente”, ou apenas “substitutiva”; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família.²⁸⁴

Partimos de uma realidade humana para falar da paternidade de José. As questões peculiares de sua paternidade enriquecem a análise que o estudo sobre a paternidade requer para o contexto contemporâneo. José foi escolhido para ser o pai do Filho de Deus e de Maria. Foi convidado a ser pai de alguém que já tinha Pai (cf. *Jo* 14,1-2.9-11), por isso sua

²⁸¹ No capítulo três, fez-se a opção pela palavra filho referindo-se a ambos os sexos: masculino e feminino.

²⁸² GOTTMAN, J. *Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos*, p. 177.

²⁸³ BRANDS, O. *Por uma cultura da família*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=93>. Acessado em 30/10/2008

²⁸⁴ *Ibidem*, 21.

paternidade se dá no nível humano sem ser natural.²⁸⁵ José é a imagem da bondade de Deus, como afirma Bertolin em sua obra.²⁸⁶

Num primeiro momento, destacamos a importância da sustentabilidade, a fragilidade do “amor-líquido” e a incapacidade da criança se desenvolver por si mesma; por isso a necessidade do vínculo pai-filho. A ausência do pai no lar é uma lacuna irreparável na vida do filho, especialmente quando este precisar inserir-se no contexto social. De acordo com Filho²⁸⁷, o pai se apresenta como um elemento coletivo, assim como o sentido de muitas de suas funções. Fazendo um paralelo entre o papel da mãe e do pai, o autor faz a seguinte análise:

se o nome do filho é João Silva, o exercício da maternidade se volta prioritariamente para João, como expressão de uma singularidade (privilégio ao automorfismo), enquanto o exercício da paternidade se volta prioritariamente para Silva, como sinal de pertença ao coletivo (privilégio à controvérsão e à adaptação). A mãe particulariza; o pai, em suas manifestações arquetípicas, uniformiza e normatiza.²⁸⁸

Em nossa sociedade, a pobreza não é somente ausência de alguma coisa ou de alguém, mas a maneira como a realidade existencial se apresenta nela. A incapacidade de construir parâmetros para a própria vida, em certo sentido, é uma verdadeira pobreza, por isso precisa de ajuda. A pobreza atinge a estrutura existencial. Susin, sob a égide de Sobrino, afirma que

os pobres revelam o lugar em que Deus tem encontro marcado conosco, que os pobres revelam a natureza mesma de Deus em condição *Kenótica* e encarnada sem superposições e sem docetismo, na nudez de qualquer substância que o tornariam um ídolo, isso é compreensão escandalosamente cristã, que finalmente permite um pensamento e uma teologia especificamente cristã.²⁸⁹

A criança apresenta-se no horizonte marcado pela pobreza de sua própria vida, não por aquilo que ela tem, mas por aquilo que ela é. Na pobreza não há mais onde se agarrar. Nela

²⁸⁵ “Não temas, diz, receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo. E é-lhe mandado que imponha o nome ao menino, se bem que não seja nascido do seu sêmem”. Cf. RC,7.

²⁸⁶ Cf. BERTOLIN, J. A. *São José, imagem terrestre da bondade de Deus*, 2003.

²⁸⁷ FILHO, A. P. L. *O pai e a psique*, p. 170.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 171.

²⁸⁹ SUSIN, L. C. *Os pobres como “lugar teológico”*: uma questão hermenêutica crucial de nosso tempo. In. SOTER, Deus e Vida: Desafios, alternativas e o futuro da América Latina e do Caribe, p 173.

vê-se o total desprendimento de tudo. Ainda que não seja intencional o desapego inerente à criança, vê-se nela a limpidez de toda e qualquer intenção de poder, domínio, preconceito ou julgamento. Ela está livre dos tabus sociais. É pobre porque não tem nada e é, ao mesmo tempo, total abertura ao outro na inteireza de seu ser, por isso, a mais feliz das criaturas. Em se tratando de uma criança recém-nascida, por exemplo, vemo-la como o símbolo perfeito da fragilidade vestida de pobreza pelo simples fato de não se autogovernar. Nesse caso, identifica-se “fragilidade” com “pobreza”.²⁹⁰ Por si mesma a criança é dependente. Essa realidade apresenta uma pobreza que pode ser suprimida pela responsabilidade dos pais. A criança não sentirá sua fragilidade com a guarda de seus tutores. A sua sobrevivência fica garantida se alguém lhe dispensar cuidados.

Só a percepção real da pobreza inocente da criança por parte dos pais garantirá o amor efetivo. O nosso principal personagem, José, deu-se conta de que sua esposa, Maria, era frágil e seu filho, indefeso. Por isso tornou-se, até o fim de sua vida, “o Guarda do Redentor” (RC 1). Do ponto de vista social, Maria precisava do amparo do marido e o filho da proteção de um pai.²⁹¹ A maneira como José cuidou de Jesus e Maria, é modelo para todos que buscam viver “o projeto de Deus” na dimensão familiar. É importante destacar a presença de José junto aos seus.

Em primeiro lugar, José foi fiel a Maria, estando ao seu lado nos momentos mais difíceis, como na fuga e na volta do Egito. Em segundo lugar, assegurou uma profissão (carpinteiro) e, em terceiro lugar, transmitiu ao seu filho tudo aquilo que sabia, tanto na questão profissional quanto religiosa e familiar (cf. *Mt* 1,18-2,22). Segundo a Tradição, permaneceu na família até sua morte. Esse é o importante projeto de um pai para os dias de hoje: exercer sua missão com autoridade, responsabilidade e fidelidade, visto que “A família é o lugar da ternura de Deus no mundo”.²⁹²

Num segundo momento, propomos dois eixos: o princípio da obediência e o princípio da liberdade. José foi pai por excelência porque soube obedecer à vontade de Deus e apresentou-se como um homem livre para assumir a família a partir do amor.

²⁹⁰ Lembremos que a pobreza é uma herança social e a fragilidade uma herança existencial. Contudo, não se pode dizer que a fragilidade não se constitua uma real e verdadeira pobreza, uma vez que ser pobre é não possuir.

²⁹¹ “Desterrado no Egito a fim de salvar seu Filho divino, Ela, junto com o marido, faz a experiência amarga dos milhões de migrantes e de exilados, que, ao longo dos séculos, fogem da fome, da violência, bem como da perseguição política e religiosa”. Cf. BOFF, C. *Mariologia Social: o significado da Virgem para a Sociedade*, p. 444.

²⁹² ROCHETTA, C. *Teologia da ternura: um “evangelho” a descobrir*, p. 421.

Um tal vínculo de caridade constituiu a vida da Sagrada Família; primeiro, na pobreza de Belém, depois, durante o exílio no Egito e, em seguida, quando ela morava em Nazaré. A Igreja rodeia de profunda veneração esta Família, apresentando-a como modelo para todas as famílias (RC 21).

Importa saber a quem se obedece e por que se é livre. Não se trata de uma obediência cega nem de uma liberdade egoísta, mas de um serviço a partir de uma missão que exige humildade e caridade, características visíveis e concretas em José, especialmente na função de pai e esposo. Nesse sentido, percebemos que José foi humilde porque aceitou o Projeto de Deus e foi caridoso por ter renunciado seus interesses pessoais em prol do Menino e sua mãe, sem reservar nada para si. Sua caridade deve ser compreendida a partir da doação de sua própria vida e não de um fato isolado, por isso iluminada pela alteridade.

Entendemos que a paternidade de José está inteiramente revestida de ações corajosas que expressam sua responsabilidade nas adversidades de seu tempo, como a fuga e a permanência no Egito (*Mt 2,13-22*). José soube olhar os problemas políticos, ideológicos, religiosos e sociais e não teve receio de posicionar-se, na condição de peregrino, para salvar a vida frágil de seu Filho e de sua esposa, demonstrando ser um homem de personalidade.²⁹³ A caridade era como que uma extensão natural da justiça que estava impregnada em todo o seu ser.

Uma vez que o amor “paterno” de José não podia deixar de influir sobre o amor “filial” de Jesus e, vice-versa, o amor “filial” de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor “paterno” de José, como chegar a conhecer as profundezas desta singularíssima relação? Justamente, pois, as almas mais sensíveis aos impulsos do amor divino vêem em José um exemplo luminoso de vida interior (RC 27).

Na reflexão de Rubio destacamos também a dimensão da solidariedade do ser humano a partir de Deus, uma vez que “a relação com Deus é fundante das relações entre as pessoas”.²⁹⁴ Nessa perspectiva, colocamos alguns pressupostos para a paternidade que devem fazer-se presente na prática. Refletir sobre a paternidade é sustentar o discurso da inclusão do filho. Paternidade não é um projeto com uma função invisível ou imaginária, mas resposta ao “dom ofertado”. Não existe paternidade sem ter, ao menos, três pessoas envolvidas: o pai, a

²⁹³ STRAMARE, T. *San Giuseppe nella sacra Scrittura, nella Teologia e nel culto*, p. 251.

²⁹⁴ RUBIO, A. G. *Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristã*, p. 444.

mãe e o filho. Em vista da comunhão que gera vida nova, insistimos na importância do pai na família, uma vez que

as pesquisas indicam²⁹⁵, por exemplo, que meninos com pais ausentes têm mais dificuldades de encontrar equilíbrio entre a afirmação da masculinidade e o autocontrole. Consequentemente, tem mais dificuldade de aprender a se controlar e adiar gratificação, habilidades que adquirem importância cada vez maior à medida que o menino cresce e procura amizades, sucesso acadêmico e ascensão profissional. A presença positiva de um pai também pode ser fator significativo nos desempenhos acadêmico e profissional da menina, embora aqui a evidência seja mais ambígua.²⁹⁶

Do ponto de vista religioso, entendemos a paternidade como dom de Deus, missão dada como graça ao homem, uma vez que “nenhum homem merece o nome de pai como o Deus de Jesus Cristo, em quem a paternidade se identifica com o seu próprio ser”.²⁹⁷ Nas palavras de Jesus, “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10), temos a fundamentação para a essência do exercício da paternidade por ser missão do pai garantir vida plena ao filho no contexto de sua formação integral. Quando isso não acontece, observamos a fragmentação dos laços familiares e uma lacuna quase irreparável em nossa sociedade. O sofrimento daquele que fora abandonado pode sensibilizar os mais conscientes da gravidade do problema.

Jesus é aquele que orienta nossa missão por causa da vida em abundância recebida do Pai. Em sintonia com Murialdo, propagamos a vida em abundância a partir do amor infinito, pessoal, atual, terno e misericordioso de Deus.²⁹⁸ Na Sagrada Família, Jesus foi o Redentor e também o Menino que “crescia em sabedoria, estatura e graça diante de Deus e diante dos homens” (Lc 2,52). Da mesma forma que o Menino precisou do amparo e do amor de sua família, as crianças também precisam de cuidado para que a vida possa crescer e se desenvolver de forma equilibrada e saudável em todas as dimensões. Nem mesmo Deus dispensou a ajuda humana para crescer dignamente. Ciente da missão que lhe fora confiada

²⁹⁵ KOESTHER, R. Franz, C. E., Weinberger, J. *The family Origins of Empathic Concern: A 26 Year Longitudinal Study*. [As origens familiares da empatia, um estudo abrangendo um período de 26 anos]. *Journal of Personality and social psychology*, vol 58, 1990, p. 709-717. In. GOTTMAN, J. *Op. cit.*, p.228.

²⁹⁶ GOTTMAN, J. *Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos*, p. 170.

²⁹⁷ F. X. DURRWELL, *Nuestro Padre Dios em su mistério*, p. 32-33. In. DÍAZ, L. T. *Paternidade: pais, filhos e irmãos*, p. 56.

²⁹⁸ Pensamento que se tornou referência para a espiritualidade de São Leonardo Murialdo e foi extraído da obra do Pe. Vincent Huby (1608-1693). O trecho citado por Murialdo é da obra *Pratique de l'amour de Dieu et de rist (Notre-Seigneur Jésus-Christ (parte III: Voie unitive; cap. VIII: pratique de La contemplation; ponto II: considérations sur l'amour de Dieu)*. Esta obra é uma coletânea de orações e reflexões centradas sobre os temas da vida purgativa, iluminativa e unitiva. Cf. TESTAMENTO ESPIRITUAL DE SÃO LEONARDO MURIALDO, p. 32.

pelo Senhor, José foi obediente à voz de Deus porque sabia, por causa de sua fé, que não podia fazer nada sem Ele (*Jo 15,5*).

Em José encontramos o modelo de paternidade, conforme reza o Documento de Aparecida ao afirmar que ele é um “silencioso mestre que fascina, atrai e ensina” (DAp. 274). Assim devem ser os pais nos dias de hoje. As razões que nos fazem acreditar na importância da paternidade responsável partem do cenário familiar e social. O papel do pai é, essencialmente, sem excluir os outros deveres, inserir o filho na sociedade, sem deixar de estar ao lado de sua esposa na educação integral que complementa a formação da personalidade num contínuo processo de integração relacional. Conforme Jung, “a personalidade, no sentido da realização total de nosso ser, é um ideal inatingível. O fato de não ser atingível não é uma razão a se opor a um ideal, pois os ideais são apenas os indicadores do caminho e não as metas visadas”.²⁹⁹ Nesse sentido, podemos assegurar que a educação é uma tarefa inacabada. Quando o pai se omite ou abandona sua prole, toda a família sofre e a vida se torna órfã, porque a ausência do pai na família equivale à morte do genitor masculino para a criança.

O problema da ausência do pai é preocupante. Passamos por momentos de crise na contemporaneidade. O Documento de Aparecida atento a essa realidade nos alerta dizendo que “as relações humanas estão sendo consideradas objetos de consumo, conduzindo a relações afetivas sem compromisso responsável e definitivo” (DAp. 46). Paternidade plena e integral não significa apenas “pagar a pensão”, mas, efetivamente, não abandonar o filho e a esposa. Pai é aquele que cuida porque ama, ama porque cuida; cuida porque é amado e é amado porque cuida. Rahner faz questão de lembrar que “a infância não é só um período de espera. A criança é o sacramento cristalino da filiação e tem toda a dignidade da pessoa adulta”.³⁰⁰

3.1 INTERFACES DA REALIDADE NO HORIZONTE DA PATERNIDADE

A percepção responsável da realidade onde se encontra a família ocorre através da mediação da consciência livre e democrática, que se abre para a inclusão do olhar existencial do outro. Segundo Giddens, o “relacionamento puro é implicitamente democrático”.

²⁹⁹ JUNG, C. G. *O desenvolvimento da personalidade*, p.178

³⁰⁰ RAHNER, K. *Ideas para uma teologia de la niñez*. Cf. *Escritos de Teologia VII*, Taurus, Madrid, 1969, p. 339-356, In. DÍAZ, Lorenzo Trujillo, *Paternidade: pais, filhos e irmãos*, p. 163.

Um bom relacionamento é o que se estabelece entre iguais, em que cada parte tem iguais direitos e obrigações. Num relacionamento assim, cada pessoa tem respeito pela outra e deseja o melhor para ela. O relacionamento puro é baseado na comunidade, de tal modo que compreender o ponto de vista da outra pessoa é essencial.³⁰¹

A realidade posta nem sempre é aquela que precisa ser vista, como o bem-estar material, por exemplo. Giddens insiste na importância do relacionamento e na transparência num clima de total confiança. “A confiança tem que ser trabalhada; não pode ser simplesmente pressuposta. Finalmente, um bom relacionamento é aquele isento de poder arbitrário, coerção e violência”.³⁰² Por isso precisamos ir além dos sentidos e das aparências para ler nas almas das pessoas as suas principais carências. Na realidade cotidiana do nosso viver que se faz história, se apresentam princípios que norteiam interesses pessoais e de grupos (lucro, vantagens comerciais, poder, influências políticas, interesses afetivos e outros). Por isso não se pode excluir da paternidade responsável a medida econômica para garantir a sustentabilidade. Nesse sentido, adentramos no complexo mundo econômico fazendo breves acenos a respeito de sua importância com a aspiração de gerar vida nova capaz de elevar a dignidade ética.

3.1.1 Uma questão econômica: a sustentabilidade

José foi pai nutrício de Jesus.³⁰³ A criança precisava de cuidados especiais e era totalmente dependente de seus pais para sobreviver dignamente. A sustentabilidade, portanto, fez-se necessária. A garantia da sustentabilidade tornou-se possível em virtude do trabalho exercido por José, modelo para os trabalhadores. O justo carpinteiro honrou sua profissão alimentando o Filho de Deus e sua esposa.

³⁰¹ GIDDENS, A. *Mundo em descontrolado*, p. 71.

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ "Nosso Senhor Jesus Cristo, que perante os homens dignou-se ter sido considerado filho de José, e lhe foi submisso. E Aquele que tantos reis e profetas desejaram ver, José não só viu, mas com Ele conviveu e om paterno afeto abraçou e beijou; e além disso, nutriu cuidadosamente Aquele que o povo fiel comeria como pão descido dos céus para conseguir a vida eterna". Cf. *Quemadmodum Deus*, p.3. In. Documentos Pontifícios sobre São José, Apucarana, 2005.

Embora sendo de descendência régia, desposado com a mais excelsa entre as mulheres, e ter sido considerado como o pai do Filho de Deus, passou, todavia a sua vida no trabalho, provendo o necessário para si e para os seus, com a fadiga e a habilidade de suas mãos (QP 4).

Leão XIII afirma que em José “os pais de família encontram o mais alto exemplo de paterna vigilância e providência; os cônjuges, o exemplo mais perfeito de amor, concórdia e fidelidade conjugal; os consagrados a Deus, o modelo e protetor da castidade virginal” (QP 4). O Papa apresenta o quadro completo de José para a perfeita convivência humana nas diferentes realidades. Acreditamos que haverá harmonia no lar quando as pessoas viverem com dignidade. Ainda que a pobreza não possa ser considerada a vilã das desavenças familiares, quando as necessidades básicas não são supridas devidamente pode ocorrer o aniquilamento das potencialidades dos filhos e dos próprios pais.

Por causa da indiferença ética, muitas pessoas estão sendo descartadas e nas famílias predomina o desamor. Nesse sentido, a ética terá grande contribuição no resgate da família. A sustentabilidade precisa de ética para incluir os “desesperados” que não são apenas os desempregados, mas os pais de família que carregam o princípio do amor, sem romper a fronteira da dignidade. Em Morin observamos que é preciso considerar uma ética sem outro fundamento que ela mesma. O autor afirma que não se pode encontrar uma justificação filosófica transcendente que permita integrar a ética em si mesma.³⁰⁴

Destacamos a importância da ética no contexto familiar com base na virtude teológica da fé. Morin “não acredita que exista uma ética sem fé”.³⁰⁵ Porém, essa afirmação, como observa Sung, precisa ser repensada, uma vez que o autor fala de uma “ética sem fundamento que não seja ela mesma”.³⁰⁶ Morin preocupa-se com o *sujeito* nos três problemas por ele abordado (contradições éticas, incertezas éticas, ‘eu’ em relação a si mesmo).³⁰⁷ Sung, que reflete sobre ética e economia, faz uma crítica a esses imperativos lembrando que “a primeira pergunta ética, ou melhor, a pergunta ética fundamental não deve ser qual é a ação econômica

³⁰⁴ MORIN, E. *Ética e Sociedade*. In: Pena – Veja, Alfredo; Almeida, Cleide R.S.; Petraglia, Izabel (orgs.). *Edgar Morin: Ética, cultura e educação*. São Paulo: Cortez, 2001, p.39-45. In: SUNG, J. M. *Sujeito e Sociedades complexas*, p.149.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ SUNG, J. M. *Sujeito e Sociedades complexas*, p.149.

³⁰⁷ Os três problemas de auto-ética para Morin são os seguintes: 1- o primeiro jaz nas contradições éticas, ou seja, no confronto de imperativos categóricos antagônicos; 2- o segundo se situa no nível das incertezas éticas; 3- o terceiro é a problemática do ‘eu’ (do ‘moi’) em relação a si mesmo. Cf. MORIN, Edgar. *Ética e Sociedade*. In: Pena – Veja, Alfredo; Almeida, Cleide R.S.; Petraglia, Izabel (orgs.). *Edgar Morin: Ética, cultura e educação*. São Paulo: Cortez, 2001, p.40;

mais de acordo com os valores éticos *do sujeito apenas*³⁰⁸, mas sim qual é a minha/nossa postura ética frente ao sistema econômico vigente”.³⁰⁹ A paternidade responsável, do ponto de vista econômico, não pode se esquivar desse paradigma da sustentabilidade que, por sua vez, exige uma referência ética que transcenda o sujeito. Diante de nossa preocupação, José, por sua vez, orienta e ensina por ser um

homem trabalhador. O trabalho o marcou de tal forma que caracterizou sua vida social, que a transmitiu a Jesus, por isso foi chamado *filius fabri* (filho do carpinteiro) (*Mt* 13, 55; *Mc* 6, 3). O trabalho humano, em particular o trabalho manual, tem no Evangelho uma acentuação especial. Juntamente com a humanidade do Filho de Deus ele foi acolhido no Mistério da Encarnação, como também foi redimido de maneira particular. João Paulo II evidencia nesta circunstância o mistério salvífico de S. José: graça ao ateliê de trabalho junto do qual exercia seu trabalho com Jesus, José uniu o trabalho humano ao mistério da redenção (RC 22).³¹⁰

Pretendemos colocar a importância do trabalho na vida dos pais a partir dos parâmetros éticos que levem em consideração, na ordem dos valores, em primeiro lugar as pessoas, depois as coisas e os bens materiais considerando o princípio ético. João Paulo II na Encíclica *Laborem Exercens* afirma que o homem ao trabalhar “aproveita do trabalho de outrem” (cf. *Jo* 4,38). O Papa reflete sobre o processo do trabalho humano, guiado tanto pela inteligência quanto pela fé, que vai haurir à luz da Palavra de Deus. “Trata-se de uma visão coerente, teológica e, ao mesmo tempo, humanista. Nela, o homem aparece-nos como o « senhor » das criaturas postas à sua disposição no mundo visível” (LE 13).

No entendimento do Papa, o erro do capitalismo está na inversão de valores onde a pessoa está submetida ao material. A superação radical deste erro será possível quando as mudanças adequadas no campo da teoria e da prática “se deterem na firme convicção do primado da pessoa sobre as coisas e do trabalho do homem sobre o capital, entendido como conjunto dos meios de produção” (LE 13).

³⁰⁸ Grifo nosso

³⁰⁹ SUNG, J. M. *Sujeito e Sociedades complexas*, p.153.

³¹⁰ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 66.

3.1.2 Ausência paterna

Quando o pai abandona a família, inevitavelmente, vemos a mutilação da família com o visível abandono da prole. Nesse instante, percebe-se o avesso da história. Consta-se filhos sem raízes familiares construindo horizontes vazios de sentido, às custas de projetos de vida miseráveis que não se sustentam pela ausência de bases sólidas. O cenário impõe-se com a perda da identidade marcada pelo amor-líquido que veste o traje da solidão. Mesmo vivendo em meio à multidão, muitas vezes, prevalece o sentimento de solidão, porque estar sozinho não significa não estar com pessoas, mas não poder contar com elas.

Com o impacto do subjetivismo, impõe-se a era do narcisismo. Quando não se pode ser o que se deseja, projeta-se no outro o nosso desejo. O que imaginamos em nosso herói é assumido por nós no nível da fantasia, como a sua força, a sua beleza, a sua fama e sua riqueza. Quando o ‘eu’ se sobrepõe ao ‘nós’, relativiza-se o espírito de família e dá-se por concluída a tarefa da educação dos filhos apenas com as sobras econômicas, pois em muitos lares o amor se evaporou.

Segundo Rubio, “o ‘eu sou’ nietzscheano vem a significar a afirmação da humanidade *sem* os outros seres humanos, a auto-afirmação do homem recluso na solidão, penetrado de profundo desprezo pelos outros seres humanos (especialmente pela mulher). Um “eu sou” assim entendido que levará Nietzsche a escolher Dionísio contra o Crucificado”.³¹¹ Porém, lembra Rubio, “no Crucificado, a fraqueza e a miséria humana ficam divinizadas. Concomitantemente, a “moral cristã” levará o cristão a servir, ajudar e a amar a multidão de sub-homens que rastejam como vermes, no mundo de ontem e de hoje”.³¹²

A teoria de Bauman sobre “o amor-líquido” vai na linha nietzscheana e contribui para explicar muitas situações a respeito da ausência paterna.³¹³ Quem opta pelo “amor-líquido” dispensa a vocação de pai. Por esse motivo não deveria ser pai nunca, porque a paternidade exige um “amor-sólido”. A metáfora “líquido-sólido” deve ser compreendida naquilo que significa e informa a respeito do conteúdo em discussão, significando o provisório-permanente. A crise da paternidade em nossa sociedade está camuflada. Não se fala dessa instância, mas apenas sobre família, educação, relações humanas, violência, solidariedade e tantos outros adjetivos-substantivos. Preocupa-nos o papel específico do pai na família, uma

³¹¹ RUBIO, A. G. *Unidade na pluralidade*, p. 448.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ A obra de Zygmunt Bauman que trás por título *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, apresenta de maneira crítica nosso contexto social e acerta na análise de suas fragilidades.

vez que a mentalidade imposta pela sociedade do “amor-líquido” pode acabar por conceber como “normal” a ausência do pai no meio familiar. Para justificar sua postura, o pai defende o princípio da educação unilateral (um só cônjuge). Porém, na prática esse “direito” de viver sozinho quando já se tem família constituída é caracterizado como abandono do lar. Esse tipo de “direito” concedido é o princípio da irresponsabilidade, que gera corrupção. A verdadeira paternidade suscita mais vida. Nesse sentido, Susin salienta que

a fecundidade da paternidade gera bondade e, por isso, multiplicidade, pois a bondade é possível onde não há solidão, onde há multiplicidade sem retorno e sem absorção. A não-coincidência e a separação pai-filho dá condições à multiplicidade de filhos, todos únicos porque eleitos. O filho eleito é então posto entre os outros, e cumpre sua resposta à eleição e à unicidade no âmbito de nova relação e nova modalidade de bondade, a fraternidade.³¹⁴

Mas, infelizmente, vivemos em tempos de “ausências” como afirma Boff traçando um paralelo entre o menino do Filme “Central do Brasil”, que é órfão de mãe no Rio de Janeiro, RJ, cujo pai vive no Nordeste e é marceneiro, mas entregue ao alcoolismo. O menino deseja conhecer o pai distante, o pai também vai à procura do filho no Rio, embora um não encontre o outro, ambos ficam esperando. Para Boff, esse filme representa uma metáfora significativa da figura do pai ausente e do filho abandonado.³¹⁵ Pensamos em históricos, felicidade e carreira. Esquecemos da vida feita de parceria que precisa ser doada para que o outro seja edificado. O crescimento do outro contribui para o aperfeiçoamento da espécie. Quem abandona corre o risco de também ser abandonado. A paternidade anulada é responsável pela educação mutilada de muitos jovens que vivem à margem da periferia, sem esperança de “outro mundo possível”³¹⁶ para viver com dignidade. “O filho sem a figura interior do pai-herói sente-se perdido, sem rumo na vida, psiquicamente desestruturado”.³¹⁷ Agora sobra a indiferença da sociedade em relação aos filhos “sem pai”. Com a desestruturação das famílias e as constantes separações, vemos o homem, que também é pai, buscar novos relacionamentos deixando sua prole desvinculada de sua história afetiva e distante dos vínculos fundantes da família.

³¹⁴ SUSIN, L.C. *O homem messiânico*, p. 189.

³¹⁵ BOFF, L. *À espera do pai*. Artigo do Correio Riograndense – Caxias do Sul, 12 de novembro de 2008, p. 6.

³¹⁶ Expressão utilizada no Fórum Social Mundial que teve a sua primeira edição em Porto Alegre no ano de 2001 na PUCRS.

³¹⁷ Ibidem.

Ao enfrentar sozinha a missão de educar os filhos, a mãe pode viver um sentimento de rejeição e abandono juntamente com o filho. Sem a referência paterna, a educação dos filhos pode ser legada também a outras instituições que, por sua vez, não garantem a formação integral da personalidade dos mesmos. Qual é a referência paterna da criança? Nem sempre as conjecturas funcionam. Mais uma vez José como modelo de pai ensina a importância do sacrifício total de si próprio para poder exprimir o seu amor generoso para com a Mãe de Deus, fazendo-lhe “dom sponsal de si” (RC 20). O pai não é uma figura “sobrante” no contexto da educação dos filhos como observamos, inúmeras vezes, na mídia hegemônica, passando a impressão de ser o anti-herói. Na família o pai, especialmente na educação dos filhos, assume um importante papel desde a primeira infância, porque “os hábitos que o pai adquire quando o filho é bebê costumam ser duradouros. Se cuidou do filho desde bebê, o pai provavelmente haverá de continuar participando de sua criação até a adolescência”.³¹⁸

Quando a ausência do pai se impõe, a formação na família se estreita.³¹⁹ Antes de colocar a responsabilidade no sistema, na educação, nas famílias, na religião ou na política, prioriza-se a responsabilidade subjetiva da pessoa. Ao refletir sobre a paternidade responsável, a intenção é resgatar, com ela, a família. Para além dos elementos jurídicos, preocupa-nos a questão teológica. Nessa perspectiva, José abre caminho para a intimidade com Deus por ter sido

o santo, no qual mais se manifestou o espírito do evangelho durante sua vida. Se este espírito, portanto, emana do Homem-Deus para todos os homens, é também verdade que nenhum trabalhador possuiu este espírito em grau maior do que o pai adotivo de Jesus, que viveu com ele na mais estreita intimidade e convivência de família e de trabalho (1º de maio de 1955).³²⁰

Entendemos a paternidade como um ato de transcendência. Susin cita Levinás que, por sua vez, “insiste na transcendência das relações familiares à simples articulação biológica. Na família se estrutura a relação prototípica para todos os homens”.³²¹ É importante destacar que a paternidade não é um projeto pessoal do qual se pode dispor ou dele se desfazer como algo

³¹⁸ GOTTMAN, J. *Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos*, p. 179.

³¹⁹ É importante ressaltar que “o dever de transmitir a vida constitui uma “missão própria” dos esposos, que devem cumprir com “responsabilidade cristã e humana e num respeito cheio de docilidade para com Deus”. Os critérios que o Concílio indica para guiar os esposos são os seguintes: o bem próprio, o bem dos filhos, o bem da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria. Cf. FLÓREZ, *Op. cit.*, p. 302.

³²⁰ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 66.

³²¹ SUSIN, L. C. *O homem messiânico*, p. 190.

descartável quando não for mais interessante, porque outras pessoas são envolvidas no processo. Para Susin, “o filho é o futuro do pai (...) o pai é o passado do filho”.³²² Na raiz de toda paternidade deve existir o fio condutor do amor, mesmo diante de toda crise, para que os filhos não sejam empobrecidos em seus direitos humanos e cristãos. Ainda que os problemas atuais da humanidade não tenham um vínculo direto com a paternidade irresponsável, observamos que atrás dessa atitude identificamos problemas que assolam a humanidade e esvaziam gerações inteiras furtando-lhes o direito de sonhar. Além disso, com o estímulo da sexualidade precoce, as mulheres estão gestando ainda na adolescência, sem a segurança de um esposo.

Toda criança precisa ter o desenvolvimento de sua personalidade trabalhado de forma completa. Apenas a referência materna em sua vida deixará uma lacuna irreparável por causa da ausência do pai que negligencia seu dever.³²³ Entendemos que a criança faz inferências e percebe que sua história não está inteiramente contada quando observa apenas a presença da mãe em sua vida, uma vez que a paternidade está relacionada com o amor conjugal.³²⁴ É inevitável que a criança se interesse em saber a respeito de seu pai. No contexto teológico, considerando a dimensão do sagrado, a vida não pode ser um simples encontro do acaso que se esvazia no final de um encontro, uma vez que a vida merece ser cuidada desde a sua concepção (GS 50). Quando o pai não exerce sua paternidade, a vida do filho pode apresentar-se truncada em seu processo formativo e vulnerável a partir dessa ausência.

3.2. A POBREZA NA FRAGILIDADE INOCENTE

Com base na pesquisa, compreendemos que o pai apresenta-se como referência importante na vida do filho. A fragilidade é um contraste aos nossos olhos que almejam

³²² Ibidem.

³²³ No Brasil a cada ano, cerca de 20% das crianças que nascem são filhas de adolescentes, número que representa três vezes mais garotas com menos de 15 anos grávidas que na década de 70, engravidam hoje em dia. A grande maioria dessas adolescentes não tem condições financeiras nem emocionais para assumir a maternidade e, por causa da repressão familiar, muitas delas fogem de casa e quase todas abandonam os estudos. A Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde, de 1996, mostrou um dado alarmante; 14% das adolescentes já tinha pelo menos um filho e as jovens mais pobres apresentavam fecundidade dez vezes maior. Entre as garotas grávidas atendidas pelo SUS no período de 1993 a 1998, houve aumento de 31% dos casos de meninas grávidas entre 10 e 14 anos. Nesses cinco anos, 50 mil adolescentes foram parar nos hospitais públicos devido a complicações de abortos clandestinos. Quase três mil na faixa dos 10 a 14 anos. Disponível em: Ballone GJ - *Gravidez na Adolescência* - in. PsiqWeb, Internet, disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/adolesc3.html>> revisto em 2003. Acessado em: 10/11/2008.

³²⁴ FLÓREZ, G. *Matrimônio e família*, p.302.

segurança e confiança. Impossível ficar indiferente diante de um ser incapaz de defender-se. Todas as nossas forças se voltam para quem se debruça sobre os nossos ombros. É indescritível a fragilidade inocente de uma criança. Seu olhar, seu choro e sua absoluta incapacidade de sobreviver clamam por segurança, amor e cuidado. A maior pobreza pode mesmo ser a falta de consciência da própria pobreza. Tampouco não há maior fragilidade do que quando o recém-nascido enfrenta o mundo frio e absurdamente desconfortável estando nu e não sabendo como proteger a própria nudez. É fato notável que a vida se torna mais exigente após o nascimento.

Podemos afirmar que a mãe, na família tradicional, sente o desejo de estar com o filho e espera do marido amparo afetivo e financeiro. No mundo contemporâneo, observamos que a mãe, tantas vezes, precisa responder pelo pai quando este não assume o papel que lhe é de direito. Toda a questão materna parece estar sendo arrancada de seu instinto maternal. Quando o pai, por sua vez, sente a necessidade de estar com seu filho, de educá-lo, percebemos o amor transcendendo a sua própria vida. Sendo que o filho é a principal razão de viver dos pais, por que tantas vezes observamos omissões na educação? Seria o filho uma ameaça à tranquilidade dos pais tão afadigados com as exigências do mercado de trabalho? Seria o pai incapaz de assumir suas atitudes, por isso indiferente quanto ao abandono? Seria o filho um “estorvo” em sua vida? Não se pode ter a pretensão de dar respostas apressadas a essas questões. A Sagrada Família apresenta-se como modelo de convivência para as famílias de hoje. No caso das situações conturbadas, lembramos a fragilidade da criança que precede qualquer premissa. Não há nada que justifique o abandono de um ser humano indefeso. Quanto mais frágil é a vida, mais direitos possui, porque não tem culpa sobre as circunstâncias de sua concepção e nem das divergências pessoais ou incompatibilidade de gênero. Exige-se, portanto, como fizera José, responsabilidade e compromisso com a causa. Em José, o exercício da paternidade se manifesta e se transforma em mistério de salvação: “São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade: desse modo, precisamente, ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos”³²⁵, e é verdadeiramente “ministro da salvação” (RC 8).

Ser pai, portanto, é ter compromisso com a família, com a sociedade, com a natureza e com Deus. Por outro lado, a questão da paternidade responsável não pode ignorar a “Epidemiologia da Gravidez na Adolescência”. Algumas situações são realmente preocupantes, especialmente quando adolescentes não preparados para responder às

³²⁵ Cf. S. JOÃO CRISÓSTOMO, *In Mtth. Hom.*, V, 3; PG 57, 57-58.

exigências da sociedade e sem vocação para a paternidade precisam cuidar de um ser por eles gerado. Na pobreza material, o risco é ainda maior.

Estudo realizado em 1985, por Nóbrega et al. em nosso meio, mostrava que a distribuição de partos entre adolescentes de baixo nível socioeconômico-BNSE se dava da seguinte forma: 1,4% nas < 15 anos; 18,5% entre 15 e 19 anos, sendo que a população adolescente representava 14,4% do total e as menores de 15 anos 0,2% do total. Em trabalho retrospectivo realizado no ano de 1991 no Amparo Maternal (SP), entidade filantrópica que assiste basicamente a população de BNSE encontrou-se: 6.316 partos com recém-nascidos vivos no período, sendo que a população adolescente representava 24,4% do total e as menores de 15 anos 2,6% do total (Vitalle, 1993; Vitalle et al., 1997). Há, portanto, aumento da frequência de gravidez na adolescência quando comparamos os dois trabalhos.³²⁶

Os dados sobre a gravidez na adolescência incidem diretamente sobre o nosso trabalho. A paternidade irresponsável é mais acentuada exatamente quando a gravidez ocorre na adolescência, por falta de preparo para essa missão em todos os sentidos e por falta de amadurecimento da consciência e formação da personalidade. O pai adolescente tem dificuldade para desvencilhar-se do mundo juvenil para assumir uma nova família, porque não está afetiva, psicológica e economicamente preparado para a responsabilidade que a paternidade lhe exige. A transferência de sua paternidade a outro se torna um passo inevitável, sem excluir os conflitos. Isso acarretará um grande transtorno para a criança, pois em sua mente a primeira referência são os pais, mesmo quando esses não assumem seu papel. Sem as premissas dos valores, como exigir dos adolescentes o que nunca aprenderam? Os pais adolescentes de hoje, não raras vezes, são os filhos abandonados de ontem.

“Abandono”, no seu significado mais profundo significa “jogar o filho fora”, ou seja, excluí-lo de sua história. Como um pai pode ser insensível ao dom de gerar vida que Deus lhe concedeu e abandonar o próprio filho? O abandono é uma agressão, porque o filho é dom precioso de Deus. No dom absoluto da vida do recém-nascido, a salvação (sobrevivência) só é possível nos braços de outrem. Quando Deus quis demonstrar o seu amor pleno pelo ser humano entregou da sua eternidade o próprio Filho. Não teve medo de concretizar seu projeto a partir da fragilidade humana contando com a pequenez da humanidade, sem diminuir em nada a divindade.

³²⁶ VITALLE, M. S. de Souza. *Gravidez na Adolescência*

Disponível em: <http://www.brazilpednews.org.br/set2001/bnpar101.htm>. Acesso em: 19/11/2008.

Tendo em vista o valor da paternidade, afirmamos que José é o exemplo mais completo de pai para todos os tempos. Uma das razões dessa certeza é que ele não contradisse em nenhum momento a vontade do Pai por ter sido obediente até o fim de sua vida. Além do mais, agiu livremente, respeitou o Projeto de Deus dado a Maria e colocou a grandeza de sua missão, com as exigências que lhe eram próprias, em primeiro lugar.

3.2.1 O princípio da obediência e da liberdade

Em José visualizamos dois princípios da paternidade que se tornam chave de leitura para os pais, hoje: a obediência e a liberdade. A paternidade é um dom de Deus condicionado a outra pessoa e não uma criação do sujeito individual. Consideramos, portanto, a obediência um eixo da paternidade em sintonia com as leis da natureza que, *a priori*, precisam do consentimento de Deus. A obediência está inerente ao princípio da paternidade. Sendo o dom da vida uma exclusividade de Deus, a pessoa deve a Ele essa dádiva recebida. Os filhos, por isso, pertencem a Deus, porque são participantes intermediários e responsáveis pela geração de uma nova vida a partir de um poder que não lhes é próprio, mas que lhes foi dado. Há uma obediência às leis de nossa própria natureza que deve servir de modelo a todo cristão que é o

grande exemplo de S. José para que tenha sempre diante de si o seu humilde, perfeito modo de servir e de participar ao plano de salvação. Considero, portanto que a participação do esposo de Maria, com as disposições que ele tinha, no futuro, será possível para a Igreja, reencontrar a sua identidade no plano da redenção, *que tem somente seu fundamento no plano da encarnação* (RC 1).³²⁷

Compreende-se a obediência num horizonte mais amplo e não apenas vinculado aos princípios da natureza humana. Propomos a obediência a Deus como referência à paternidade responsável por recebermos Dele o amor que gera amor, a vida que gera vida, a doação que sai de si e torna-se frágil para nos exaltar (o Verbo encarnado). O amor do Pai para com seus filhos é infinitamente incompreensível, porque se abaixa para nos elevar. O Pai vem ao encontro dos homens, entrega seu Filho e confia-O a outro pai, José, que se torna verdadeiramente pai e agrada a Deus. José, por causa da obediência ao Pai, foi guia e mestre

³²⁷ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 68.

do próprio Jesus, que lhe obedecia em tudo. A justiça de José, tão propalada, está diretamente vinculada à sua obediência. Não haveria justiça plena se tivesse lhe faltado a obediência. Não se trata de uma obediência cega, sem liberdade ou cerceadora daquilo que é próprio do humano. Pelo contrário, a obediência de José, pelo fato de ser inteira naquilo que lhe era próprio, deu a ele a plenitude de sua paternidade. A obediência, portanto, tornou-se a grandeza de José confirmando sua justiça, que só poderia ser plena estando revestida pela força de Deus. Nesse aspecto, a obediência configura-se na entrega de si mesmo a outro Projeto que parte de Deus, sem excluir a própria participação, para acolher a vida que pede para ser cuidada. A completude da obediência gera a paternidade a partir da vontade do homem submetida à vontade Deus. Quando se obedece a uma força Superior, a inferioridade de nossa própria existência se eleva, a nossa pobreza se enriquece e a nossa capacidade de gerar vida ganha firmeza em seus próprios horizontes.

O segundo princípio da paternidade é a liberdade. A partir da normalidade da vida, a paternidade precisa incluir o princípio da vontade do homem. Deus é o primeiro a respeitar esse princípio. Por causa da liberdade, refletimos principalmente sobre a responsabilidade. Essa Liberdade envolve a vontade do homem e da mulher. O Plano de Deus a respeito da paternidade molda-se no âmbito da família por se apresentar como o grande sonho de Deus com as garantias de um amor impregnado pela Aliança eterna: o matrimônio. Sendo a paternidade não apenas um projeto pessoal, mas a geração de uma nova vida que vai mudar para sempre a relação que o homem terá com o mundo, parte-se do princípio da liberdade como a resposta por excelência ao dom recebido de Deus para gerar uma nova vida, sempre em sintonia com alguém, pois não há paternidade solitária, visto que o filho é resposta da comunhão.

Para sermos mais precisos, a paternidade é o dom da comunhão presenteado como resposta de amor, a partir da intimidade entre dois seres humanos que permitiram a presença do milagre da vida em seus corpos. Deus dá a vida, mas não a impõe. Até mesmo naquilo que é exclusivo Dele há participação do homem por meio da liberdade. A capacidade de amar e gerar nova vida brota espontaneamente no coração das pessoas, mas o compromisso com a vida exige transcendência da própria subjetividade. Em tudo é preciso liberdade para que o homem seja engrandecido. Por essa razão, afirmamos que é possível negar a capacidade de gerar, mas não podemos negar a vida gerada. Antes da paternidade há a possibilidade de não concretizá-la, mas depois da prole a liberdade torna-se mais exigente e reclama comprometimento com as opções feitas. Sem a responsabilidade a liberdade fica submersa, a pessoa violada em sua própria alma, a inocência maculada pelo abandono e Deus

“aprisionado” na sombra de nosso próprio orgulho. Podemos dizer que o pai só é livre plenamente quando assume a carne da própria carne, o sangue do próprio sangue com absoluta responsabilidade a partir do amor incondicional, renunciando os interesses pessoais em função do filho. Não há maior amor do que dar a própria vida pelos amigos.³²⁸ Pensando na família, Jesus é a referência principal de doação da própria vida, pois foi Ele a referência de José.

Deus pede aos pais que amem seus filhos como extensão da própria vida. Na prática, é preciso amar o próximo - o filho é o mais próximo do pai - como Ele nos amou.³²⁹ Deus nunca irá nos deixar órfãos.³³⁰ Por que ainda existe o abandono? Do ponto de vista legal, não é permitido abandonar – até mesmo os planos dos homens, que são inferiores ao de Deus, protegem a vida.³³¹ Deus é o criador do próprio homem e Senhor absoluto da capacidade de criar que o homem possui e por essa razão a Lei de Deus tem precedência e nunca sacrificará a vida.³³² Por isso: “Temer o Senhor: eis a sabedoria! Afastar-se do mal: eis a inteligência!” (*Jó* 28,28).

3.2.2 Humildade e alteridade

Percebemos que a paternidade implica construção e inclui a vida biológica, mas não de modo exclusivo, uma vez que o pai adotivo carrega os direitos da paternidade tanto quanto o pai natural ou biológico. Pai, portanto, é essencialmente quem cuida e garante o desenvolvimento pleno do filho até que esse possa tomar suas próprias decisões. O pai não educa o filho para si, mas para o mundo a partir de princípios e valores importantes para o

³²⁸ “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos” (*Jo* 15,13).

³²⁹ Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei (*Jo* 15,12).

³³⁰ Não vos deixarei órfãos. Voltarei para vós (cf. *Jo* 14,18).

³³¹ A Constituição Federal de 1988 consagra, em seu artigo 226, a família como base da sociedade, merecedora de especial proteção do Estado. Esta tem origem na união entre homem e mulher, seja de modo formal, resultante de casamento, seja naturalmente. A união estável, aliás, é reconhecida constitucionalmente como entidade familiar (art. 226, § 3.º).

Os filhos são o resultado comum do relacionamento entre sexos opostos. Ao gerar sua prole, o homem sofre conseqüências no âmbito do direito. O nascimento de uma criança reflete uma série de obrigações para seus genitores. É dever constitucionalmente imposto aos pais o de assistir, criar e educar os filhos menores. In: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/18/05/1805/> Acesso: 9/11/2008 11:09:42

³³² No princípio Deus criou o céu e a terra. (...). Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou, macho e fêmea ele os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: “Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei e subjugai a terra! Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre tudo que vive e se move sobre a terra” (Cf. *Gn* 1,1;27-28).

desenvolvimento pleno da personalidade. Não há verdadeira paternidade quando se omite essa parte importante da paternidade: a educação. Essa, por sua vez, não é uma planilha acabada de mão única, uma vez que a mãe tem os mesmos direitos do pai de educar o filho. Como toda paternidade inclui, por extensão, a maternidade, numa vontade está implicada a outra. A paternidade não pode ser entendida como uma obrigação ao adulto, mas como dever e responsabilidade. Para além da genética, o filho precisa também de cultura na complexidade de sua história. Não se trata de um jogo impositivo ou competitivo no qual o filho se sobrepõe ao pai; pelo contrário, pois parte-se da escuta de propostas, de renúncias e de análises para que haja verdadeira sintonia na construção dos saberes entre ambos, de modo muito particular no ambiente familiar. É oportuno ter presente o estudo de Morin em relação aos saberes para a educação, hoje.³³³

Nesse sentido, a paternidade só pode ser assumida com responsabilidade se houver humildade, porque o filho não é exclusividade do pai e a mãe tem igual direito na educação. Outra consideração importante é que o pai não gera o filho para a realização do próprio desejo, mas para que o filho seja uma pessoa preparada para a vida. Propomos a humildade como principal virtude da paternidade pelo fato de haver a necessidade do “trabalho em rede”, ou seja, a educação a partir dos princípios da família que se abre para o diálogo social. Um pai não educa sozinho. A humildade não significa anulação de autoridade, mas complementação de sua grandeza. Ao acolher o princípio da humildade, o pai revela sua sabedoria e abre-se para as surpresas do futuro, para os “novos sinais dos tempos” sem esvaziar-se da beleza do amor, a “Pedra Angular” de sua autoridade paterna, que está na assimilação da Vontade do Pai, assim como fez José.³³⁴

A obediência foi perfeita nele, tanto que toda a sua santidade teve por base a obediência” (Spieg. Ristr., p. 60); (...) a obediência de São José nasce e é sustentada por “uma grande confiança para com o Pai” (const. 5), isto é, viveu “uma obediência pronta à sua vontade ... em espírito de fé” (Carisma VI). A confiança em Deus e o amor a Deus são o fundamento da obediência. Somente animada por este

³³³ Os Sete Saberes indispensáveis enunciados por Morin - As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; Os princípios do conhecimento pertinente; Ensinar a condição humana; Ensinar a identidade terrena; Enfrentar as incertezas; Ensinar a compreensão; e A ética do gênero humano – constituem eixos e, ao mesmo tempo, caminhos que se abrem a todos os que pensam e fazem educação, e que estão preocupados com o futuro das crianças e adolescentes. Cf. Jorge Werthein na Apresentação do livro. In. MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação*, p. 12.

³³⁴ A “Pedra Angular” (Mt 21,42), termo utilizado para designar a pessoa de Cristo, em nosso estudo é utilizado, também, como metáfora da paternidade, uma vez que ela é essencial. Nesse caso o pai terá autoridade sobre os filhos se deixar-se guiar pelo amor de Cristo. Esse amor é a Pedra Angular.

espírito ela será , como diz Murialdo, “perfeita e alegre (Episto. V, 2284), “generosa e cheia de boa vontade” (Epist. III, 1069).³³⁵

Por humildade entendemos também a busca de soluções sabiamente refletidas, capazes de elevar a formação integral do filho em cada passo dado no contexto da família.³³⁶ A partir da humildade o pai vai ao encontro das necessidades do filho. José viveu a paternidade de maneira humilde como recorda o art. 5 das Constituições da Congregação de São José: “São José, na humildade e na oferta total de si mesmo (caridade), educou o Filho de Deus e cuidou dele [...]”.³³⁷

Tendo José como modelo, o pai não pode preocupar-se apenas com o aspecto econômico, mas zelar pelo filho em todas as instâncias, cultivando a sensibilidade e percebendo, por exemplo, quantas vezes chora durante a noite e, quando adolescente: quais músicas aprecia, qual o “time do coração”, como está o desempenho escolar. Ele deve observar os progressos pessoais e saber corrigir quando necessário. O pai, além de ser referência para o filho, é presença segura para a esposa. Por ser a coluna vertebral para o filho, o pai é aquele que se apresenta como referência, uma vez que o filho precisa dos dois genitores.

Nesse sentido, é preciso abrir mão de coisas pessoais em prol do filho, mas isso não significa que a vontade do filho deva ser colocada acima da autoridade de seus genitores. “Os pais precisam estar atentos à questão da convivência familiar. Devem observar que os filhos não exigem ação dos pais o tempo todo. Mas exigem, a cada tempo, um pouco. Por isso, vale a pena atender no momento em que o filho solicita”³³⁸. Não há como deixar a humildade apenas como um referencial piedoso ou opcional, porque sem a humildade a paternidade será um verdadeiro fracasso, reinando a imposição da voz única, o poder unilateral e a anulação da participação das partes mais fracas que não acolhem as suas premissas. O pai não é um herói imbatível, mas um homem acolhedor de um mundo desconhecido que espera solidariedade e participação. José é protótipo de humildade ao colocar-se inteiramente nas mãos de Deus sem contrariar a voz do anjo e os princípios de sua esposa (*Mt* 1,20-21). A fé, nesse aspecto, não pode ser desvinculada da humildade. Só há humildade convincente no contexto da paternidade no horizonte da fé, uma vez que os filhos são um dom precioso de Deus. Não é possível compreender a paternidade sem escutar o Sagrado (Deus), que proporciona a

³³⁵ FOSSATI, G. *O carisma Josefino*, p. 54.

³³⁶ CATAPANO, A. *Per amore di San Giuseppe*, p. 59.

³³⁷ FOSSATI, G. *Op. cit.*, p. 63.

³³⁸ TIBA, I. *Disciplina: limite na medida certa*, p.89.

possibilidade de gerar vida. Na humildade a paternidade torna-se mais engrandecida a partir da fé revestida de harmonia num ambiente familiar.

Absolutamente inegociável é o amor³³⁹ traduzido no princípio da alteridade. Ser pai é, essencialmente, voltar-se para o outro em sua fragilidade, que não é apenas mais um “outro”, mas seu próprio filho. Por essa razão, o pai deve apresentar-se a partir de uma motivação existencial como o primeiro responsável. O filho, no silêncio de sua história, tem direito nato de ser cuidado por seu pai. A responsabilidade de sua existência tem a participação direta de um homem que usou de sua liberdade para dar vida a um novo ser. O filho, na sua fragilidade, vai ao encontro de seus genitores com o impacto de sua vida. Não se trata apenas do olhar do filho, mas do seu ser como um todo e do crescimento que inevitavelmente vai acontecendo e exigindo a presença modeladora de seus pais. O núcleo da alteridade é a inclusão. O pai, ao invés do desejo da repulsa e do abandono, vai ao encontro do filho, mesmo quando ele parece não estar tão receptivo. Na vida do pai há um verdadeiro coroamento de responsabilidades das quais ele não deve se desvencilhar. José tem algumas características próprias da paternidade que servem de espelho, ainda hoje.

A característica de S. José é de ter feito de sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da encarnação e à missão redentora conjunta; de ter usado da autoridade legal, que lhe era concedida sobre a sagrada família, para lhe fazer dom de si, da vida, do trabalho, de ter transformado a sua humana vocação ao amor doméstico na sobre humana oblação de si, do seu coração de todas as suas capacidades, no amor colocado ao serviço do Messias nascido na sua casa (19 março 1966).³⁴⁰

Nessa reflexão, no pai não há mais a solidão, mas a comunhão de um amor verdadeiro e pleno que precisa ser partilhado com sua esposa. A paternidade e a alteridade estão absolutamente sintonizadas. A ausência do pai será um eterno vazio na história do filho e os presentes e as mesadas não irão jamais preencher a vida do filho, que precisa, mais que tudo, de afeto e acompanhamento personalizado.

³³⁹ Bento XVI na Encíclica “*Deus Caritas Est*” nos diz que “o olhar fixo no lado trespassado de Cristo, de que fala João (cf. 19,37), compreende o que serviu de ponto de partida a esta Carta Encíclica: “Deus é amor” (*I Jo* 4,8). É lá que esta verdade pode ser contemplada. Cf. n. 12.

³⁴⁰ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 59.

3.3 PATERNIDADE RESPONSÁVEL: UM DISCURSO DE INCLUSÃO

Nosso estudo privilegiou a paternidade de José, que representa o discurso da unidade em sua grandeza histórica por se apresentar como instância propulsora de comprometimento pleno, em meio à diversidade. A sua vida humilde e simples carregava o germe da mais sublime de todas as missões: cuidar do Filho de Deus. É importante destacar o modo como esse filho deveria ser cuidado. Deus não se apresenta de forma diferente das outras crianças, portanto, deveria ser amado e cuidado como todas as crianças o são. A divindade do menino não impediu a educação de José, tampouco a dispensou.

José, o justo, era carpinteiro e não entendeu o que acontecera a Maria. Contudo, sonhou que um anjo lhe dissera para cuidar do filho de Maria e, mesmo sem entender tudo, mas confiando em Deus, assumiu e cuidou do menino, acolhendo-o como filho.³⁴¹

Em sua dinâmica existencial percebe-se claramente o “discurso de inclusão” na paternidade de José. A liberdade de José, pelo fato de estar condicionada pela obediência a Deus, o que em si não é negativo, é o mais perfeito discurso de inclusão. José inclui em sua vida a sua esposa com o Projeto que Deus a ela reservou, o Filho de Deus, as exigências próprias da paternidade, a dimensão específica do trabalho, a questão religiosa em todas as suas fases: apresentação no templo, circuncisão, ida ao templo na Páscoa, as orações própria dos judeus e outras práticas. José, para salvar a sua vida, mas principalmente a vida de seu Filho, inclui as terras estrangeiras em seu caminho, torna-se migrante, acolhe os pastores e aceita os presentes dos magos. Quando a presença do outro é para salvar a vida, José abre as portas de sua casa e de sua família, quando é para destruí-la, José não só exclui a possibilidade da visita (Herodes também queria visitar o menino, porém, com a intenção de matá-lo), mas busca refúgio no Egito para proteger a vida do Filho.

Em virtude da realidade da inclusão, José se torna, verdadeiramente, protótipo de pai. No caso de José, a inclusão de um único paradigma lhe deu suporte para amparar todos os outros. Esse paradigma é Sagrado, porque se desdobra em alteridade, justiça, humildade, caridade e misericórdia: na *alteridade* abre-se ao outro, elevando-o; na *justiça*, considera o

³⁴¹ BRUSTOLIN, L. A. *A fé cristã para catequistas: conteúdo e sugestões práticas*, p.50

outro como ser humano que precisa ser compreendido, sem que haja convivência com suas atitudes distorcidas; na *humildade*, por não impor suas premissas, mas por acolher o outro como ele é, ajudando-o no discernimento de sua própria história; na *caridade*, por abaixar-se sempre para que o outro possa ser erguido; na *misericórdia*, por nunca abandonar o outro.³⁴²

Sempre há mais uma chance, até ao infinito. Ao acolher o Sagrado que veio ao seu encontro através do anjo, José acolhe tudo aquilo que lhe é próprio. Nos dias de hoje o anjo, o mensageiro de Deus, se torna presente até mesmo em nossa própria humanidade, desde que se queira ser um mediador a partir da Revelação, uma vez que Deus fala também através de nossa existência.

Na mobilidade humana³⁴³ observa-se pais e mães que foram filhos órfãos, e que agora tornaram-se a sobra do sistema hegemônico, especialmente quando se decidem a partir para viverem em terras estrangeiras. No mesmo cenário, podemos ver a família em situação de angústia e insegurança num mundo além-fronteiras. Nesse sentido, “são muitas as razões que desencadeiam sentimentos de exclusão nos migrantes. Mas, geralmente, o pivô é a ideologia do discurso da elite hegemônica que desperta sentimentos xenofóbicos”.³⁴⁴

Nesse ambiente, a família enfrenta situações de extrema vulnerabilidade, mas precisa seguir em frente, porque deixou para trás rastros de vida que não podem ser assumidos por falta de condições mínimas de trabalho no lugar de origem. Essa situação vivenciada por tantas famílias migrantes leva-nos a pensar sobre a mobilidade humana involuntária que se impõe como alternativa à sobrevivência. “Quando o migrante é forçado a partir de uma cidade a outra, de um país a outro, está sendo-lhe negado o direito de escolher livremente onde quer

³⁴² O paradigma a respeito de José se deduz do texto bíblico, de modo especial Mt 1,19.

³⁴³ O mundo nunca teve tanta gente morando fora do país de origem. A ONU (Organização das Nações Unidas) avalia que existem atualmente 160 milhões de migrantes (fala-se em até 200 milhões), pessoas vivendo fora do seu país pelas mais variadas razões - da mudança temporária por exigência do trabalho à tentativa de uma vida melhor no exterior fugindo de guerras. Esse movimento só é comparável à grande onda migratória do início do século 20. Os especialistas calculam que naquela época cerca de 50 milhões de pessoas, a grande maioria europeus, deixaram o continente em direção ao novo mundo, como eram chamados na época as Américas e a Oceania. Essa primeira grande onda migratória da história levou milhões de britânicos e irlandeses aos Estados Unidos e Canadá. O Brasil e a Argentina receberam milhões de italianos, espanhóis e portugueses. Se naquela época a movimentação era da Europa para as Américas, hoje é principalmente da América Latina, Ásia, África e Leste Europeu para os Estados Unidos, Canadá e Europa. Os Estados Unidos continuam recebendo cerca de 1 milhão de imigrantes por ano, o mesmo número de um século atrás. Somente na última década, o número de imigrantes nos Estados Unidos aumentou de 20 para 28 milhões de pessoas, o equivalente a 10% da população americana. O impressionante é que esse número recorde de migrações ocorre num momento em que nunca houve tantas restrições para a entrada de estrangeiros nos países desenvolvidos. BBC-BRASIL, *Os migrantes de hoje*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/migrantes/migrantes.shtml>. Acessado em: 19/11/2008.

³⁴⁴ SCARIOT, E. *Esteretipos da migração produzidos pelo discurso da mídia impressa nacional*, p.15.

instalar-se. Perde também o direito de estruturar sua identidade de acordo com vivências e histórias próprias”.³⁴⁵

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA -, artigo 4º, “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.³⁴⁶ Nesse sentido, não há paternidade que se justifique se lhe faltar a inclusão.

Entendemos que o filho é diferente do pai, é “outro ser” que lhe vem ao encontro para ser amado, protegido, cuidado e educado. Enquanto não for incluído na vida do pai, e isso deveria acontecer antes do nascimento, o filho terá as garantias de sobrevivência comprometidas. O filho é o outro que se apresenta sem poder fazer escolhas. O primeiro a lhe imprimir as orientações básicas do mundo que o aguarda, sem ferir os passos da infância e da juventude, é o pai. Esse, por sua vez, não pode incluir o filho sem a mãe, uma vez que a mãe é parte do filho, assim como o pai. A inclusão, portanto, implica a presença dos três: pai, mãe e filho. O filho espera ser acolhido pelo pai que, por sua vez, o apresenta à sociedade a partir do núcleo da família.

O drama em muitos atos desenrola níveis e modos: o filho não é só a transcendência da relação mesma homem-mulher e da sua fecundidade e bondade primeiras: haveria na relação homem-mulher a ameaça de permanecer no egoísmo a dois e a ameaça de inversão de relação erótica em prazer e narcisismo, em solidão e incapacidade de bondade. Mas a bondade é assegurada quando se engendra bondade. O filho é “bondade da bondade”, capaz por sua vez de gerar alteridade, ou seja, bondade.³⁴⁷

Considerando o que representa um filho, entendemos que necessita ser acolhido pelos pais, visto que pai e mãe não são mais “dois”, mas “uma só carne”. Isso é importante para que o filho seja incluído na família de forma equilibrada e segura. Mais uma vez retornamos a José que é exemplo perfeito de inclusão na condição de pai. Jesus era Filho de Deus e precisou ser incluído em uma família e ser reconhecido por todos como pertencente a essa

³⁴⁵ Ibidem, p. 6.

³⁴⁶ O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é uma consequência natural da Constituição Federal de 1988 que, em seu art. 227, *caput*, vinculou a legislação ordinária à concepção da “proteção integral”. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

³⁴⁷ SUSIN, L.C. *O homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Levinas*, p. 188.

família para não ter seus direitos ameaçados. José adquiriu singular importância pelo fato de ter sido escolhido por Deus para ser pai do seu Filho.

Jesus era considerado *filius fabri* (Mat.13,55), - o filho do carpinteiro; e o carpinteiro era José. Jesus, o Cristo quis assumir sua qualificação humana e social deste operário.... Mas tem mais: a missão que José exercita na descrição evangélica é uma missão ao lado, aliás, sobre Jesus: ele era *tido por todos como pai de Jesus* (Lc 3,23), será *o seu protegido e seu defensor* (19 março 1964).³⁴⁸

Sem a inclusão é impossível a possibilidade de uma paternidade bem sucedida que, por sua vez, está diretamente relacionada com o amor conjugal. Esses critérios, segundo a *Gaudium et Spes*, devem respeitar “o sentido integral da doação mútua e da procriação humana no contexto do verdadeiro amor” (n. 51). Em Flórez temos uma chave cristã para entender um pouco mais a paternidade: “Tudo isso é impossível se a virtude conjugal não for cultivada com sinceridade”.³⁴⁹ Em muitos casos, a família ideal fiel ao primeiro e único casamento até que a morte os separe, encontra desafios, barreiras e dificuldades para sobreviver.³⁵⁰ Mesmo sem a família ideal não se pode excluir a dimensão da paternidade bem sucedida.

Acreditamos que a paternidade responsável passa pela família.³⁵¹ A referência paterna é daquele que cuida, ainda que a dimensão biológica não possa ser negada. Entre a paternidade biológica e a de criação, dois elementos devem ser levados em conta: a herança genética e a herança cultural. O pai biológico deve ter a consciência de que seu filho poderá ter outras características bem diferentes daquelas que projetou. A cultura de seu tempo, na maioria das vezes, não é a mesma do seu filho.

Entendemos que a paternidade como inclusão deve ser compreendida como processo, no qual o pai está ciente de que em sua vida existe a presença de um novo ser que não pode

³⁴⁸ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 50.

³⁴⁹ FLÓREZ, G. *Matrimônio e família*, p.302.

³⁵⁰ Entende-se por casamento ideal aquele que acolhe a lei de Deus. “O matrimônio e o amor conjugal – diz o concílio – por sua própria índole se ordenam à procriação e educação dos filhos” (GS 50). A doutrina clássica sobre os fins do matrimônio fica corrigida com essa frase, que coloca o amor como motivo da procriação. Segundo o concílio, “os cônjuges sabem que no ofício de transmitir a vida e de educar – o qual deve ser considerado como missão deles próprios – são cooperadores do amor de Deus Criador e como que seus intérpretes”. In. FLÓREZ, Gonzalo. *Matrimônio e família*, p.302.

³⁵¹ “O mau pai presente é mais prejudicial que o ausente”. Na opinião de Tiba “se a presença paterna fosse absolutamente indispensável, todas as famílias sem pai formariam delinquentes – e isto não é verdadeiro”. In. TIBA, I. *Quem ama educa*, p. 223. Por outro lado, alguém terá que fazer às vezes de pai. A paternidade não se restringe à presença do pai em casa. O pai pode estar, mas a paternidade pode estar ausente, especialmente quando o exercício da paternidade é omitido.

mais ser esquecido e ignorado. É uma inclusão natural, direta, imediata, exigente e transformadora. O pai não pode mais viver apenas para si, pois tem uma vida para cuidar. Também não pode deixar todas as responsabilidades apenas para a sua esposa ou fugir daquilo que lhe é próprio. Atitudes como essas são, verdadeiramente, o carimbo da vergonha, a diminuição de sua própria grandeza enquanto ser humano e o atestado de irresponsabilidade diante das escolhas feitas. Em nossos dias, abrimos as portas para a discussão sobre a paternidade em tempos de crise mundial nas famílias. Muitas pessoas querem viver na sua redoma ignorando a própria história. Fala-se até de “Famílias unipessoais”.

Morar sozinho é uma tendência mundial. Somente na cidade de São Paulo há 318 mil famílias unipessoais, sendo 42% do sexo masculino e 58% do feminino, compondo 10,7% dos lares existentes. Mapeados pelo IBGE no Censo 2000. Em todo Brasil mais de 4 milhões de pessoas vivem sós. Nessa lista São Paulo está em oitavo lugar. Porto Alegre vem em primeiro, com 17,2% e, em seguida Rio de Janeiro (13,%), Florianópolis (12,9%) e Salvador (10,8%). Na comparação com duas cidades dos Estados Unidos, lá esse percentual é ainda maior: Washington (39,5%) e Nova York (27,2%).³⁵²

Observamos que a paternidade exige renúncia de projetos pessoais para que os projetos daqueles que ainda não têm nada elaborado sejam postos em evidência. Tudo indica que esse estilo não é o mais recomendado e a tendência da sociedade atual nem sempre é a mais favorável para o desenvolvimento e crescimento integral de forma equilibrada e saudável a partir da convivência com outras pessoas.

3.3.1 A formação da personalidade: compromisso paterno

Estudos revelam que a verdadeira paternidade consiste na formação da personalidade do filho. Jung afirma, citando Goeth, “que a maior dita dos filhos da terra seja somente a personalidade”.³⁵³ O mais forte dos desejos, para Jung, consiste no desenvolvimento da totalidade do ser humano o qual chamamos *personalidade*. Nesse aspecto, o autor

³⁵² TIBA, I. *Quem ama, educa*, p.210-211.

³⁵³ WEST-ÖSTLICHER. *Divan*, Buch Suleika (O Divã ocidental-oriental, livro Zuleica). In. JUNG, C. G. *O desenvolvimento da personalidade*, p. 173.

compreende que não será possível a realização desse ideal no homem coletivizado ou normal. Os grandes feitos libertadores da história “sempre partiram de personalidades dotadas de liderança e jamais da grande massa inerte e sempre secundária, que para o mínimo movimento necessita sempre de um demagogo”.³⁵⁴ Porém, a preocupação de Jung não se volta apenas para a formação de algumas personalidades, mas à formação de todas as pessoas para que tenham personalidade. Ao refletir sobre a educação, não afirma que deva ser exclusivamente para a criança, mas especialmente para os adultos.

Se alguém quer educar, que primeiro seja educado. O que ainda hoje se pratica em relação ao método de decorar e ao emprego mecânico de outros métodos, não é educação de forma alguma, nem para a criança nem para o próprio educador. Fala-se continuamente que a criança deve ser educada para adquirir uma personalidade.³⁵⁵

Lembremos que José tem caracterizado toda a sua missão na formação da personalidade de seu filho Jesus. Antes de exigir, dava-lhe o exemplo. Para Jung, todo o problema educacional tem orientação falha: vê apenas a criança como aquela que merece ser educada e se esquece da carência que o educador adulto possui.

Fala-se da criança, mas dever-se-ia falar da criança que existe no adulto. No adulto está oculta uma criança, uma criança eterna, algo ainda está oculto e que jamais estará terminado, algo que precisará de cuidado permanente, de atenção e de educação. Esta é a parte da personalidade humana que deveria desenvolver-se até alcançar a totalidade.³⁵⁶

Jung insiste na formação da personalidade como um processo gradativo que vai se dando ao longo da vida. “A personalidade já existe em germe na criança, mas só se desenvolverá aos poucos por meio da vida e no decurso da vida. Sem *determinação, inteireza e maturidade* não há personalidade”.³⁵⁷ Jesus, por exemplo, não estava pronto para a sua missão. Precisou ser educado a partir de sua família. Sua determinação, inteireza e maturidade foram sendo construídas paulatinamente. Esse processo se dá através da transferência, porque “ninguém pode educar para a personalidade se não tiver personalidade. E não é a criança, mas sim o adulto quem pode atingir a personalidade como o fruto amadurecido pelo esforço da

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ Ibidem, p.174.

³⁵⁶ Ibidem, p. 175.

³⁵⁷ Ibidem, p. 176.

vida orientada para esse fim”.³⁵⁸ Freire também está em sintonia com esse pensamento ao dizer que “educar é substantivamente formar”.³⁵⁹ Sob o ângulo da paternidade, José não formou Jesus apenas para o trabalho ou para o templo, mas para a vida. Nesse sentido, a personalidade é, de fato, o que não se pode omitir no contexto da formação. Jung continua sua reflexão enfatizando que “a personalidade se desenvolve no decorrer da vida, a partir de germes, cuja interpretação é difícil ou até impossível; somente pela nossa ação é que se torna manifesto quem somos de verdade”.³⁶⁰ Em Freire entendemos que ensinar exige comprometimento. Ainda que o discurso do autor nesse contexto seja de professor-aluno, proponho essa mesma atitude para pai-filho e todos aqueles que estão na condição de educadores, em certo sentido.

Não posso ser professor (pai) sem me pôr diante dos alunos (filhos), sem revelar com facilidade ou relutância minha maneira de ser, de pensar politicamente. Não posso escapar à apreciação dos alunos (filhos). E a maneira como eles me percebem tem importância capital para o meu desempenho. Daí, então, que uma de minhas preocupações centrais deve ser a de procurar a aproximação cada vez maior entre o que digo e o que faço, entre o que pareço ser e o que realmente estou sendo.³⁶¹

Entre a “*Pedagogia da Autonomia*” de Freire e o “*Desenvolvimento da Personalidade*” de Jung há uma estreita sintonia a respeito da formação. Ainda que o processo final esteja inacabado, ambos concordam na gradualidade da formação e na necessidade do formador também ser um formando. A educação, portanto, é um processo que forma o indivíduo para além do individualismo, uma vez que o “individualismo nunca foi um desenvolvimento natural, mas sim uma usurpação contrária à natureza, uma atitude inadequada e impertinente, que muitas vezes se revela oca e sem consistência, por desabar à primeira dificuldade encontrada”.³⁶² Nesse sentido, Susin faz uma afirmação contundente a respeito do rompimento do individualismo quando aponta, a partir de Levinás, a visita do outro considerado o mais frágil dos humanos, ao apresentar a *quatríade bíblica*: o pobre, o órfão, a viúva e o estrangeiro.

³⁵⁸ Ibidem, p.177.

³⁵⁹ FREIRE, P. *pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p. 33.

³⁶⁰ JUNG, C.G. *O desenvolvimento da personalidade*, p. 177.

³⁶¹ FREIRE, P. *Op. cit.*, p.96.

³⁶² JUNG, C. G. *Op. cit.*, p.178.

O pobre, o órfão, a viúva e o estrangeiro que não sou eu: não tem alimentos – nem pão, nem música, nem flores – não têm vestuário – nem roupas, nem títulos, nem funções sociais – não têm habitação e nem porta para separar a própria intimidade. Sem gozo do mundo e sem felicidade, com necessidades sem poder satisfazê-las, estão ameaçados de morte na própria corporeidade e na própria interioridade. O corpo nu – de nudez real porque não bela, transida por necessidade não satisfeitas – está votado ao frio e à fome de modo irrecuperável. A interioridade está votada à vergonha e ao “estar-jogado” sem projeto e sem possibilidades. Órfãos, sem o Eros paterno, cortado de seu passado “pessoal”, sem eleição e por isso sem bênção e sem unicidade, jogado como um elemento indiferente do mundo. Viúva sem poder oferecer sua intimidade a alguém, sem ventre fecundo e sem futuro ou então com o próprio futuro – os filhos – condenados pela falta de economia e de pão: viúva seria a imagem mais real do proletário. Estrangeiro sem um lugar próprio, sem uma pedra onde repousar a cabeça, sem uma pátria à qual se integrar, sem uma paisagem familiar, sem a correlação eu-mundo, um errante no mundo que não é o seu, o homem do deserto.³⁶³

Na reflexão de Susin temos um retrato da situação de pessoas que tiveram suas personalidades mutiladas pelo advento do abandono, sem exercer a pedagogia da autonomia. Aqui trazemos Jung que desafia a pensar a respeito da personalidade que não poderá se desenvolver se a pessoa não for livre para fazer suas próprias escolhas, uma vez que “de maneira consciente e por uma decisão consciente e moral (...) somente será possível que alguém se decida por seu próprio caminho, se esse caminho for considerado o melhor”.³⁶⁴ Em relação aos filhos, Freire convida a olhar mais além:

O que me interessa não é que meus filhos e minhas filhas nos imitem como pai e mãe, mas, refletindo sobre nossas marcas, dêem sentido à sua presença no mundo. Testemunhar-lhes a coerência entre o que prego e o que faço, entre o sonho de que falo e a minha prática, entre a fé que professo e as ações em que me envolvo é a maneira autêntica de, educando-me com eles e com elas, educá-los numa perspectiva ética e democrática.³⁶⁵

Isso implica, necessariamente, a reflexão que Jung propõe. “Personalidade verdadeira sempre supõe designação³⁶⁶ e nela acredita, nela deposita *pístis* (confiança) como em Deus, mesmo que na opinião do homem comum seja apenas um sentimento pessoal de designação”.³⁶⁷ Segundo Jung, “um dos exemplos mais brilhantes da vida e do sentido de uma

³⁶³ SUSIN, L.C. *O homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Levinás*, p.201.

³⁶⁴ JUNG, C. G. *Op. cit.*, p.179. – grifo do autor.

³⁶⁵ FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, p. 38.

³⁶⁶ “Entenda, pois, o leitor, a palavra *designação* quase como uma *vocação* feita pela voz que provém do interior da pessoa. In: JUNG, C. G. *Op. cit.*, p.182.

³⁶⁷ *Ibidem*. p.181.

personalidade, como a história no-lo conservou, constitui a vida de Cristo”.³⁶⁸ O autor aprofunda a reflexão ressaltando que

a história da tentação mostra-nos claramente com que poder psíquico Jesus colidiu: o demônio do poder, existente na psicologia de seus contemporâneos, que no deserto o levou a uma grave tentação. Esse demônio era o psiquismo objetivo, que prendia em sua esfera de ação todos os povos do império romano; por isso podia o tentador prometer a Jesus todos os reinos da Terra, como se quisesse fazer dele um César. Seguindo a voz interior, sua designação e vocação, Jesus se expôs de livre vontade ao ataque da presunção imperialista, que a todos inflava – vencedor e vencido.³⁶⁹

Jung posiciona-se abertamente em favor do cristianismo ao dizer que o exemplo do cristianismo certamente ilustra suas exposições abstratas. Essa vida singular (de Cristo) se tornou um símbolo santificado, por ser o protótipo psicológico da única vida plena de sentido de modo absoluto e incondicionado.³⁷⁰ O autor entende que o conteúdo da personalidade de uma pessoa corresponde à “voz interior” e significa *designações* do destino; se forem aceitos pela consciência, favorecerão no desenvolvimento da personalidade, que está diretamente vinculada ao aumento da consciência.³⁷¹ Freire reflete sobre a liberdade que amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado. Em relação à liberdade do adolescente, é indispensável que os pais tomem parte das discussões com os filhos em torno do amanhã.³⁷² Corajosamente Freire revela que jamais teve medo de apostar na liberdade, na seriedade, na amorosidade, na solidariedade, na luta em favor dos oprimidos. Jamais receou ser criticado pela própria mulher, pelos filhos, assim como pelos alunos com quem trabalhou ao longo dos anos, pelo fato de ter apostado demasiado na liberdade, na esperança, na palavra do outro, na sua vontade de erguer-se ou reerguer-se ou por ter sido mais ingênuo do que crítico.³⁷³

O Documento de Aparecida nos fala da responsabilidade do homem e pai de família e amplia os horizontes de Freire ao afirmar que

³⁶⁸ Ibidem, p.186.

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem, 190.

³⁷² FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*, p. 106.

³⁷³ Ibidem, p. 108.

o homem, a partir de sua especificidade, é chamado pelo Deus da vida a ocupar lugar original e necessário na construção da sociedade, na geração da cultura e na realização da história. Profundamente motivado pela realidade do amor que tem sua fonte em Jesus Cristo, o homem se sente fortemente convidado a formar uma família. Aí, na essencial disposição de reciprocidade e complementaridade, vivem e valorizam, para a plenitude de sua vida, a ativa e insubstituível riqueza da contribuição da mulher, que lhes permite reconhecer mais nitidamente sua própria identidade (DAp. 459).

Concluimos a nossa reflexão sobre a paternidade responsável destacando três características que influenciaram sobrejamente a vida de José, o pai de Jesus, e não podem ser omitidas na paternidade, hoje, como a fé, a esperança e a caridade. Bento XVI nos diz que elas caminham juntas.

A esperança manifesta-se praticamente nas virtudes da paciência, que não esmorece no bem nem mesmo diante de um aparente insucesso, e da humildade, que aceita o mistério de Deus e confia n'Ele mesmo na escuridão. A fé mostra-nos o Deus que entregou seu Filho por nós e assim gera em nós a certeza vitoriosa de que isto é mesmo verdade: Deus é amor! (*Deus Caritas Est*, n. 39).

José na condição de pai de Jesus contribuiu na formação da personalidade de Jesus Cristo e na pedagogia da autonomia. Jesus foi marcado pela educação de seus pais sendo protótipo para todas as pessoas de todos os tempos. A humanidade de Jesus e sua formação tiveram a contribuição de seus pais e do meio onde viveu. José foi um pai responsável a partir do contexto familiar. Em Jesus podemos contemplar o rosto de José do ponto de vista humano e toda a sua personalidade.

3.3.2 A dimensão pastoral da paternidade à luz de José

Com base no Evangelho percebemos que José foi um homem de ação. Percebemos isso ao analisarmos os verbos que sugerem ação e movimento no capítulo 1 do evangelho escrito por Mateus. Ao citar a passagem bíblica enfatizamos os verbos que sugerem movimento e ação.

José “**Fez** conforme o Anjo do Senhor havia mandado, **tomou** consigo a sua esposa... **deu-Lhe** o nome de Jesus”. “**Levantou-se** de noite, **tomou** consigo o menino e a sua mãe e **partiu** para o Egito. **Ficou** lá até a morte de Herodes... José **levantou-se**, **pegou** o Menino e sua Mãe e **voltou** para a terra de Israel. Mas quando **soube**... **teve medo** de ir para lá...**partiu** para a região da Galiléia e **foi morar** numa cidade” (*Mt 1-2*).³⁷⁴

Para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo é preciso revestir-se da coragem de José em sua realidade de outrora. Por causa dos princípios da fé e da obediência a Deus o “homem justo”, José, conseguiu manter unida e feliz a família de Nazaré. Quando Deus não é ouvido, a família sofre em sua estrutura, em sua essência, porque os planos pessoais se sobrepõem aos coletivos. E família é, primordialmente, um “Projeto Coletivo” sem anular a individualidade dos componentes.

Observamos nas famílias dificuldades de ordem afetiva, espiritual, mas também econômica. A ênfase não está no “ter ou não ter”, mas na partilha, sem esquecer a autoridade. “O princípio da autoridade na família surge também como uma necessidade de unidade e coesão da própria família, um instrumento que serve para superar as discórdias entre seus membros e para que todos assumam nela os deveres e tarefas que lhes correspondem”.³⁷⁵ Inevitavelmente, a mentalidade capitalista do mundo atual transfere-se para o cenário da família e cada um passa a impressão de ser dono de seu próprio universo. Quando o “eu” se torna o centro da história a família fica esfacelada.

Nesse panorama, a sustentabilidade não é um projeto pessoal, mas uma característica da família que clama por princípios éticos. Nessa lógica, cuidar do filho com ética, sem perder de vista a questão econômica, é cuidar de sua própria grandeza humana, sem suprimir os valores. A sustentabilidade, sabemos, exige renúncia, inserção social e extensão dos planos pessoais. O filho vem ao encontro do pai com seu olhar. O pai, por sua vez, pode dizer que seu filho é “o olhar *que o vê* e põe fim à *sua* solidão, inaugurando um novo reino [...] “O olhar é por si mesmo [...] o mistério de toda claridade, o segredo de toda abertura”.³⁷⁶ A partir “do olhar que me vê” compreendemos a alteridade.

³⁷⁴ Essa idéia foi uma sugestão do Pe. Miguel Piscopo (Superior Geral dos Oblatos de São José – 2008) na III Semana teológico-Pastoral de 2008, em Apucarana.

³⁷⁵ FLÓREZ, G. *Matrimônio e família*, p.55.

³⁷⁶ SUSIN, L. C. *O Homem messiânico: uma introdução ao pensamento de E. Levinás*, p. 206. (grifo nosso).

A entrada do outro na minha existência, em especial o outro que sofre, traz consigo uma interpelação. O outro que sofre entra na minha vida sem prévio aviso e me questiona antes que eu consiga reagir. O outro, ao introduzir-se sem prévio aviso e antecipando-se a minha liberdade, provoca uma interpelação à minha consciência. Uma vez que o outro está presente em mim, eu não posso mais fechar os olhos para ele. As circunstâncias do outro me afetam, me interpelam e principalmente me responsabilizam. *‘O rosto me interpela e se mostra entre a transcendência e a visibilidade’*.³⁷⁷

Com o endeusamento do eu, o aniquilamento do nós e a fuga de tudo aquilo que é institucional, o homem acaba se demitindo até de si mesmo. Mas isso é a ruptura daquilo que é próprio do humano, uma vez que ele é “essencialmente social”, como nos garante a *Gaudium et Spes*.³⁷⁸ Com o “amor-líquido” de nossa sociedade, como bem expressa Bauman, temos dificuldade de amar o próximo, mas ainda é possível a ruptura.

A invocação de “amar o próximo como a si mesmo”, diz Freud (em *O mal-estar na civilização*), é um dos preceitos fundamentais da vida civilizada. É também o que mais contraria o tipo de razão que a civilização promove: a razão do interesse próprio e da busca da felicidade. O preceito fundador da civilização só pode ser aceito como algo que “faz sentido” e adotado e praticado se nos rendermos à exortação teológica *credere quia absurdum* – acredite porque é absurdo.³⁷⁹

Nesse cenário, temos a impressão que a sociedade está pulverizando a responsabilidade do pai na família e tornando a “paternidade líquida”. Mas seria isso possível? Nos valendo de uma metáfora popular afirmamos que a paternidade não é “sapato”, que você compra, usa e joga fora. Uma vez pai, pai para sempre. A maneira de marcar presença como pai, certamente, será diferenciada e uma sociedade longe do ideal da família nuclear querida por Deus, mas não será jamais anulada. Pensamos em um mundo capaz de olhar a partir de um projeto de vida responsável. Mundo sem pai é o protótipo de uma realidade que optou pela falência. No livro “O Beijo Gelado”, escrito em homenagem ao filho assassinado, Oderich afirma que a paternidade irresponsável é a grande tragédia brasileira porque o filho perde a referência de pai. É preciso estar presente na vida do filho com autoridade porque “a mera presença física omitindo-se da educação do filho, mormente,

³⁷⁷ RUIZ, C. *Emmanuel Levinás, Alteridade & Alteridades – questões da modernidade e a modernidade em questão*, p. 146.

³⁷⁸ “O homem é, com efeito, por sua natureza íntima, um ser social. Sem relações com os outros, não pode nem viver nem desenvolver seus dotes”. Cf. GS 12.

³⁷⁹ Cf. *O amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, p. 97. Sobre a passagem bíblica confira Mt 22,39 “Amarás o teu próximo como a ti mesmo.”

quando a omissão decorre de motivo fútil, do ponto de vista do filho, leva-o à procura desse afeto ausente, o “pai químico” – o entorpecente”.³⁸⁰ Em sua obra Oderich afirma que o Doutor Dráuzio Varella em entrevista ao jornal o Globo, ao tecer comentários sobre a experiência que fez ao visitar a Casa de Detenção de São Paulo, constatou que “é difícil achar na cadeia um preso criado por pai e mãe. A maioria é fruto de lares desfeitos ou que nunca chegaram a existir. O número daqueles que têm muitos irmãos, dos que não conheceram o pai e dos que foram concebidos por mães solteiras, ainda adolescentes, é impressionante”.³⁸¹ Onde falta o pai, a família se esvaziou. A questão não é apenas a ausência física do pai na família, mas a anulação da paternidade. A mãe, em muitos casos, precisa educar os filhos sem a presença do esposo, por diversas razões, mas não sem a presença da paternidade.³⁸² Quando se anula a paternidade, anula-se uma referência de ser humano: o homem. A paternidade é específica do homem pela natureza que lhe é própria. A mãe tem a função da maternidade, o pai a da paternidade. Aquilo que um pai faz pode ser feito por outra pessoa, mas o ideal seria que o pai assumisse o seu papel. As conseqüências, muitas vezes negativas, na formação serão inevitáveis no futuro de uma pessoa sem pai.³⁸³ A partir disso, sugerimos abrir os horizontes para a pastoral porque “a pastoral dá o que pensar”, como afirma Brighenti. A paternidade responsável é possível num contexto familiar, porque é com base nessa realidade que podemos vislumbrar um novo amanhã para os filhos do nosso tempo.

Apoiado numa antropologia unitária, em uma concepção de salvação em comunidade e no reconhecimento da autonomia do temporal, o Concílio Vaticano II acenou para os três âmbitos de uma autêntica ação pastoral: o âmbito da pessoa, o âmbito da comunidade e o âmbito da sociedade. Não são três campos de ação autônomos e separados. Eles conformam o trinômio de uma única realidade, assumida pela encarnação do Verbo e transfigurada pela ressurreição.³⁸⁴

Nessa perspectiva, a paternidade responsável converge para a “antropologia unitária” e eleva o humano na amplitude relacional a partir do estreitamento entre Deus e o homem. O

³⁸⁰ ODERICH, L. F. *O beijo gelado: paternidade irresponsável: a tragédia brasileira*, p. 148.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 130.

³⁸² Não obstante esse triste retrato de nossa sociedade brasileira (e mundial) onde os casamentos diminuem e as separações avançam, continuamos acreditando no matrimônio por ser o fundamento da família. “A família tem seu fundamento na livre vontade dos cônjuges de se unirem em matrimônio, no respeito dos significados e dos valores próprios deste instituto, que não depende do homem, mas do próprio Deus”. DSI (Doutrina Social da Igreja), p.132.

³⁸³ Os Projetos Sociais atendidos pela EPESMEL confirmam nossa reflexão. Disponível em: http://www.epesmel.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=49&lang=pt. Acessado em: 17/11/2008.

³⁸⁴ BRIGHENTI, A. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*, p.172.

filho deve ser educado para o crescimento pessoal, a inserção na comunidade e o compromisso social. Brighenti garante que essas três dimensões foram assumidas pela encarnação do Verbo. Sendo que o Verbo no contexto familiar deixou-se orientar por José e Maria, a família por Deus escolhida, a porta de entrada do Verbo no mundo se deu através de seus pais. Maria colaborou, juntamente com José, em todas as dimensões. Contudo, não se pode negar que a questão social era exclusividade do pai. Como Maria sempre esteve com José, concluímos que as influências familiares tenham sido sempre de comum acordo. Nessa lógica, “a pastoral dá o que pensar”, principalmente, quando pensamos e olhamos para José como pai de Jesus.

Optamos em não propor caminhos diretos para a pastoral no contexto da paternidade por entendermos a pastoral como uma dimensão particular que deve ser pensada a partir da realidade específica de cada realidade cultural e social com suas preocupações peculiares. O nosso intuito foi apresentar as bases teológico-pastorais na linha dos princípios e não práticas pastorais. Toda atitude em favor da paternidade responsável já é, *per si*, uma prática pastoral. Por não haver um modelo ideal de pastoral nesse campo, deixamos para que cada qual faça seu próprio caminho tendo como base os preceitos evangélicos e as orientações do Magistério que foram propostos.

CONCLUSÃO

A paternidade pode ser compreendida a partir de uma frase do Evangelho que Jesus dirigiu aos apóstolos: “deixai vir a mim as criancinhas porque delas é o Reino dos céus” (Lc 18,17). Essas palavras ajudam a entender que o pai é aquele homem que não deixa o filho sair de seus braços sem que antes esteja preparado para enfrentar o mundo adulto. Quem não acolhe o próprio filho, como poderá acolher outras crianças? Se não somos capazes de acolher as crianças, tampouco poderemos nos tornar como uma delas, pois tornar-se como criança é amar como elas amam. Somos desafiados a entender “que José não somente viu Jesus, mas viveu com ele e com paterno afeto o abraçou e beijou e mais ainda o nutriu. Nas palavras de Pio IX “José não só viu, mas com Ele conviveu e com paterno afeto abraçou e beijou; e, além disso, nutriu cuidadosamente Aquele que o povo fiel comeria como pão descido dos céus para conseguir a vida eterna” (QP 2). Sem essa compreensão estaremos recusando o Reinado dos céus se ignorarmos os pequenos. A paternidade responsável, portanto, é a porta de entrada do Reinado dos céus. Não se trata da única porta, mas não pode ser ignorada.

João Paulo II, partindo do princípio de que não se pode conceber que uma missão assim importante não corresponda aos dons exigidos para desempenhar adequadamente, conclui que com a paterna autoridade sobre Jesus, Deus também concedeu a S. José o amor correspondente, aquele amor que tem sua origem no Pai, do qual vem toda paternidade no céu e na terra (*Ef.* 3,15) – (RC, n.8).

Em sintonia com alguns autores de nosso tempo que falam sobre o amor a partir da educação dos filhos, propomos o princípio da educação como resposta do amor.³⁸⁵ Quem ama jamais abandona, e quem não abandona tem o dever de amar. Educar não é a aplicação de uma frase de efeito na vida do aprendiz, mas presença constante e coerente, de forma diversa, com frases e gestos que a criança precisa adquirir para que a vida seja significativa na sociedade. A educação é um processo que se adquire, não é inato.³⁸⁶ Desta maneira, uma criança educada sem a presença e os princípios da paternidade poderá, certamente, carregar para sempre essa ausência em sua vida. Por isso, entendemos que a paternidade de José é

³⁸⁵ Cf. TIBA, I. *Quem ama, Educa!* 2002. Veja também do mesmo autor: “*Disciplina: limite na medida certa*” e “*Adolescentes: quem ama, Educa!*”!

³⁸⁶ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra.

exemplo para os pais que se dispõem a viver autenticamente a própria vocação. Sobre o relacionamento entre José e seu Filho Jesus, evidenciamos

que naquela circunstancia S. José deu a Jesus não a descendência, mas o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar, a educação humana (19 março 1964). São José é apresentado como o trabalhador que representa a pessoa humana, que Cristo mesmo escolheu para identificar sua posição social – *fabris filius* – filho do carpinteiro (*Mt*13, 55) 1º de maio 1965.³⁸⁷

Paternidade, por sua vez, não é um projeto pessoal, mas um projeto de família a partir do amor de Deus, porque “toda paternidade vem de Deus” (*Ef* 3,15). Por isso, destacamos que pai responsável é aquele que tem princípios, educa com retidão, é democrático nas decisões e atua com firmeza e autoridade quando necessário. Em se tratando de José, a paternidade torna-se referência por causa de sua fidelidade, prontidão, justiça, amor, doação e autenticidade. Vale ressaltar aqui o fato de José assumir de forma plena a paternidade de Jesus, mesmo que ele não tenha participação na geração da carne. Foi exatamente essa atitude que fez de José um pai autêntico com todos os direitos de um pai.

Embora os evangelistas declarem expressamente que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo (*Mt* 1, 18-25; *Lc*. 1,35), ou melhor por ter posto esta verdade fora de discussão, não duvidam de chamar José de ‘Pai’ de Jesus (*Lc* 2. 27.33.41.43.48), conseqüentemente José tem o direito de pôr o nome ao menino (*Mt* 2,13s. 19ss; *Lc* 2,51); Jesus é tido como filho de José (*Lc* 3,23; 4,22; *Mt* 13,55; *Jo* 6,42).

Enfatizamos o fato de José ter sido esposo de Maria, pai de Jesus e homem justo.³⁸⁸ Nesse sentido, eleva-se a grandeza da família, uma vez que Deus a escolheu para concretizar seu plano de amor a partir da encarnação do Verbo. José assume o Filho que Deus a ele confiou e tem a estima de todos por ser justo. O Documento de Aparecida apresenta características de José que se tornam verdadeiro horizonte para a espiritualidade Josefina ao afirmar que os

³⁸⁷ STRAMARE, T. *Gesù lo chiamo Padre*, p. 49.

³⁸⁸ Como já foi destacado, José foi esposo da Mãe de Deus. Esse matrimônio foi verdadeiro (*Mt* 1. 16.18-20.24; *Lc* 1.27; 2.5). Desta forma precisamos confirmar, segundo a Sagrada Escritura, que José é tido por todos como pai de Jesus: *Lc* 2,27.33.41.43.48; 3,23; *Mt* 13,55 e justo (*Mt* 1,19).

nossos povos nutrem carinho e especial devoção por José, esposo de Maria, homem justo, fiel e generoso, que sabe perder-se para se achar no mistério do Filho. São José, o silencioso mestre, fascina, atrai e ensina, não com palavras, mas com o resplandecente testemunho de suas virtudes e de sua firme simplicidade (DAp. 274).

Acreditamos que a missão de José foi plenamente cumprida por causa de sua fé. José sabia de sua pequenez e tinha medo de não ser digno diante do Mistério, mas foi consolado pelo próprio Deus através do anjo. Diante dos desafios que a família apresenta hoje é preciso, acima de tudo, confiar na graça de Deus, sem omitir-se, mantendo viva a chama da fé e da esperança que faz crer que

a família é uma escola. Desde o útero a família exerce a função educativa, cultural, humanizadora. Pai e mãe são pontos de referência educacional e a criança aprende imitando. Crianças e jovens sem família ou com família desestruturada sofrem na escola, na catequese, no trabalho e fazem os outros sofrer. A família é indispensável para a serenidade da pessoa, para a organização social e para o bem comum. Enquanto escola de valores, de fé e amor, a família é um “segundo útero”.³⁸⁹

Deus não toma o lugar do homem para fazer o trabalho que lhe é próprio. A maneira de Deus ajudar está presente no próprio dom da vida que só Ele pode conceder a seus filhos. A paternidade nos ensina a amar a plenitude da vida a partir de Deus. O pai só é pai por causa de Deus, porque como diz Jesus: “Sem mim nada podeis fazer” (*Jo 15,5*). José, ao servir prontamente a vontade de Deus deposita sua confiança no Pai e assume incondicionalmente o Projeto da família proposto por Deus para uma missão única de interesse universal que mudaria para sempre o olhar do homem sobre Deus.

³⁸⁹ BRANDS, O. *Por uma cultura da família*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=3>. Acessado em: 19/11/2008.

Reffo³⁹⁰, diz que José é o nosso modelo de pai. A maior dita de José foi ser Pai de Jesus. Assim era chamado e exercia suas funções; não lhe deu a vida, mas trabalha como carpinteiro para conservar a vida do seu criador, defende-o nas perseguições de Herodes, salva-o indo de Belém ao Egito, na volta cuida dele durante 30 anos.³⁹¹ Quando fala da obediência de Jesus a José faz a seguinte observação: “Jesus não somente obedece, mas retribui a José todo o seu amor filial. Cumpre para com ele os deveres de filho e honra pai e mãe. Reconhece que José é [...] seu mestre; admira suas amáveis virtudes ... deixa que o abrace e o beije”.³⁹² Assim, o amor de Deus se tornou acessível, se humanizou e se deixou amar pelo homem sem perder a identidade. Em José toda a Sagrada Família ficou resguardada e na Sagrada Família a paternidade de José foi reverenciada.

³⁹⁰ Pe. Eugênio Reffo nasceu no dia 2 de janeiro de 1843 em Turim, Itália e foi Co-fundador da Congregação de São José com São Leonardo Murialdo no dia 19 de março de 1873. Grande devoto e divulgador de São José. Durante sua vida foi, também um renomado jornalista. Desde 19 de março de 1869 colaborou na edição de um jornal diário, editado por Margotti: “*L’unità cattolica*”. Este empenho assumido cada manhã, será fielmente cumprido durante 20 anos. Destaca-se também que durante 30 anos será redator e, em seguida, diretor semanal “*La voce dell’operaio*” que subsiste até agora como periódico da Arquidiocese de Turim com o nome “*La voce Del popolo*”. No mesmo ano, 1895, dá início à publicação “*Lettere Giuseppine*”, destinadas à Congregação de São José. Mais tarde esta publicação se chamará “*Vita Giuseppina*”, publicada ainda hoje. Após a canonização de Murialdo, em 1970, abriu-se o seu processo de beatificação. Concluída, em Turim, a fase diocesana, este processo se encontra, agora, em Roma com a Congregação das causas dos santos. Cf. In: Angelo Catapano, *Per amore de San Giuseppe*, p. 2.

³⁹¹ REFFO, E. *Monoscritti*, In ACG, vol IV, Roma 1990, p. 342. In: Angelo Catapano, *Per amore de San Giuseppe*, p. 20.

³⁹² REFFO, E. *Monoscritti*, In ACG, vol IV, Roma 1990, p. 268. Angelo Catapano, *Op. cit.*, p.20.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AQUINO, Santo Tomás de. *Summa Theológica* III^a, q.29 a.1. Trad. Alexandre Corrêa, organização e Rovílio Costa e Luis A. de Boni, introdução de Martin Grabmann, 2^o ed. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinds, Livraria Sulina Editora: Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. Vol. I.

BALLONE, G. J. *Gravidez na Adolescência*. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://gballone.sites.uol.com.br/infantil/adolesc3.html>> Acesso em: 10 de nov. de 2008.

BARTINA, Sebastian. *San José y el libelo de repudio (Mt 1,18-19)*. In. Estudios Josefinos 16 (1962) 19.

_____. *S. José en los vaticinios del Antigo Testamento*. In Aa. Vv., San Giuseppe nei primi quindici secoli della Chiesa, Roma, 1971, 31-52.

BAUM, William Wakefield. *Incarnationis Mysterium*. Roma, 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/jubilee_2000/docs/documents/hf_jp-ii_doc_30111998_bolla-jubilee_po.html> Acesso em: 19 de nov. de 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BBC-BRASIL, *Os migrantes de hoje*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/migrantes/migrantes.shtml>> Acesso em: 19 de nov. de 2008.

BENTO XV. Motu Proprio *Bonum sane*. Roma, 1920. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/motu_proprio/documents/hf_ben-xv_motu-proprio_19200725_bonum-sane_it.html> Acesso em: 19 de out. de 2008.

BENTO XV. Spiritus paraclitus. Roma, 1920. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_15091920_spiritus-paraclitus_it.html> Acesso em: 19 de out. de 2008.

BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas Est*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2005.

BERTOLIN, José Antônio. *São José: Imagem Terrestre da bondade de Deus*. Editora do autor. Curitiba: Colégio Pe. João Bagozzi, 2000.

_____. *São José, fiel vocacionado*. Editora do autor, Centro Josefino da Congregação dos Oblatos de São José, Curitiba, 1984.

- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- BÍBLIA TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia). São Paulo: Loyola, 1994.
- BOFF, Clodovis. *Mariologia Social: o significado da Virgem para a Sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BOFF, Leonardo. *São José: a personificação do Pai*. Campinas, Verus, 2005.
- _____. *À espera do pai*. Artigo do Correio Riograndense – Caxias do Sul, 12 de novembro de 2008, p. 6.
- BRANDES, Orlando. *Por uma cultura da família*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=93>> Acesso em: 30 de out. de 2008.
- BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BRUSTOLIN, Leomar Antônio. *A fé cristã para catequistas: conteúdo e sugestões práticas*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- _____. (org.). *Família: novos horizontes*. Porto Alegre: Edições EST, 2008.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 19 de nov. de 2008.
- CARRASCO, José Antonio. *San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa*. Roma, Edizioni Piemme, 1984.
- _____. *Orientações de los Estudios Bíblicos Modernos sobre Mt 1*, Estudios Josefinos: Revista Dirigida por Carmelitas Descalzos – Centro Español de investigaciones Josefinas, Julio – Diciembre, 1978, Valladolid, Año XXXII, n. 64. p.181-200.
- CARTER, Warren. *O evangelho de São Mateus: comentário sociopolítico e religioso a partir das margens*. Trad. Walter Lisboa. São Paulo: Paulus, 2002. Grande Comentário Bíblico.
- CATAPANO, Ângelo. *San Giuseppe “ottimo educatore”*. In: *San Giuseppe: sposo-padre-educatore*. Centro studi San Giuseppe, Libreria Editrice Murialdo, 1996, p.59.
- _____. *Per amore di San Giuseppe: Eugenio Reffo maestro di spiritualità Giuseppina*. Libreria Editrice Murialdo, FOR-PER 14, Roma, 2005.
- CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993.

CODIGO de Direito Canônico – *Codex Iuris Canonici* -, promulgado pelo papa João Paulo II, em 25 de janeiro de 1983. Texto em latim da edição oficial publicada pela Libreria Editrice Vaticana – 1983. Texto em português, tradução da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), publicado por Edições Loyola – 1983. Notas e comentários: Pe. Jesús S. Hortal, sj e com a legislação complementar da CNBB. Direção Geral: Elide T. Pulita, fsp, Paulinas – multimídia, 1983.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: *Constituições, decretos, declarações*. Introdução e índice analítico Frei Boaventura Kloppenburg O.F.M. Coordenação Geral Frei Frederico Vier, O.F.M. 26 ed., Petrópolis:Vozes, 1997.

CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ. *A Regra: Constituições e Diretório*. Gráfica Murialdo, Caxias do Sul, Brasil, 2007.

DANIELI, Giuseppe. *Storicità di Matteo I-II: stato presente della discussione*. In: San Giuseppe nei primi quindici secoli della Chiesa. Roma, Libreria Editrice Murialdo, 1971, pp. 53-61.

_____. *São José na Bíblia*. Trad. Angelo e Honorino Dall'Alba, Paulinas, Caxias do Sul, 1969.

DE VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. Trad. Daniel de Oliveira. São Paulo: editora Teológica, 2003.

DENZINGER, Heinrich (1819-1883). *Compêndio dos Símbolos e declarações de fé e moral*. Traduzido por José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007; p. 615.

DÍAZ, Lorenzo Trujillo. *Paternidade: pais, filhos e irmãos*. Trad. Antonio Maia da Rocha, São Paulo: Paulus, 2001.

DISCORSO DI GIOVANNI PAOLO II AI RAGAZZI RIUNITI NELLA BASILICA DI SAN PIETRO. Roma, 1980. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1980/march/documents/hf_jp-ii_spe_19800319_ragazzi_it.html> Acesso em: 22 de out. de 2008.

DOCUMENTO DE APARECIDA. *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. 7ª ed. Trad. Luis Alexandre Solano Rossi, Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2008.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS SOBRE SÃO JOSÉ. *De Pio IX a João Paulo II*, Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana – Apucarana – PR- Brasil, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Federal nº 8.069/1990. Publicado no Diário Oficial da União de 16/07/90, seção I. Produção Editorial Gráfica Murialdo, COMDICA (Conselho Municipal da criança e do adolescente) de Caxias do Sul.

FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (II)* Tradução e Comentários. Trad. Giovanni di Biasio (Lc) e Johan Konings (Jo). São Paulo: Loyola, 1992, pp. 24 – 47. (Col. Bíblica Loyola, nº 2)

FILHO, Alberto Pereira Lima. *O pai e a psique*. São Paulo: Paulus, 2002. – (Amor e Psique).

FIORES, Stefano de;, MEO, Salvatore. *Dicionário de Mariologia*. Trad.: Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995. Pag. 652-662.

FLÓREZ, Gonzalo. *Matrimônio e família*. Trad. Antônio Efro Feltrin, São Paulo, paulinas, 2008. – (coleção sacramentos e sacramentais).

FOSSATI, Giuseppe. *O carisma Josefino*. Trad. Honorino e Cornélio Dall’Alba, Gráfica Murialdo, Caxias do Sul, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (coleção leitura).

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Trad. Runaway Word, Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONZÁLOS, L.M., *Iconografia de São José, sus fuentes*. Estudios Josefinos, 26 [1972], p. 203-212.

GOTTMAN, PhD; DeCLAIRE, Joan. *Inteligência Emocional e a arte de educar nossos filhos*. 36ª ed., Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

GUIMARÃES, André Eduardo. *A paternidade no confronto entre psicanálise da religião e fé*. EDIPUCRS, Porto alegre, 1999. – Coleção teologia 20.

GUTBROD, Karl. *Il messaggio del Natale. Le tradizioni evangeliche di Mt 1-2 e Lc 1-2*. (Torino) Marietti, 1973.

ISOLANO, Isidoro. *Suma de los dones de San José*. Biblioteca de Autores Cristianos. Madrid, MCMLIII (1953), p.345-362

JEREMIAS, Joaquim. *Jerusalém no tempo de Jesus*. São Paulo, Paulinas, 1983, pp. 363-402.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Redemptoris Custos*. Documentos Pontifícios. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *Redemptoris Hominis*. São Paulo: Paulinas, Petrópolis:Vozes, 1979.

_____. *Redemptoris Maters*. 7 ed. São Paulo: Paulinas, 1988

_____. *Evangelium Vitae*. 2 ed., São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. *Fides et Ratio*. 4 ed., São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. *Laborem Exercens*. Roma, 1981. Disponível em:
<http://www.vatican.va/edocs/POR0068/_INDEX.HTM> Acesso em: 23 de out. de 2008.

_____. *Familiaris consortio*. Roma, 1981. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio_po.html> Acesso em: 23 de out. de 2008.

_____. *Dominum et vivificantem*. Roma, 1986. Disponível em:
<http://www.vatican.va/edocs/POR0065/_INDEX.HTM> Acesso em: 25 de out. de 2008.

_____. *Christifideles Laici*. Roma, 1988. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_po.html> Acesso em: 26 de out. de 2008.

_____. *Discurso aos participantes Congresso Internacional de estudos para o XVI Centenário do Concílio de Cápua*. Roma, 1992. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1992/may/documents/hf_jp-ii_spe_19920524_concilio-capua_it.html> Acesso em: 28 de out. de 2008.

_____. *Vita Consecrata*. Roma, 1996. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata_po.html> Acesso em: 28 de out. de 2008.

JOÃO XXIII. *Le Voci che da Tutti*. Roma, 1961. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_letters/documents/hf_j-xxiii_apl_19610319_s.giuseppe_po.html> Acesso em: 20 de out. de 2008.

JOÃO XXIII. *Sacrae Laudis*. Roma, 1962. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_exhortations/documents/hf_j-xxiii_exh_19620106_sacrae-laudis_po.html> Acesso em: 19 de nov. de 2008.

JUNG, C. G. *O desenvolvimento da personalidade*. 9ª ed., Trad. Frei Valdemar do Amaral. Petrópolis, Vozes, 2006.

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. Trad. Paulo Meneses ...[et al.]. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

LLAMERA, Bonifácio. *Teología de San José*. Madri, Biblioteca de autores cristianos, Pontificia Universidad de Salamanca, 1953.

LATOURELLE. R. FISICHELLA (orgs.) DICIONÁRIO DE TEOLOGIA FUNDAMENTAL. Trad. Luiz João Baraúna. Petrópolis: Vozes, Aparecida: Santuário, 1994, p.519.

LEÃO XIII, Carta Enc. *Quamquam Pluries* (15 de Agosto de 1889). Documentos Pontifícios sobre São José: de Pio IX a João Paulo II, Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana, Apucarana – PR, Brasil, 2005.

LEÓN XIII. *Quamquam Pluries*. Roma, 1889. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15081889_quamquam-pluries_sp.html> Acesso em: 19 de nov. de 2008.

LITURGIA das Horas. Ofício Divino renovado conforme o Decreto do Concílio Vaticano II e promulgado pelo Papa Paulo VI. Trad. para o Brasil da segunda ed. Típica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Paulus, Ave-Maria, 1995.

MARRANI, Adelmo, *S. Giuseppe nella Scrittura e nella vita della chiesa*, Francavilla a Mare (Chieti), Edizioni Paoline, 1967, p.54.

MCKENZIE, John. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulus, 1983.

MERCIER, P.V. *San Giuseppe: sposo de Maria padre putativo de Gesù patrono della chiesa secondo la sacra scrittura e la tradizione*. Torino, Tip. E Libr. Giuseppe degli Artigianelli, 1898.

MILITELLO, Giuseppe. *San Giuseppe: custode del Redentor, falegname e sposo fedele*. Edizioni pro Sanctitate, Roma, 2003.

MISSAL DA ASSEMBLÉIA CRISTÃ (missal cotidiano). *São José, esposo da virgem Maria*. 1602-1607. São Paulo: Paulus, 1985.

MISSAL Romano. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. Trad. Portuguesa da 2. ed. Típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com acrésc. Aprov. Pela Sé Apostólica. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1972.

MORALDI, Luigi. *Evangelhos Apócrifos*. Trad. Benôni Lemos e Patrizia Collina Bastianetto. – São Paulo: Paulus, 1999.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação*. Trad. Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NEGRO, M. *Anunciação ao Justo José*. III Semana Teológica de Apucarana, Outubro de 2008 (apostila).

PAULO VI. *Marialis cultus*. Roma, 1974. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus_po.html> Acesso em: 22 de out. de 2008.

PERONA, Giuseppe. *São José nos Apócrifos do Novo Testamento: Origem e Finalidade dos Apócrifos*. I Semana teológico-Pastoral sobre São José, Centro de Espiritualidade Josefino Marelliana, Apucarana – PR, Brasil, 2003, p.77-108.

_____. *José, a sombra de Deus Pai*. Brasília: Talento, 2000.

PERROT, Charles. *As narrativas da infância de Jesus: Mt 1-2 — Lc 1-2*. São Paulo, Paulinas, 1982.

PIÑERO, Antônio. *O outro Jesus segundo os evangelhos Apócrifos*. Tr. Silvia Rojo Santamaría. São Paulo: Mercuryo e Paulus, 2002.

PIO XI. *Divini Redemptori*. Roma, 1937. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html> Acesso em: 18 de nov. de 2008.

PIO XII. *Mediator Dei*. Roma, 1947. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei_po.html> Acesso em: 20 de out. de 2008.

PIO XII. *Haurietis aquas*. Roma, 1956. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15051956_haurietis-aquas_po.html> Acesso em: 20 de out. de 2008.

PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. Trad. Ramiro Mincato. 9 ed., Editora Vozes, 2004.

PIKAZA, Javier. *Teologia de Mateus*. São Paulo, Paulinas, 1978, pp. 9-34.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). – São Paulo: Paulinas, 2005.

PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA DE MURIALDO. EPESMEL. Londrina, PR, 2008.
Disponível em:
<http://www.epesmel.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=72&Itemid=115&lang=pt> Acesso em: 11 de nov. de 2008.

RAINERO, Ângelo. *San Giuseppe: padre verginale di Jesu*. Asti, 19 de março de 1947.

RAMOS, Lincoln. *Fragmentos dos Evangelhos Apócrifos*. Col. Bíblia Apócrifa, Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *São José e o menino Jesus: História de José o carpinteiro e Evangelho do Pseudo-Tomé*. Fragmentos dos Evangelhos Apócrifos. Col. Bíblia Apócrifa, Petrópolis: Vozes, 1989.

RASCO, *El anuncio a José*, In: *San Giuseppe nei primi quindici secoli della Chiesa*. Roma, Libreria Editrice Murialdo, 1971, p. 84-103.

RATZINGER, Joseph (BENTO XVI). *Jesus de Nazaré*. Trad. José Jacinto Ferreira de Farias, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

RAVINA, Tarcísio. *São José*. Pia Sociedade de São Paulo, São Paulo, 1954.

REFFO, Eugênio. *Spiegazioni del Primo Regolamento (Ristretto) della Pia Società Torinese di S. Giuseppe*. Tipografi PP. Giuseppini, Pinerolo, 1958.

ROCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um “evangelho” a descobrir*. Trad. Walter Lisboa, São Paulo: Paulus, 2002 – Coleção teologia sistemática.

RONCALI, A. G. (Papa João XXIII). *Ho camminato con s. Giuseppe tutta la vita*, LEM – Libreria Editrice Murialdo, Centro Studi S. Giuseppe, Roma, 2000.

RUBIO, Alfonso Garcia Rubio. *Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. 3 ed., São Paulo: Paulus, 2001 – Coleção Teologia Sistemática.

RUIZ, Castor. *Emmanuel Levinas, Alteridade & Alteridades – questões da modernidade e a modernidade em questão*. In. SOUZA, Ricardo Timm; FARIAS, André Brayner; FABRI, Marcelo. *Alteridade e Ética: Obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. – Coleção Filosofia 204.

SÁNCHEZ, José M. Canal. *San José en los apócrifos del NT*. In: San Giuseppe nei primi quindici secoli della Chiesa. Libreria Editrice Murialdo, Roma, Itália 1971. p.123-149.

SCARIOT, E. *Estereótipos da migração produzidos pelo discurso da mídia impressa nacional*. In. Revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais do Centro universitário de Brasília, v. 3 n. 2, p. 1-196, julho a dezembro de 2005.

SCHMIDT, Werner. *A fé do Antigo Testamento*. Trad. Vilmar Schneider, São Leopoldo, RS: Sinodal, 2004.

SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (SOTER). *Deus e Vida: Desafios, Alternativas e o futuro da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2008.

SOUZA, Ricardo Timm; FARIAS, André Brayner; FABRI, Marcelo. *Alteridade e Ética: Obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. – Coleção Filosofia 204.

SUNG, Jung Mo. *Sujeito e sociedades complexas: para repensar os horizontes utópicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SUSIN, Luis Carlos. *O homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

KRAEMER, K.; F. Schroeder, *St. Joseph in Salvation History*. In Cahiers de Joséphologie 12 (1964) 274ss;

SUÁREZ, L. *Función de san José en el anuncio y plenitud de los vaticinios mesiánicos*. In Estudios Josefinos 20 (1966) 229-241;

SS. TRINDADE, Atanásio da. *S. Giuseppe nella teologia*. In Gli Atti della IV Settimana Giuseppina, Milão, 1968, 19-24;

SICARI, Antonio Adeodato. «*Ioseph iustus*» (Mt 1,19): *la storia dell'interpretazione e le nuove prospettive*. In: San Giuseppe nei primi quindici secoli della Chiesa. Roma, Libreria Editrice Murialdo, 1971, pp. 62-83.

STRAMARE, Tarcisio. *I sogni di San Giuseppe*. In: San Giuseppe nei primi quindici secoli della Chiesa. Roma, Libreria Editrice Murialdo, 1971, pp. 104-122.

_____. *La circoncisione di Gesù in Bibor 26* (1984) 193-203. A Bouton, C'est toi qui lui donneras le nom de Jésus in *Assemblées du Seigneur* 8 (1962) 37-50; I. M. Germano, Privilegium nominis mesianici a S. Joseph imponendi in *VD* 47 (1969) 151-62.

_____. *Maria, Sposa di Giuseppe Donna perfetta*. Editrice Fontana di Nazareth, 1993.

_____. *Vangelo dei Misteri della Vita Nascosta di Gesù*. Bornato in Franciacorta: Sardini Editrice, Itália, 1998, 320 p.

_____. *José*. In.: FIORES, Stefano de; MEO, Salvatore. *Dicionário de Mariologia*. Trad.: Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995. Pag. 652-662.

_____. *San José en la historia de la salvación*. Oblato de San José, 1997.

_____. *Giuseppe lo chiamò Gesù*. Portalupi Editore, Casale Monferrato, 2001, p. 20.

_____. *San Giuseppe: "Il custode Del Redentore" e l'identità della Chiesa*. Edizioni San Paolo, 2005.

_____. *San Giuseppe nella Sacra Scrittura nella Teologia e nel Culto*. Edizioni Piemme di Pietro Marietti, Roma, 1983.

_____. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù*. Casa Editrice Sardini, Itália, 1998.

_____. *San Giuseppe Virgulto Rigoglioso: rassegna storico-dottrinale*. Edizioni PIEMME, 1987.

_____. *San Giuseppe nel mistero di Dio*. Edizioni Piemme, Spa, 1992.

THEISSEN, Gerd. MERZ, Annette. *O Jesus histórico: um manual*. Trad. Milton Camargo Mota e Paulo Nogueira. São Paulo: Loyola, 2002, pp. 218 – 220. (Col. Bíbl. Loyola, nº 33)

TRILLING, Wolfgang. *O anúncio de Cristo nos Evangelhos sinóticos*. São Paulo, Paulinas, 2ª edição, 1981, pp. 13-36.

VERRI, Franco. *Iconografia di S. Giuseppe Nell'Arte Medieval Veneta*. In San Giuseppe nei Primi Quindici Secoli della Chiesa, 1971, p. 723-734. Idem. *Il Custode del Redentore nell'arte italiana di fine millennio*. In. VIII Simpósio Internacional sobre São José, 2001, p. 555-565.

TIBA, Içami. *Disciplina: limite na medida certa*. 79 edição, São Paulo: Integrare editora, 2006.

_____. *Quem ama, educa*. 22 ed. São Paulo, Editora Gente, 2002.

TOSCHI, Larry. *A Fuga e a Volta do Egito*, Apucarana, 4ª de 6 palestras, quinta-feira 23 de Outubro de 2008, 9hs 30.

_____. *A vocação do esposo de Maria*, Apucarana, PR, 2ª de 6 palestras, Segunda-feira 20 de Outubro de 2008, 17hs 20.

_____. *José, o Filho de Davi*. Apucarana, 1ª de 6 palestras, segunda-feira 20 de Outubro de 2008, 15hs 10

_____. *A Vocação do Esposo de Maria*. Apucarana, 2ª de 6 palestras, segunda-feira 20 de Outubro de 2008, 17hs 20

_____. *O Mistério da Circuncisão e o Dever do Pai em Impor o Nome*. Apucarana, 3ª de 6 palestras, quinta-feira 23 de Outubro de 2008, 8hs 30

VITALLE, Maria Sylvia de Souza. *Gravidez na Adolescência*. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.brazilpednews.org.br/set2001/bnpar101.htm>> Acesso em: 19 de nov. de 2008.

XXI CAPÍTULO GERAL 2006 DOS JOSEFINOS DE MURIALDO. Documento Final. Caxias do Sul, Fazenda Souza – Brasil, 2006.

ZILLES, Urbano (tradução e introdução). *Evangelhos Apócrifos*. Coleção Teologia 17, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.